



*Inês Leão Ribeiro Sousa*

**INDIVIDUAÇÃO, TÉCNICA E DESEJO:  
OPORTUNIDADES E RISCOS A PARTIR DE UM PONTO  
DE VISTA DA PSICOLOGIA CRÍTICA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**  
MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA  
2011



Universidade do Porto  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**INDIVIDUAÇÃO, TÉCNICA E DESEJO:  
OPORTUNIDADES E RISCOS A PARTIR DE UM PONTO DE VISTA DA  
PSICOLOGIA CRÍTICA**

**Inês Leão Ribeiro Sousa**

Outubro, 2011

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade  
do Porto (F.P.C.E.U.P.), orientada pelo Professor Doutor Joaquim  
Luís Coimbra.

## **Agradecimentos**

No momento em que concluo a minha dissertação, gostaria de agradecer a todos os que contribuíram para o seu desenvolvimento e concretização, em especial:

Ao meu orientador, o Professor Doutor Joaquim Luís Coimbra, a quem devo o modelo de rigor e de exigência, a permanente disponibilidade, a dedicação e o apoio. Na certeza do valor incalculável das aprendizagens e oportunidades que me proporcionou, assinalo a minha estima e admiração.

Aos colegas das aulas de Seminário de Projecto, os quais partilhando os produtos dos seus trabalhos e experimentando-se na condição de investigadores, contribuíram, decisivamente, para o meu percurso de aprendizagem e para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos colegas do Serviço de Consulta Psicológica de Orientação Vocacional ao Longo da Vida, pela partilha de momentos e de saberes.

Ao Frederico, pela cumplicidade nas causas.

À Andreia e ao Duarte, pelo cuidado com que acompanharam e apoiaram o meu percurso.

Ao pai e à mãe.

### **Who Robbed The Woods**

Who robbed the woods,  
The trusting woods?  
The unsuspecting trees  
Brought out their burrs and mosses  
His fantasy to please.  
He scanned their trinkets, curious,  
He grasped, he bore away.  
What will the solemn hemlock,  
What will the fir-tree say?

Emily Dickinson

## Resumo

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, reticulares, profundamente, ambíguas e complexas, nas quais o processo de individualização é assumido como modo hegemónico de socialização, as expectativas de ensaio e adopção de novos modos de vida, bem como as possibilidades de individuação (Simondon, 1964, 1989a, 1989b), através contextualização do discurso e da acção pessoais num património *hipomnésico*, simbólico e cultural colectivo, parecem estar, definitivamente, em risco (Coimbra & Menezes, 2009; Stielger, 2008). A evolução do processo de individualização - expressando a intencionalidade da sua agenda através da promoção das tendências de *racionalização*, *tecnicização* e *burocratização* -, terminou por legitimar, pelo menos conceptualmente, a conversão da actividade humana e social aos critérios de utilidade e rendibilidade, conduzindo ao excesso que constitui o modelo hiperconsumista; um modelo que persiste num regime económico e financeiro especulativo e fundado no desinvestimento (*deséconomie*), e que opõe, infinitamente, as dimensões de produção e de consumo, dito de outro modo, um modelo económico e financeiro que orienta a relação do sujeito psicológico com a técnica no sentido da sua socialização pela via pulsional e adictiva (*e.g.*, controlo da consciência pelas prescrições do *marketing* e das indústrias culturais), conduzindo à perda sistemática de memória, à privação de saberes (*bêtise*), e, no limite, à ruína do desejo (dessublimação), *i.e.*, à *proletarização* do sujeito psicológico, revista na sua redução ao estatuto de *mercadoria*, comprometendo, desse modo, a viabilidade do funcionamento e desenvolvimento psicológicos (Stiegler, 2006a; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009). Assim, este trabalho, surgiu do reconhecimento da urgência de se pensar as relações entre individuação, técnica e desejo. Por conseguinte, a individuação foi assumida como objecto de estudo, tendo-se definido – a partir de uma abordagem metodológica fundada nos contributos da Psicologia Crítica -, dois objectivos fundamentais: a identificação de oportunidades historico-culturais de individuação (*milieux associés*); desenvolvimento de uma proposta de alternativa discursiva e metodológica para a investigação em Psicologia, a partir da refundação do valor da teoria e da sua urgência. As principais conclusões e contributos deste trabalho são: (i) formular da ruptura com a tradição (descontinuidade e hesitação na transmissão do património simbólico/cultural/incalculável), a *miséria simbólica*, e a erosão das referências normativas colectivas como resultados consistentes da intencionalidade do processo de individualização; (ii) definir da individuação como corpo técnico; (iii) esclarecer a estrutura organológica da individuação (nível psíquico, nível

técnico e nível social), como estrutura *mnésica* e *farmacológica*; (iv) sublinhar a necessidade de uma *ecologia relacional*, fundada na prescrição de uma terapêutica para o uso dos *pharmaka*, no sentido da regulação dos seus níveis de toxicidade; (v) enfatizar a necessidade de um novo modelo social, político e económico, capaz de instituir a figura do *contribuinte* (i.e., uma entidade que supere a oposição funcional entre *produtor* e *consumidor*); (vi) declarar a urgência da refundação da teoria (*savoir-théoriser*), como valor para a investigação em Psicologia e como modo de restituição do desejo, da memória e das práticas de cuidado.

**Palavras-chave:** individualismo; individualização; individuação; técnica; desejo.

## Abstract

In Western contemporary societies, which are reticular and deeply ambiguous and complex, and in which the individualisation is assumed as the hegemonic socialisation process, the expectations that one has to try and adopt new ways of life, as well as, the possibilities of individuation (Simondon, 1964, 1989a) through the contextualization of the personal discourse and action in a frame of a collective *hypomnesic*, symbolic and cultural legacy seem to be, definitely, at risk (Coimbra & Menezes, 2009; Stielger, 2008). Indeed, the evolution of individualisation - by showing the intentionality of its agenda trough the promotion of the increasing tendencies of *rationalisation*, *tecnicisation* and *bureaucratisation* -, ended up by legitimating, at least conceptually, the reduction of human and social life to the criteria of utility and profitability, and, so, leading to the excess that means the *hyperconsumerist* model. A model that insists in an economic and financial regimen, structural, speculative and founded on disinvestment (*deséconomie*), opposing, endlessly, the production and the consumption functions; in other words an economic and financial model that guides the relationship between the psychological function and the technique towards its socialization according to its pulsional and addictive way (e.g., the control of the consciousness by the prescriptions of the marketing and cultural industries), fomenting the systematic loss of memory, the deprivation of knowledge (*bêtise*), and, at the limit, the ruin of desire (de-sublimation), i.e., the *proletarianisation* of the psychological subject, in terms of its reduction into a market functional commodity, compromising the viability of the psychological functioning and development (Stiegler, 2006a; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009). So, this work has emerged from the acknowledgment of the urgency of thinking about the relations between individuation, technique and desire. That way, individuation was assumed as the study object, having been defined - from a methodological approach based on the contributions of the Critical Psychology -, two main goals: to identify historical and cultural opportunities of individuation (*milieux associés*); to develop a proposal of discursive and methodological alternative to the research in Psychology, conceptualized from the renewing of the value of the theory and of its urgency. The main conclusions and contributions of the analysis aim at: (i) formulating the rupture with tradition (that is, the discontinuity and hesitation in the transmission of the symbolic/cultural/incalculable legacy throughout the different generations), the symbolic misery and the erosion of collective normative references as consistent results of the intentionality of the



individualisation; (ii) conceiving the individuation as a technical body; (iii) defining the *organological* structure of individuation (at a psychic, technical and social levels), as a *mnestic* and pharmacological structure; (iv) referring the need of a *relational ecology* based on the prescription of a therapeutics to the use of *pharmaka*, that regulates its toxicity levels; (v) stressing out the need of a new social, political and economic model capable of designating the figure of the contributor (*i.e.*, an entity that surpasses the functional opposition between the *producer* and the *consumer*); (vi) expressing the urgency of theory (*savoir-théoriser*) as a value to the research in Psychology, and as a way of restoring the desire, the memory and the care practices.

**Key-words:** individualism; individualisation; individuation; technique; desire.

## Résumé

Dans les sociétés occidentales contemporaines, qui sont réticulaires et profondément ambiguë et complexe, et dans lequel l'individualisation est supposé comme le processus hégémonique de socialisation, les attentes pour essayer et pour adopter nouvelles modes de vie, ainsi que les possibilités d'individuation (Simondon, 1964, 1989a) travers de la contextualisation du discours et l'action personnelle dans un héritage *hypomnesic*, symbolique et culturel collective, semblent être, assurément, au risque (Coimbra & Menezes, 2009; Stielger, 2008). En effet, l'évolution de l'individualisation - en montrant l'intentionnalité de son projet à travers de la croissante promotion des tendances de *rationalisation*, de *bureaucratisation* et de *tecnicisation* -, a fini par légitimer, au moins conceptuellement, la réduction de la vie humaine et sociale à des critères d'utilité et de rentabilité et, donc, conduisant à l'excès qui est le modèle *hyper-consumériste*. Un modèle qui insiste dans un régime économique et financière, structurellement, spéculative et qui repose sur le désinvestissement (*deséconomie*), et qui conduit, sans cesser, à l'opposition entre les fonctions de production et de consommation, autrement dit, un modèle économique et financière qui guide la relation entre le fonctionnement psychologique et la technique vers sa socialisation selon ses pulsionnel et addictif via (*e.g.*, le contrôle de la conscience par les exigences du *marketing* et des l'industries culturelles), conduisant à la perte systématique de la mémoire, à la privation des les savoirs (*bêtise*), et, finalement, à la ruine du désir (désublimation), c'est à dire la *prolétarisation* de le sujet psychologique (confirmé dans sa réduction au statut de *marchandise*), mettre en danger la viabilité du fonctionnement et le développement psychologiques (Stiegler, 2006a; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009). Par conséquent, ce travail est née de la reconnaissance de l'urgence d'examiner les relations entre l'individuation, la technique et le désir. Ainsi, l'individuation était supposé être le objet d'étude, et, à partir d'une approche méthodologique basée sur les contributions de la Psychologie Critique, deux objectifs ont été définis: l'identification des opportunités historiques et culturels d'individuation (*milieux associés*); le développement d'une alternative discursive et méthodologique pour la recherche en psychologie, conceptualisé par le renouvellement de la valeur de la théorie et de son urgence. Les principales conclusions et les contributions de ce travail sont: (i) formuler la rupture avec la tradition (discontinuité dans la transmission intergénérationnelle du patrimoine symbolique/culturelle/incalculable), la *misère symbolique* et de l'érosion des références normatives comme résultats de l'intentionnalité de l'individualisation; (ii) définir

l'individuation comme un corps technique; (iii) clarifier la structure *organologique* de l'individuation (niveau psychique, niveau technique, niveau social), comme une structure *mnesic* et pharmacologique; (iv) souligner la nécessité d'une *écologie relationnelle* basée sur la prescription d'une thérapeutique pour l'utilisation des *pharmaka*, qui pourrait être capable de réguler son niveau de toxicité; (v) renforcer la nécessité d'un nouveau modèle social, politique et économique capable de proposer la figure du *contributeur* (*i.e.*, une entité qui dépasse l'opposition fonctionnelle entre le *producteur* et le *consommateur*); (vi) exprimer l'urgence de la théorie (savoir-théoriser) comme une valeur pour la recherche en psychologie, et comme un moyen de restaurer le désir, la mémoire et les pratiques de soin.

**Mots-clés:** individualisme; individualisation; individuation; technique; désir.

## Índice

<b>1. Sinais para uma progressão metodológica: Objecto, objectivos e método.....</b>	<b>1</b>
<b>1.1. Do método .....</b>	<b>4</b>
1.1.1. Psicologia Crítica: Proposta de uma estrutura compreensiva .....	4
1.1.2. Objecto e objectivos gerais de investigação.....	6
1.1.3. Objectivos específicos de investigação .....	7
<b>2. Individuação como constituição fundamental do <i>Ser-no-Mundo</i>.....</b>	<b>9</b>
<b>2.1. Individuação: Princípio, operação e processo .....</b>	<b>10</b>
2.1.1. Monismo e hilemorfismo: fragilidades e constrangimentos das concepções de amplitude e de estatuto da individuação .....	11
2.1.2. Ontogénese e a negociação de novas possibilidades de investigação da individuação.....	14
2.1.3. Realidade pré-individual: a constituição do Ser como radicalidade de <i>potenciais-em-indivuação</i> .....	16
2.1.4. <i>Equilíbrio meta-estável</i> e ressonância interna: a radicalidade de potenciais.....	17
2.1.5. Transducção e significação .....	19
<b>2.2. A estrutura formal do processo de individuação: nível psíquico, nível social e nível técnico .....</b>	<b>21</b>
<b>2.3. Conclusão .....</b>	<b>24</b>
<b>3. Individualização e a sua interferência na construção de oportunidades historico-culturais de individuação .....</b>	<b>26</b>
<b>3.1. Individualismo, individualização e individuação: Custos, tensões e conflitos da emergência de uma nova configuração psicológica .....</b>	<b>30</b>
3.1.1. Individualização e evolução histórica dos traçados de convergência com o individualismo e a subjectivação.....	30
3.1.2. O processo de individualização e procura da propriedade ou a opção pela <i>ontologia vitalista</i> .....	36

<b>3.2. Individualização, subjectivação e subjectividade: Da viabilidade da teoria do Sujeito às suas implicações no processo de auto-organização psicológica .....</b>	<b>40</b>
3.2.1. Individualização e a possibilidade de pertença ao estatuto de <i>sujeito de direito</i> .....	41
3.2.2. Subjectivação e subjectividade: excursos pelas forças e tendências do processo de individualização .....	44
<b>3.3. Individualização e determinação da recorrência como retorno a si: Fundamentos para a necessidade de definição da subjectividade como instituição psicológica .....</b>	<b>50</b>
3.3.1. O lugar de resolução da subjectividade: complexo <i>subjectivação-recorrência</i> como produto para uma modalidade indirecta de subjectividade .....	50
3.3.2. Sociedade industrial e a intencionalidade do projecto cultural e político burguês .....	54
3.3.3. <i>Espírito capitalista</i> , sociedade industrial e recorrência de sentido tradicional: avanços para a racionalização da actividade humana e social .....	64
<b>3.4. Conclusão .....</b>	<b>68</b>
 <b>4. Proletarização do desejo: Extensões da descontinuidade entre produção e consumo .....</b>	<b>71</b>
<b>4.1. Individuação como corpo técnico .....</b>	<b>73</b>
<b>4.2. A estrutura farmacológica da individuação .....</b>	<b>78</b>
<b>4.3. Gramatização e proletarização: da especialização do humano e social à perda de saber e ruína do <i>desejo</i> .....</b>	<b>81</b>
4.3.1. Sociedade industrial e desenvolvimento da economia libidinal: <i>proletarização</i> do produtor .....	82
4.3.2. Economia libidinal e sociedade de consumo: <i>proletarização</i> do consumidor.....	85
4.3.3. Sociedade do hiperconsumo: a ruína do desejo e do investimento sob todas as formas .....	88
<b>4.4. Conclusão .....</b>	<b>94</b>

<b>5. Implicações para a intervenção e para a investigação em</b>	
<b>Psicologia: Sobre o estatuto da elaboração teórica .....</b>	<b>95</b>
<b>5.1. Da vulnerabilidade do sistema de individuação: Duas modalidades</b>	
<b>de problematização do estatuto do sujeito psicológico no sistema de</b>	
<b>individuação.....</b>	<b>95</b>
<b>5.2. Modelo da contribuição e <i>ecologia relacional</i>: Para uma nova</b>	
<b>ambição cultural, social e política.....</b>	<b>103</b>
<b>5.3. Da urgência da teoria face à <i>desinstitucionalização</i> da Universidade.....</b>	<b>104</b>
<b>5.4. Limitações do trabalho e sugestões para investigações futuras.....</b>	<b>107</b>
<b>Referências .....</b>	<b>110</b>

## 1. Sinais para uma progressão metodológica: Objecto, objectivos e método.

A compreensão do desenvolvimento psicológico como modo de construir mundos e das suas variações ao longo de uma história individual, de interferência e projecção de realidades, como renovação do espanto e comoção com as possibilidades de criação e transformação do *real*, pela adopção de novos modos de vida e pela re-criação de saberes, enfim, a individuação do sujeito psicológico e a extensão do seu desenvolvimento como projecção e especialização de uma memória, simultaneamente psíquica e colectiva, parece estar comprometida nas sociedades ocidentais contemporâneas (Stiegler, 2006a; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009).

De facto, por um lado, a *racionalização*, a *tecnicização* e a *burocratização* do humano e do social, incentivadas pelo processo de individualização (considerada a intencionalidade do seu projecto cultural e político), onde tem lugar a assimilação da esfera do incalculável pela do calculável, e a acentuação do desequilíbrio entre as ambas, pelo imparável consumo e conversão do *tempo* em *espaço*, de acordo com a orientação para a recorrência da utilidade e do lucro, a par, por outro lado, da destruição das estruturas e processos de sublimação, pela produção industrial do desejo, no sentido da sua captação e canalização para bens de consumo, instituindo lógicas de *curto-prazo* (e.g., gratificação instantânea), concordantes com a recusa do investimento, terminam no esgotamento da energia pulsional e da sua economia, ou seja, subtraem o sujeito psicológico a um comportamento estruturalmente pulsional e adictivo, resultando, previsivelmente, na promoção da unidimensionalidade e no empobrecimento das dimensões simbólicas da vida e do funcionamento psicológicos, ou seja, naquilo a que neste trabalho se designa por *miséria simbólica* (Arendt, 1966/2005; Coimbra & Menezes, 2009; Lasch, 1979; Stiegler, 2004a, 2004b; Žizek, 2009). Por conseguinte, este trabalho, assumindo como objecto a individuação (circunscrita ao sujeito psicológico), e determinando como objectivo geral a identificação de oportunidades historico-culturais de individuação, propõe-se responder à urgência de repensar as relações entre individuação, técnica e desejo, incentivando o reconhecimento de que a individuação, enquanto estrutura de acção e discurso com o mundo e temporalidade do Ser, apenas se torna pensável no contexto da sua relação histórica com a técnica, na qual, os objectos técnicos que supõe, formalizam o Ser, e, em particular, o sujeito psicológico como radicalidade *de potenciais-em-individuação* (i.e., a técnica como exteriorização da memória do Ser), atribuindo-lhe - no contexto da condução da operação de *meta-estabilização* das significações pessoais e colectivas na *realidade pré-*

*individual* -, a capacidade de sublimar os seus processos e conteúdos psicológicos (Simondon, 1964, 1989a, 1989b; Stiegler, 2010b).

Este trabalho organiza-se em torno de quatro momentos fundamentais, os quais, em conjunto, organizam uma estrutura compreensiva das principais opções de aproximação sistemática ao objecto de estudo. No primeiro momento (Capítulo 2), procurar-se-á elaborar e propor uma definição consistente de individuação, a partir da análise e discussão da abordagem originalmente desenvolvida por Gilbert Simondon, bem como dos contributos resultantes da sua actualização e interpretação, associadas, sobretudo, aos trabalhos de Bernard Stiegler. Ainda nesse momento, a condução da investigação da individuação decorrerá no sentido da caracterização e problematização da sua estrutura formal, procurando dar conta da dinâmica e ambição do seu desdobramento em três níveis organológicos (distintos e inter-dependentes), no que concerne à sua interferência e participação na viabilidade do funcionamento e desenvolvimento psicológicos. Assim, a preocupação comum do primeiro momento será a de esclarecer a individuação como simultaneamente, objecto e recurso de investigação, e de situar a sua análise a partir de um ponto de vista teoricamente fundamentado, fazendo ressaltar a sua pertinência e relevância psicológicas.

O segundo momento (capítulo 3) tomará como ocupação, a exploração da interferência do processo de individualização na construção de oportunidades historico-culturais de individuação; da confirmação de que a individuação é, antes de mais, um sistema de participação e de construção de realidades individuais e colectivas (*co-individuação*), é possível antecipar, que - no caso particular da sua extensão ao desenvolvimento e funcionamento psicológicos -, os modos de socialização (também eles, percebidos como um composto resultante da individuação), interferem e condicionam o estatuto do sujeito psicológico ante o sistema de individuação, donde se conclui a sua pro-actividade, no que se refere ao favorecimento ou constrição de *meios associativos*. Por conseguinte, o segundo momento prosseguirá a investigação da individuação, relacionando-a com a enunciação e exploração das forças, tensões e conflitos que descrevem os movimentos culturais e políticos que sustentaram a evolução e expansão da individualização, e a sua afirmação como modo hegemónico de socialização nas sociedades ocidentais; neste seguimento, dar-se-á particular relevo à influência do individualismo, mais concretamente, à execução da sua agenda (*e.g.*, ruptura com os ligames comunitários; acentuação da subjectivação/personalização), no curso do processo



de individualização (dúplice *individualização-individualismo*), e as consequências que supõe para a interpretação do indivíduo (sujeito psicológico) no sistema de individuação.

O terceiro momento (capítulo 5), abordará a relação da individuação com a técnica, ensaiando uma proposta de conceptualização da individuação como corpo técnico, donde decorre, dado o carácter farmacológico da técnica, a necessidade de prescrição de uma terapêutica (*mélète*), inerente ao recurso dos objectos técnicos, no sentido da regulação dos níveis de toxicidade; da formulação da individuação como corpo técnico resultará a necessidade da discussão da história técnica da individuação (*gramatização*) – versando os custos e contrapartidas dos diferentes modos socialização com a técnica progressivamente assumidos ao longo da história da cultura ocidental - como condição para a identificação das possibilidades de organização de *meios associativos*. Ainda, no terceiro momento, serão exploradas as relações de inter-dependência entre memória, técnica e desejo, na sua articulação com a vitalidade do sistema de individuação. A análise encerrará, com a sinalização e descrição dos desafios que as sociedades ocidentais contemporâneas colocam à relação de socialização do sujeito psicológico com a técnica, na relação que pressupõe com a resolução dos sucessivos *equilíbrios meta-estáveis* (fases de individuação – *déphasage*), o mesmo será dizer, com o favorecimento da manutenção do sistema de individuação.

O plano de trabalhos terminará, com um último momento (capítulo 6) reservado à síntese e integração dos produtos resultantes das diferentes fases de investigação, e à explicitação dos principais contributos do trabalho para a intervenção e investigação em Psicologia, situando a discussão no plano da problematização do estatuto da elaboração teórica.

Por fim, salienta-se que é sincera expectativa deste trabalho, contribuir, tal como anunciado no seu título, para o aprofundamento da investigação das relações entre individuação, técnica e desejo, e, como denunciado na sua opção pela fundação da abordagem nos contributos da Psicologia Crítica, contribuir para a proposta de uma alternativa discursiva e metodológica para a investigação em Psicologia, restituindo-a como desejo.

## 1.1. Do método

A presente secção do capítulo nomeia dois momentos fundamentais, que conduzem à demonstração da relevância da sua interposição na estrutura global do trabalho, os quais podem ser enunciados da seguinte forma: (i) contextualização da opção pela abordagem fundada nos contributos da Psicologia Crítica, referindo a sua adequação e intencionalidade na aproximação ao objecto de estudo, e a sua interferência na formulação dos objectivos de investigação; (ii) apresentação e descrição dos objectivos gerais, dos objectivos específicos e das questões de investigação relativas ao conjunto deste trabalho, no sentido da clarificação da coerência da sua estrutura generativa, e da demonstração da sua dependência e articulação com o objecto de estudo.

### 1.1.1. Psicologia Crítica: Proposta de uma estrutura compreensiva.

Assim sendo, e dando seguimento ao compromisso estabelecido para o primeiro momento deste capítulo, a opção pela fundamentação da abordagem nos contributos da Psicologia Crítica pode ser justificada nos quatro eixos de definição<sup>1</sup>, que lhe conferem estrutura e intencionalidade e que para além de darem conta das suas principais dinâmicas de evolução, a esclarecem e fundamentam conceptualmente, denotando a sua consistência. O primeiro eixo de definição, situa-se na inscrição da Psicologia Crítica na tradição da *Escola de Frankfurt*, mais concretamente, no movimento de constituição da *Teoria Crítica* em reacção à *Teoria Tradicional*, o qual a partir do recurso ao método dialéctico propunha a restauração da conflitualidade do *real*, dito de outro modo, da constatação da falência das noções de fixidez e estabilidade dos objectos, propondo e exigindo a anterioridade de uma complexidade irreduzível a qualquer tentativa de isolamento dos objectos a dimensões puras, insistindo, antes, no seu carácter (ou estrutura),

---

<sup>1</sup> Por uma questão de economia discursiva e concentração do plano de trabalhos no objecto de estudo, optou-se pela realização de uma caracterização breve e sumária do alcance e enquadramento conceptual da Psicologia Crítica e das orientações que traça para a aproximação ao objecto de estudo, recorrendo-se, nessa sequência, à explicitação de quatro eixos estruturantes que formalizam e especializam a abordagem por ela proposta. Por conseguinte, sublinha-se que para o desenvolvimento de uma caracterização profunda e sistemática da Psicologia Crítica, será necessário, antes de mais, assumi-la como objecto de estudo, *i.e.*, reservar-lhe um estatuto que permita não só situar a análise relativamente aos seus contributos, mas que facilite a transcrição do debate epistemológico que a sua abordagem concentra, no qual, de resto, reside o potencial reactivo da sua metodologia.

eminentemente, contraditório e mutável, enfim, uma postura de resistência à *essencialização/substancialização, reificação e naturalização do real* (Adorno & Horkheimer, 1947/1985; Habermas, 1990a, 1990b; Vincent, 1976).

O segundo eixo de definição, corresponde à demarcação da postura assumida pelos convencionalismos do *status quo*, ou seja, o segundo eixo de definição da abordagem da Psicologia Crítica firma-se no exercício de questionamento aberto aos modelos e sistemas culturais e políticos (e.g., capitalismo tradicional), que favorecem e alimentam dinâmicas de produção de normalização, controlo e conformidade, associadas à desigualdade e desequilíbrio das relações de poder, e no, limite, à exclusão social, tendências que, de resto, são características das sociedades de controlo (Coimbra & Menezes, 2009; Deleuze & Guattari, 1980; Prilleltensky, 1994).

O terceiro eixo de definição, o qual é de ordem epistemológica e social, pode ser encontrado na discussão do estatuto das Ciências Sociais e Humanas, desenvolvida por Michel Foucault (1992), a qual partindo da proposta de uma leitura original das História das Ideias na Europa, demonstra a organização de uma nova metodologia, revista na expressão de *arqueologia das ciências humanas*. Com efeito, a discussão do estatuto das Ciências Sociais e Humanas (ou se se preferir Ciências Humanas), representativa do edifício epistemológico erigido por Michel Foucault, não se deixa confundir com um exame de conteúdo das diferentes disciplinas do conhecimento, porquanto se trata, antes, de uma operação revolucionária que assenta na afirmação da *descontinuidade* histórica como regularidade possível na relação com o *saber*; e a noção de *descontinuidade* processa a evidência de que os modos de abordagem dirigidos a um objecto, pertencem e estão implicados numa *estrutura* temporal e cultural específica, e, como tal, provisória, reflectindo, sempre, uma intenção particular que terminará, invariavelmente, datada; ora, é justamente, a designação da estrutura, que sendo responsável pela composição de um campo de afinidades, torna as ciências específicas entre si, entenda-se, específicas em relação a um determinado contexto temporal e cultural (época), sendo que esse feixe de cumplicidade, reflectindo a intencionalidade da abordagem, representa aquilo a que Foucault designa por *campo epistemológico*, mais, conservando-se em especificidade estrutural, as ciências humanas permanecem inespecíficas quanto ao objecto de estudo (Foucault, 1992). E é da **inespecificidade das Ciências Sociais e Humanas relativamente ao objecto de estudo**, e da denúncia do convencionalismo das barreiras epistemológicas, que nada mais reflecte e expressa que a *estratificação* de relações de poder, que resulta um dos contributos da Psicologia Crítica que consubstanciam a

abordagem deste trabalho: a insatisfação ante uma postura unidimensional, e, como tal, a afirmação da indispensabilidade do recurso aos contributos de diferentes disciplinas de modo a que, mesmo salvaguardando a sua identidade histórica e cultural, contribuam para a definição de uma estratégia comum de aproximação ao objecto de estudo.

Por fim, o quarto eixo de definição da abordagem proposta pela Psicologia Crítica pode ser designado pela **urgência da teoria**, como a necessidade de desenvolvimento de uma resposta organizada à tendência crescente de *tecnicização*, *ferramentalização* e *racionalização* da investigação em Psicologia, desvalorizando a criatividade e a singularidade, subtraindo-a a uma *expertise* “performante” e produtiva, frequentemente, assente em processos paralelos de *burocratização*, que, esvaziando a investigação da sua consciência e humanidade, e convertendo-a num dispositivo de produção de controlo e conformidade, servem, simultaneamente, de enquadramento e legitimação da anulação da conflitualidade do objecto de estudo; em síntese, a exclamação da urgência da teoria pela promoção e valorização do *savoir-théoriser*, como alternativa discursiva orientada para a re-inscrição da investigação enquanto estrutura de sublimação, e de restituição do desejo e da sua economia (Stiegler, 2006a; Derrida, 2001/2003).

### 1.1.2. Objecto e objectivos gerais de investigação.

O objecto de investigação do qual este trabalho se ocupa é a individuação<sup>2</sup>; contudo, atendendo ao domínio de investigação (Psicologia) em que a proposta de análise se situa, e no sentido de a dotar de consistência, intencionalidade e coerência, a investigação dedicar-se-á, somente, à individuação do sujeito psicológico. A exploração sistemática da individuação assumirá como principal referencial de análise, a teoria da individuação de Gilbert Simondon, integrando-se, no plano de trabalhos, as actualizações e os contributos desenvolvidos por Bernard Stiegler; donde decorre, como ponto de partida, a assumpção da individuação como estrutura de relação, comunicação e acção do Ser no mundo, e, em particular, do sujeito psicológico com os seus contextos desenvolvimentais (polaridade *indivíduo-meio*). Assim, este trabalho elaborará os seus contributos a partir da persecução de dois objectivos gerais, os quais podem ser enunciados do seguinte modo: um primeiro, que consiste na identificação de oportunidades historico-culturais de individuação, dedicando-se, para tal, a análise à caracterização dos contextos facilitadores

---

<sup>2</sup> A definição, o enquadramento e a problematização do objecto de estudo, a referência e fundamentação da sua relevância psicológica terão lugar no Capítulo 2.

da sua expressão (*meios associativos*); e um segundo objectivo, descrito como a proposta de uma alternativa discursiva e metodológica para a investigação em Psicologia, a partir da refundação do valor da teoria e da sua urgência.

### **1.1.3. Objectivos específicos de investigação.**

Da circunscrição do objecto e do objectivo geral, emerge um conjunto de objectivos específicos que identificam e apontam o caminho de investigação, ao mesmo tempo que sublinham a sua inter-dependência narrativa e formal na aproximação a objecto de investigação. Podem elencar-se como segue:

**Objectivo 1.** Propor uma definição de individuação comprometida com a sua relevância para o funcionamento e desenvolvimento psicológicos.

**Objectivo 2.** Problematizar a estrutura formal da individuação, dando conta das suas orientações para os processos e produtos resultantes da relação do sujeito psicológico com o mundo.

**Objectivo 3.** Explorar, de modo sistemático, a interferência da individualização, enquanto modo hegemónico de socialização nas sociedades ocidentais, na configuração de oportunidades histórico-culturais de individuação.

**Objectivo 4.** Enunciar, descrever e caracterizar as principais forças, tensões e conflitos constituintes dos movimentos culturais e políticos que conduziram e sustentaram o processo de afirmação da individualização nas sociedades ocidentais.

**Objectivo 5.** Dar conta das tendências e prescrições formuladas pela individualização para a determinação do estatuto ontológico do indivíduo (sujeito psicológico), e determinar as suas consequências para a configuração da individuação (*i.e.*, estrutura imanente *versus* fenómeno a explicar a partir da noção de indivíduo), em geral, e para o estatuto do indivíduo no sistema de individuação (*i.e.*, fase e equilíbrio meta-estável da individuação *versus* centro explicativo e totalizante da individuação e das suas possibilidades), em particular.

**Objectivo 6.** Explorar as possibilidades de *trans-individação* no decurso da evolução histórica, cultural e política do processo de individualização.

**Objectivo 7.** Compreender e situar o papel desempenhado pela técnica, a partir da consideração do seu carácter farmacológico, na viabilização da individuação.

**Objectivo 8.** Questionar as orientações prescritas pelas indústrias culturais, para o uso dos *hypomnémata*, salientando os custos e contrapartidas psicológicos decorrentes da sua socialização pela via tóxica e pulsional.

**Objectivo 9.** Discutir a proposta de uma *ecologia relacional*, fundada em práticas de cuidado, de investimento e de compromisso, como estratégia para a re-elaboração de novos modos de vida, e capaz de fazer do devir técnico um futuro social pelo relançamento do desejo.

**Objectivo 10.** Debater o estatuto da elaboração teórica, a sua missão e as suas expectativas relativamente à restauração dos saberes, e da contrariação dos efeitos de *deficit* simbólico, de *racionalização* e de *dessublimação*, no que respeita aos conteúdos e processos psicológicos.

## 2. Individuação como Constituição Fundamental do *Ser-no-Mundo*.

Este capítulo tem por objectivo proporcionar uma introdução ao conceito de individuação, propondo uma definição que, de um ponto de vista psicológico, esclareça o seu enquadramento, intencionalidade e relevância, tornando-o susceptível de ser compreendido, simultaneamente, como objecto e recurso de investigação; como objecto de investigação, uma vez que, a partir da individuação torna-se no fenómeno para o qual o plano de trabalhos desta investigação concorre e se ocupa; como recurso de investigação, uma vez que a problematização da estrutura formal da individuação é passível de sinalizar os contextos e os agentes históricos e culturais que nela participam, facilitando a construção de eixos compreensivos da sua manifestação, e, por conseguinte, a caracterização dos seus contributos para a fundamentação do sujeito psicológico como sujeito epistémico, *i.e.*, o sujeito psicológico acedido como produtor de regras de ordenação e estabilização do real, que, actuando poietico-esteticamente, produz elementos de estruturação à medida que vai estruturando o seu mundo, enfim, um *Ser-em*, que se desdobra com e no *mundo*, e que através do *tempo* - do permanente fluir no momento seguinte-, se torna futuro (Cardoso, 2000; Coimbra, 1991; Heidegger, 1997).

Assim sendo, a estrutura geral deste capítulo obedece a três momentos, a saber: (i) um primeiro, no qual se procurará situar e fundamentar o ponto de vista de conjunto deste trabalho, bem como as suas opções de análise e investigação, de acordo com a abordagem e os principais contributos dedicados à individuação, designadamente, a originalidade da proposta e exigências de investigação da individuação realizada por Gilbert Simondon (revista ao nível do questionamento e reformulação ontológica da investigação), e a sua actualização e interpretação, associados, sobretudo, aos contributos de Bernard Stiegler; (ii) um segundo momento, no qual, uma vez avançada uma definição geral do conceito de individuação, se procederá à caracterização da sua estrutura formal, da sua dinâmica e ambição, demonstrando e exemplificando a intencionalidade da sua interferência e participação na viabilidade do funcionamento e desenvolvimento psicológicos, e, ao, ao mesmo tempo, apontando e esclarecendo a individuação como condição fundamental para a configuração do desenvolvimento psicológico, como experiência estética, posicionando-o no plano da existência (*cf.* Stiegler, 2006a, 2008a); por fim, (iii) um terceiro momento, destinado à síntese e integração dos temas analisados, em que após a circunscrição do campo de abordagem do conceito de individuação e os critérios para a sua definição, se procurará dar conta do sentido psicológico da análise; interessará, ainda, salientar que, ao

longo do capítulo, se procurará assinalar e caracterizar as implicações teóricas da proposta de definição de individuação, e, desse modo, identificar - ainda que com as limitações inerentes e reconhecidas a uma exploração inicial -, as possibilidades de articulação com os temas das seguintes propostas de trabalho.

## **2.1. Individuação: princípio, operação e processo.**

A realização de uma aproximação ou iniciação à individuação encontra, como primeiro esclarecimento e interpretação, a afirmação de que o conceito de individuação – e o movimento da sua definição – não repousa na ordem do *substantivo*, mas na do *verbo* e das suas potencialidades, dito de outro modo, a individuação pertence mais à ordem do processo do que à ordem do acontecimento, uma compreensão que apenas se torna pensável a partir da originalidade do pensamento e dos trabalhos de Gilbert Simondon, mais concretamente, a partir da sua proposta de questionamento e inversão da tendência de investigação ontológica, e dos seus dualismos (*e.g.*, Ser e devir; movimento e repouso), arrojando, então, transpor o posicionamento da investigação da história da constituição do Ser (*i.e.*, sujeito psicológico), localizando-a num campo de forças e tensões permanentes, e nunca resolvidas, que tem lugar no espaço infinitamente anterior do Ser constituído que é a ontogênese (Combes, 1999; Hottois, 1993; Simondon, 1964, 1989a).

A relevância da proposta de definição da individuação avançada por Gilbert Simondon para este trabalho, persiste e reconhece-se na originalidade do seu argumento, compreendida não só ao nível da inversão da marcha tradicional de investigação, aproximação, tratamento e redução do fenómeno da individuação, como também ao nível do esforço de re-estruturação de critérios e conceitos fundacionais e indispensáveis à problematização do Ser e da sua constituição (*e.g.*, forma, informação e potencial), bem como à organização de uma resposta para a necessidade de uma teoria geral da individuação e, nesse contexto, à formalização de critérios para uma axiomatização possível (Simondon, 1989a). Deste modo, a tarefa inicial de Simondon, para a estruturação de um novo campo de pensamento para a individuação, com a ambição da conquista de um novo estatuto de problematização, consistiu, precisamente, no questionamento e demarcação das premissas, da orientação e das implicações das duas concepções tradicionais de individuação, ambas caracterizadas pela abordagem da realidade do Ser como indivíduo (e, aqui, já é possível identificar a primeira premissa comum às duas



propostas), a saber: (i) a concepção monista ou atomista, e (ii) a concepção hilemórfica (Simondon, 1964, 1989a).

### **2.1.1. Monismo e hilemorfismo: fragilidades e constrangimentos das concepções de amplitude e de estatuto da individuação.**

A concepção monista de individuação (i) devota o indivíduo como unidade precária, estável e indivisível, sendo a extensão da sua existência, retida na assimilação a uma única unidade de grandeza (o átomo), *i.e.*, o indivíduo é sempre concebido como Ser total, um corpo vivo, que se percebe e se encontra, sempre, na coesão da gênese da sua estrutura. Contudo, a gênese do corpo vivo depende de uma oportunidade de acaso, da conjugação inesperada de forças, donde decorre a sua precariedade, uma vez que a unidade da sua estrutura parece sempre que é atingida por uma força superior à da coesão dos átomos que a compõem; a proposta de gênese do indivíduo (sujeito psicológico) associada à opção monista, uma vez resolvida, reclama um corpo vivo coeso, com a permanência de um núcleo estável e que sobressai na sua imutabilidade, confirmando-se, desse modo, como uma proposta substancializante ou *essencializante* do sujeito psicológico, no sentido próximo em que as suas gênese, constituição e estrutura, ao serem avançadas como um facto, tornam o sujeito psicológico conhecido de antemão, acessível à descoberta, pois, confirmam-no como incapaz de ensaiar novas formas de constituição (Simondon, 1989a). Por sua vez, a concepção hilemórfica de individuação (ii), identifica o indivíduo como um composto ordenado de duas essências vitais [matéria (*hylé*) e forma (*morphé*)], desta formulação; porém, não se entenda, como tema principal da concepção hilemórfica de individuação, o processo de constituição do indivíduo, e a sua eventual transmutação ou noção de *continuum* desenvolvimental do composto a que se refere, antes, o tema principal situa-se a composição do indivíduo ao nível da junção da matéria e da forma, prevista em condições sempre ideais e estáveis, ou seja, excluindo a noção de tensão e conflito (Debaise, 2004; Simondon, 1989a; Virno, 2004).

No entanto, apesar de às duas concepções descritas corresponderem opções e orientações diferentes relativamente aos elementos constituintes e ao campo de expressão da constituição do Ser, ambas participam de uma aceção comum, a da necessidade e existência de um princípio de individuação, mas um princípio de individuação que é absolutamente anterior à individuação, de tal modo que é capaz de explicá-lo em antecipação, concentrando-se aí, de acordo com as concepções monista e hilemórfica, a

designação da principal função do princípio de individuação; mais, as concepções monista e hilemórfica de individuação, ao assumirem a individuação como um acontecimento tardio ao Ser (entenda-se, Ser individuado ou indivíduo constituído), actuam no sentido da promoção de uma tendência e orientação de investigação ontológica da individuação concentrada no Ser total, no indivíduo constituído e finalizado (reconhecido num princípio de individuação que providencia o conhecimento da sua *essência*), a partir do qual decorre a individuação, e, acima de tudo, é explicada (Balibar, 1997; Hottois, 1993; Simondon, 1989a). Em síntese, a proposta de um princípio de individuação, elaborado pelas concepções monista e hilemórfica, satisfaz a finalidade de condução do indivíduo como centro explicativo da individuação, como seu dado inicial ou ponto de partida, no lugar de ser considerado, ele mesmo, como um termo da individuação (e esta pensada como um processo), dito de outro modo, a individuação, de acordo com esta tendência de investigação ontológica, ao invés de condição do contexto interpretativo (mais do que explicativo) da constituição do indivíduo, passa a ser determinada como coisa a explicar, associando-se a essa intenção a função do princípio de individuação.

Assim, o princípio de individuação, comum tanto à concepção monista como à concepção hilemórfica de individuação, termina, afinal, por enquadrar e legitimar conceptualmente a oposição ontológica entre Ser e devir, a qual encerra a individuação como um acontecimento tardio ao Ser, ou seja, processa a individuação como devir (consequente ao indivíduo já constituído), sendo, por esse motivo, a individuação e o devir duas formações tardias e imiscíveis com a dinâmica de constituição do Ser, permanecendo, este, finalizado na sua estabilidade e imutabilidade; de novo, interessa sublinhar - a propósito da tendência tradicional de investigação ontológica do Ser, que assenta na promoção de um princípio de individuação que deriva do Ser constituído, e que, por isso, define a individuação como algo, invariavelmente, reportável ao Ser – o contributo da concepção hilemórfica para o posicionamento da investigação da individuação num dualismo ontológico, o qual contribui, decisivamente, num primeiro plano, para a oposição entre Ser individuado e devir e, num segundo plano, para a aglutinação do devir e da individuação (Hottois, 1993; Marty, 2004; Roux, 2004; Simondon, 1989a).

Com efeito, na concepção hilemórfica de individuação, apesar do princípio de individuação que supõe prometer a associação das noções de processo e de transformação pela proposta de constituição do Ser, revista na operação de conjunção de duas essências (forma e matéria), encerra, no entanto, por reivindicar o princípio de individuação como um fenómeno secundário e localizável no momento seguinte à constituição do Ser, e o

princípio de individuação, atente-se, estaria contido na anterioridade das essências que precedem a constituição do Ser. Assim, o princípio de individuação, em vez de acontecer e de se manifestar no curso do processo de individuação, ou seja, em vez de participar do processo de individuação e de se encontrar e apreender na contemporaneidade da transformação, transmutação e desenvolvimento do Ser, é, antes, remetido para um estado anterior de permanência na forma ou na matéria, essências de que, segundo a concepção hilemórfica, depende para que a individuação, posteriormente, se concretize (Simondon, 1964, 1989a). Ora, a principal conclusão do argumento referido, seria a incapacidade da operação de individuação produzir e conduzir o seu princípio de individuação, atendendo ao facto de que a repartição original do Ser entre forma e matéria, reclamando para si a fundação dual da arquitectura do Ser, (insurgindo-se como condição urgente para a sua constituição), localizaria a individuação numa sequência temporal infinitamente distante do princípio de individuação, ao qual apenas reservaria a capacidade de orientar a operação de junção das duas essências (Lucchese, 2009; Simondon, 1989a).

Esclarecido o dualismo que fractura não apenas a arquitectura do Ser (caso se considera a possibilidade de a correspondência da estrutura do Ser a um arquétipo), será interessante compreender o alcance das concessões que a concepção hilemórfica de individuação reivindica para a investigação ontológica, pois, segundo Simondon, para além da evidência do dualismo *forma-matéria*, a tendência de investigação ontológica tradicional transporta consigo um dualismo precedente, designadamente: a realidade que recebe a forma e a realidade que contém a forma; isto porque, de acordo com a interpretação aristotélica (hilemórfica) do dualismo platónico (*cf.* Aristóteles, 384 a.C-322 a.C./1951; Platão, 431-404 a.C./1986), a actividade primeira e necessária para a constituição do Ser seria a integração da forma, nomeada como essência relativa a um ideal (realidade que contém a forma), na matéria (realidade que recebe a forma), sendo que, a partir deste ponto, se torna evidente que a concepção hilemórfica de individuação totaliza as suas forças no processamento e arranjo dualista entre forma e matéria, conservando entre elas uma relação de exterioridade inultrapassável, concebendo a individuação como um suplemento dessa relação: distante e conseqüente ao Ser (Balibar, 1997; Lucchese, 2009; Simondon, 1964, 1989a).

### **2.1.2. Ontogénese e a negociação de novas possibilidades de investigação da individuação.**

Daqui se compreende que em ambas as propostas o que se exclui e permanece negligenciado é o estudo e o interesse genuíno pela operação de individuação, uma vez que o indivíduo é considerado como causa totalizante da individuação e não um dos seus efeitos ou como termo relativo e integrado num processo mais amplo; por conseguinte, Simondon defende que tanto a concepção monista (substancializante), como a concepção hilemórfica (dualista), não constituem possibilidades de proposta de uma ontogénese da individuação, na medida em que ambas se posicionam antes da tomada de forma, que é a própria ontogénese, sendo particularmente evidente na concepção hilemórfica o refúgio nos dualismos da ontologia (Marty, 2004; Simondon, 1989a). É neste ponto, que, em contraste, é possível reconhecer a originalidade da proposta de investigação e definição de individuação desenvolvida por Simondon, as quais excluindo os dualismos da tendência tradicional de investigação ontológica, optam pelo incursão na ontogénese do Ser, ocupando-se da descrição da operação de individuação, na qual, verdadeiramente, os termos da relação não a precedem mas sucedem-lhe, e, dessa forma, consubstanciam o princípio de individuação, *i.e.*, em Simondon acede-se a uma nova ordem de investigação da individuação, ordem que é estabelecida pela vivência da operação de individuação - numa proximidade que apenas a opção pela ontogénese pode conceder -, desafiando uma nova sucessão temporal, a qual pode ser designada do seguinte modo: princípio de individuação, operação de individuação e Ser (indivíduo constituído) (Combes, 1999; Lucchese, 2009; Simondon, 1989a). Desse modo, a nova ordem ontogenética concede novas possibilidades de pensamento do Ser e da individuação a partir de uma orientação de investigação de ruptura com os desígnios substancializante ou dualista, em que passa a ser possível conhecer o indivíduo a partir da individuação, mais do que a individuação a partir do indivíduo.

Contudo, a ordem, orientação e critérios que a proposta de Simondon inspira e concretiza na restauração da investigação da individuação através da formulação da sucessão temporal *princípio de individuação - operação de individuação - indivíduo constituído*, não sugere, em momento algum, que o produto exclusivo do processo de individuação seja o indivíduo, e que o sentido da própria operação de individuação seja o da consumação do indivíduo constituído; pelo contrário, a originalidade da orientação do processo de investigação presente na sucessão temporal descrita, reside no facto de não

ceder ao totalitarismo substancializante da concentração do indivíduo como centro explicativo da individuação (assumida como devir e inconciliável com o tempo da operação de constituição do indivíduo); antes, considera o indivíduo como um dos produtos e, simultaneamente, um dos termos do processo de individuação (Combes, 1999; Hottois, 1993; Simondon, 1989a). Em Simondon, o princípio de individuação é recentrado na condição de rizoma<sup>3</sup>, orientando a operação de individuação no sentido do desdobramento contínuo e irrepetível de fases de evolução, sendo, justamente, o indivíduo apenas uma dessas múltiplas fases – uma dobra no *tempo* –, donde se conclui a antecendência de uma realidade germinal e concentradora de potencial, tensão e informação, designada por *realidade ou meio pré-individual* e, simultaneamente, a incapacidade inerente à suposição de qualquer limite pré-estabelecido para as possibilidades de individuação, sendo a individuação conservada como um processo inacabado na virtualidade da reconversão contínua dos seus potenciais (Simondon, 1964, 1989a; Stiegler, 2009).

Portanto, a primeira conclusão da definição de individuação proposta por Simondon - acedida unicamente através da fundação de uma nova orientação para a sua ontogénese – consiste no esclarecimento do carácter duplamente relativo do indivíduo, pois, por um lado, o indivíduo não representa a totalidade do Ser (uma vez que mesmo após a operação de individuação, o meio pré-individual não esgota os seus potenciais), e, por outro lado, surge como consequência de uma fase de individuação na qual não existia nem como indivíduo, nem como princípio de individuação (Simondon, 1964; Stiegler, 2009).

---

<sup>3</sup> No contexto da condução do argumento, e não sendo, no entanto, o objecto ou um dos objectivos deste trabalho, poderá ser interessante sublinhar a sugestão da centralidade e influência da noção de individuação desenvolvida por Gilbert Simondon nos trabalhos de Gilles Deleuze e Félix Guattari (Deleuze, 1990/1995; Deleuze & Guattari, 1972, 1980), nomeadamente ao nível do desenvolvimento da noção de rizoma; dado que, tal como proposto na exigência descritiva do método fundado na noção de rizoma, na individuação a multiplicidade e o regime sucessivo de modalidades de transformação (nunca resolvidas), recusando critérios como unicidade e univocidade, não inviabilizam a condução integrada da individuação, antes permitem confirmá-la como um sistema /modelo *a-centrado*, onde a complexidade da sua ontogénese, na renovação permanente dos seus limites, permanece inconciliável com qualquer tentativa de argumentação tautológica.

### **2.1.3. Realidade pré-individual: a constituição do Ser como radicalidade de potenciais-em-indivuação.**

É a partir da concepção do indivíduo como resultado e elemento relativo a uma fase do Ser, e, ao mesmo tempo, como um dos termos da operação de individuação, que se abandonam as ilusões de identidade e unidade estáveis como atributos do Ser e do indivíduo, pois, ao admitir-se a existência de uma realidade pré-individual, posicionada no plano da imanência (*cf.* Deleuze, 2001; Stiegler, 2008a), não se sugere somente que a realidade pré-individual existe antes de qualquer experiência do indivíduo, mas que, a acrescentar, está presente em toda e qualquer experiência do indivíduo (Lucchese, 2009; Simondon, 1964, 1989a). Com efeito, o meio pré-individual consiste na organização original do Ser em que não há fases, apenas potenciais, e é na condição de plano radical de potenciais que é possível compreender que o Ser em que se começa a processar a operação de individuação, é, por contraste, aquele que acolhe a resolução parcial dos potenciais, tensões e conflitos inerentes ao seu estado através da aparição sucessiva de fases, ou seja, aquele que confirma a sua condição na ordenação e repartição contínua em fases – o devir; deste modo, como alerta Simondon - invertendo a oposição estabelecida pela tendência da investigação ontológica tradicional que enuncia a oposição entre Ser e devir ou, mais fielmente, entre indivíduo (sujeito psicológico) e devir -, o devir não consiste num quadro geral no qual o *Ser-em-indivuação* se insere, antes, o devir consiste, ele mesmo, numa dimensão do Ser, uma dimensão que providencia a resolução temporária das potencialidades e incompatibilidades do estado homogêneo (porque não existem fases, mas apenas potenciais) inicial de *super-satuação* (*cf.* Simondon, 1964, 1989a) do Ser, relativo a um sistema de potenciais (Hottois, 1993; Marty, 2004; Simondon, 1989a). A individuação consiste, deste modo, na aparição de fases no Ser, que são – e aqui se concentra a originalidade da sua proposta – as fases do Ser, um processo que se conserva inacabado, na evidência que a estrutura do Ser que é promovida permanece em estado de conflitualidade e tensão, originando sempre novas fases<sup>4</sup> de resolução, em que o devir

---

<sup>4</sup> A noção de fase de individuação poderá encontrar equivalente analítico naquilo a que, numa linguagem psicológica, se poderia aceder como tarefa desenvolvimental, mas que, neste caso, se revelará insuficiente para o estudo da individuação, se não se abdicar da necessidade de resolução completa de uma tarefa desenvolvimental como condição para se suceder a possibilidade de resolução de outra de nível superior de complexidade, e se não se enquadrar a noção de tarefa desenvolvimental num tempo mais amplo que o do sujeito psicológico, *i.e.*, num tempo que acolha a amplitude de toda a operação do Ser (Heidegger, 1997).

actua, precisamente, na conservação da estrutura conflitual do Ser, uma vez que, ao mesmo tempo que realiza a resolução das tensões iniciais imbricadas na radicalidade de potenciais do meio pré-individual, conserva essas tensões no surgimento de novas estruturas do Ser, donde decorre a polaridade indivíduo-meio (Simondon, 1964, 1989a, 1989b).

#### **2.1.4. Equilíbrio meta-estável e ressonância interna: a radicalidade de potenciais.**

A condução do argumento da individuação como desdobramento do Ser em fases, e, por sua vez, do indivíduo como uma resolução temporária de uma fase do Ser, no contexto do processo de individuação, torna cada mais evidente a inadequação (associada aos dualismos da tendência tradicional de investigação ontológica), de se pensar o Ser, e o seu processo de desenvolvimento, como uma alternância entre estados inconciliáveis (*e.g.*, repouso-movimento; estabilidade-instabilidade), e que, idealmente, deveria conduzir a um equilíbrio estável<sup>5</sup>, uma inadequação que resulta do facto de que “(...) l'équilibre stable exclut le devenir, parce qu'il correspond au plus bas niveau d'énergie potentielle possible; il est l'équilibre qui est atteint dans un système lorsque toutes les transformations possibles ont été réalisées et que plus aucune force n'existe (...)” (Simondon, 1989a, p.15). Deste modo, torna-se compreensível que uma das condições para se pensar a individuação (princípio, operação e processo), a partir de um ponto de vista ontogenético, consiste no reconhecimento de que a *déphasage* do Ser – da qual decorre a ordenação da sua estrutura e a sua repartição em novas fases –, se organiza e depende da manutenção de equilíbrios de uma outra ordem, os quais sejam capazes de incentivar a promoção de estruturas novas do Ser, admitindo, continuamente, novas problemáticas. A ordem alternativa que se discute para o equilíbrio que assiste e suporta a operação da individuação - trata-se da meta-estabilidade - sendo que, por equilíbrio meta-estável, se entende o movimento contínuo e permanente de actualização da energia potencial ( $E_p$ )<sup>6</sup> de cada uma das fases, e entre cada

---

<sup>5</sup> O recurso à noção de *équilibre stable* traduz, aqui, tal como na Mecânica (ramo da Física), o estado em que um corpo, dotado de energia potencial ( $E_p$ ), sempre que se desloca do seu centro de gravidade (ou centro gravítico) e realiza um deslocamento, termina por retornar ao seu ponto inicial, por acção do trabalho realizado pela força gravítica (Simondon, 1964; Thuan, 1998).

<sup>6</sup> A energia potencial ( $E_p$ ) é a forma de energia que se encontra num determinado sistema e que pode ser utilizada a qualquer momento para realizar trabalho (W).

uma das fases, responsável pela organização de um regime de equilíbrios precários, porque ao invés de dissipar ou esgotar as energias de cada fase, converte-as em estruturas do Ser, conservando, desse modo, a tensão e a conflitualidade como características do Ser, mais do que a preferência pela unidade e ou pela identidade (Combes, 1999; Simondon, 1989a). Da noção de equilíbrio meta-estável, como condição da investigação da ontogénese, surge a conclusão de que o Ser, ou tampouco o indivíduo, são entidades finalizadas ou movimentos de trajectória calculável e contida, na medida em que a condição, sempre, relativa do Ser à sua realidade pré-individual, confirma-o, antes de mais, como imanência da radicalidade de potenciais aí contidos, permitindo-lhe avistar a inevitabilidade de actualizações futuras; assim, se percebe que a dependência da dinâmica do processo de individuação relativamente à alimentação de equilíbrios meta-estáveis, traduz a conservação - mesmo após a operação individuação, *i.e.*, mesmo após a constituição do indivíduo (sujeito psicológico) e, logo, na continuidade do processo de individuação – da sua estrutura pré-individual, a qual constitui uma fonte inesgotável de estados meta-estáveis futuros, a partir dos quais poderão ocorrer outras e renovadas individuações (Marty, 2003; Simondon, 1989a; Stiegler, 2006a, 2009b).

Em síntese, o Ser individuado, participante do processo de individuação, não se estatui na alternância de estados permitida pela manutenção de um equilíbrio estável, ou se finaliza na ambição de uma identidade estável e permanente, antes a conservação do seu carácter relativo à realidade pré-individual demonstra que o Ser individuado, mesmo após a individuação, continua a ser capaz de provocar individuações sucessivas, graças ao fluxo contínuo e inesgotável de potenciais da realidade pré-individual, e através da actualização de potenciais resultantes da tensão e conflitualidade das suas estruturas, um processo que Simondon designa por *ressonância interna*, que através do duplo movimento de amplificação e condensação da informação potencial das estruturas de individuação, opera sob a fundação e condução de *relações transductivas* (Combes, 1999; Simondon, 1989a; Stiegler, 2009b).



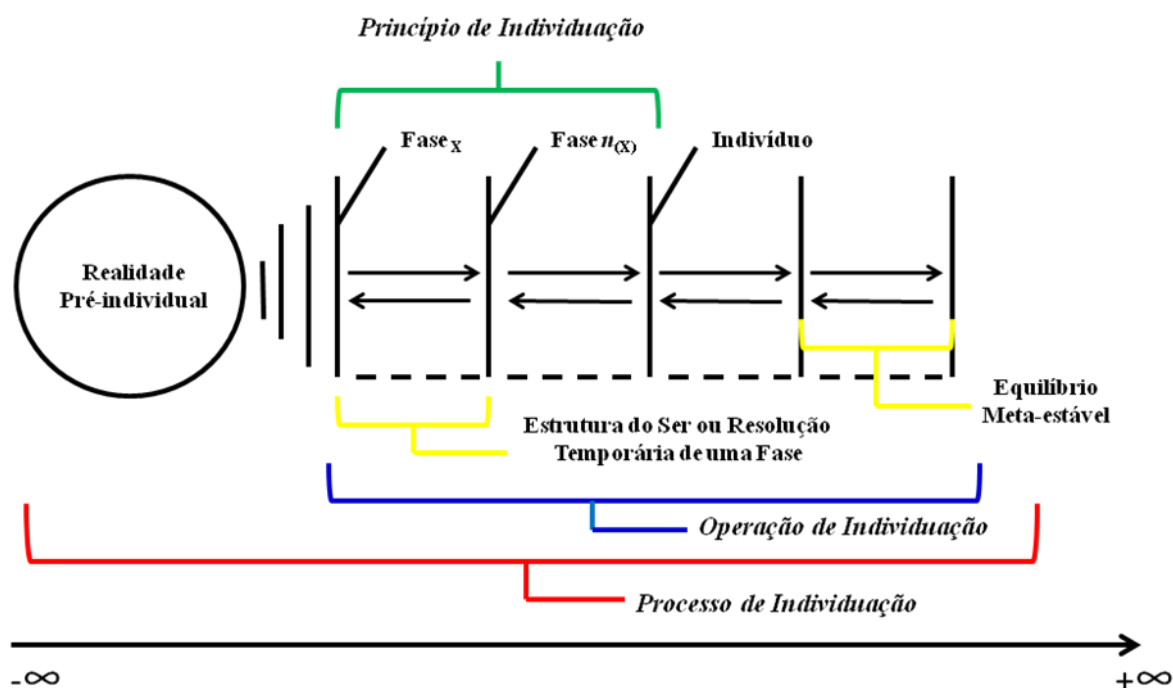


Figura 1. Proposta de ilustração da estrutura geral da individuação (princípio, operação e processo) e dos seus participantes e produtos.

### 2.1.5. Transdução e significação.

Na orientação original da proposta de ontogénese desenvolvida por Simondon, as relações transductivas constituem num mecanismo vital para a actualização de potenciais entre diferentes fases e estruturas do processo de individuação, sendo que, no contexto do pensamento de Gilbert Simondon, ultrapassam a concepção tradicional de transducção, comumente associada a um mecanismo de condução de energia entre dois pontos distais, passando a corresponder não apenas à transmissão mas, como referido anteriormente, à conversão de energia pelo duplo movimento de amplificação-condensação; por isso, o duplo movimento que as caracteriza, constitui, ele mesmo, uma estrutura de criação e novidade, uma vez que nas relações transductivas os termos da relação são constituídos ao longo da relação, não a precedendo (Stiegler, 2009b). Deste modo, a proposta de recolocação do processo de transducção não apenas com um processo de transferência de informação (energia potencial) entre dois pontos distais (processo quantitativo), mas como processo de conversão e transmutação (processo qualitativo) da informação em significado, permite, de novo, sublinhar o questionamento de Simondon da opção pelo dualismo forma-matéria, o qual assiste à concepção hilemórfica e que se revê, mais tarde,

na teoria cibernética da comunicação; pois, no contexto da orientação tradicional da investigação ontológica da individuação que a considera como um processo informado pelo indivíduo (estrutura primeira), dito de outro modo, que considera o indivíduo como centro explicativo da individuação – ignorando-o como um termo da individuação e uma fase do Ser, como propõe Simondon -, o processo de individuação, passa a depender, do momento único em que o indivíduo se constitui, o qual por sua vez, é reportado como informação da matéria pela forma (Simondon, 1989a). Da concepção de constituição do indivíduo descrita destacam-se duas implicações fundamentais para a definição de individuação, de acordo com o ponto de vista comum ao hilemorfismo e à teoria cibernética da comunicação, a saber: (i) a imaterialidade da informação, que apenas, tardiamente, converge e contacta com a matéria, e (ii) a definição do processo de constituição do indivíduo (sujeito psicológico) como um processo pacífico de transmissão de informação entre um emissor (forma) e um receptor (matéria), considerados duas extremidades homogêneas de uma linha de condução na qual a informação se transmite por justaposição. O resultado previsível das duas implicações fundamentais da opção pelo dualismo forma-matéria - como estrutura incorruptível e sem cedência à alternativa que poderia constituir os potenciais inesgotáveis de individuação do Ser e do indivíduo (Ser individuado) -, consiste na suposição da inteligibilidade e univocidade (decorrente da simetria da relação emissor-receptor) do processo de individuação, excluindo, por essa via, qualquer noção de meta-estabilidade ou mediação (Combes, 1999; Debaise, 2004; Simondon, 1989a).

E é no quadro global das consequências do dualismo ontológico forma-matéria para as dinâmicas do processo de constituição do indivíduo, que Simondon fundamenta o seu questionamento, esclarecendo, desde logo, a artificialidade da oposição e distanciamento entre a forma e a matéria e da impossibilidade da relação de independência e exterioridade da informação relativamente à matéria, contestando um modelo de comunicação que supõe a informação como vector de um exercício de influência entre uma estrutura pré-existente informante e uma matéria amorfa. Para Simondon, torna-se evidente que a informação (energia potencial) de um sistema, não se pode opor, nem mesmo analiticamente, ao meio (matéria) em que ela mesma decorrerá, ou através do qual é transmitida, sendo que o meio e a informação constituem um complexo, cuja finalidade e dedicação consiste na sua actualização permanente ante o desdobramento - proporcionado pelo devir - de fases do Ser (*déphasage*), provocando e conservando sucessivos equilíbrios meta-estáveis; assim, em vez da definição da individuação como um fenómeno posterior

ao indivíduo, ao qual por sua vez assiste uma essência resultante da informação da matéria pela forma (dualismo ontológico), Simondon inaugura um novo campo de pensamento do Ser (pré-individual e individuado), em que a operação de individuação se constitui como a estrutura de mediação (ou ponto de intersecção) entre a informação (energia potencial) e o meio (matéria), adquirindo os meios de individuação a qualidade de *meios associativos* (Simondon, 1989a; Stiegler, 2006a).

Como tal, a individuação, como *processo-em-progresso*, recusando a constituição do Ser como uma trajectória de condução linear de informação entre meios homogéneos, passa a estar comprometida com o processo de significação, uma vez que apoiada na operação de individuação, a qual através das relações transductivas introduz e resolve em cada fase problemáticas vitais, promovendo novas estruturas (equilíbrios meta-estáveis), denuncia a sua operação sob a forma de transformação de signos em significados, emergindo daqui o sentido e a orientação que informam todo o processo, *i.e.*, organiza os seus limites e contínua a individuar-se neles e com eles (Combes, 1999; Simondon, 1964, 1989a).

## **2.2. A estrutura formal do processo de individuação: nível psíquico, nível social e nível técnico.**

Apesar da proposta de Simondon apontar uma alternativa para a investigação da individuação, ao formular as questões acerca da constituição do Ser a partir de um ponto de vista ontogenético, e ao elaborar uma sequência progressiva e interpretativa dos mecanismos de evolução da individuação (*princípio de individuação - operação de individuação - indivíduo constituído*) – recentrando a individuação como temporalidade do Ser, e não como um fenómeno tardio ao indivíduo e coisa a explicar –, poder-se-ia, ainda assim, concluir o processo de individuação como um processo auto-suficiente, porque especializado nos seus recursos internos, *i.e.*, como um sistema cuja manutenção depende, unicamente, do recurso à energia potencial da sua realidade pré-individual; contudo, tal conclusão não poderia estar mais distante da proposta de Simondon, uma vez mesmo após a realização da individuação vital (constituição do indivíduo a partir da individuação do Ser pré-individual), a manutenção do equilíbrio meta-estável que resume o indivíduo, consiste num processo de negociação permanente da conflitualidade e tensão do seu

estado<sup>7</sup> com o meio (polaridade indivíduo-meio), sendo a individuação, acima de tudo, um sistema de transformação e de *participação-em-contexto* (Combes, 1999).

Daí resulta directamente que, as tentativas, elaboradas pelo indivíduo (sujeito psicológico), de resolução das problemáticas vitais incluídas nas sucessivas fases do Ser - as quais, por sua vez, resultam do desdobramento contínuo do Ser sintetizado pelo devir -, através da provocação de novas individuações, faliriam ante a insuficiência de uma conduta exclusivamente individual, pois, a actualização de potenciais, contemplando a recorrência do acesso à realidade pré-individual, é despertada e apenas faz sentido no contexto das problemáticas introduzidas pela polaridade indivíduo-meio. Assim, se conclui que a individuação do Ser como sistema, em geral, e o indivíduo (sujeito psicológico) como fase do Ser, em particular, apenas são possíveis num quadro de negociação permanente do seu estatuto com o meio, o qual integra a realidade de outros indivíduos, ou seja, a individuação será sempre um sistema de co-individuação, no qual dois, ou mais, indivíduos se constituem pela negociação dos seus estatutos, sendo, justamente, a partir deste ponto que é possível ressaltar a individuação como, simultaneamente, psíquica (eu) e colectiva (nós) (Combes, 1999; Simondon, 1989a).

E é no quadro da compreensão e especialização da individuação como individuação psíquica e colectiva, que surge a evidência de que a capacidade do sistema de individuação introduzir novas problemáticas vitais e ensaiar modos de resolução depende, directamente, da qualidade associativa do meio que a integra, dito de outro modo, para que a individuação se defina como um sistema de co-individuação (produtor de realidades individuais e colectivas), não basta a actualização, permitida pela polaridade indivíduo-meio, de potenciais com produtos de individuações de outros indivíduos, sendo necessário que o meio (vector do processo de individuação) se confirme como meio associativo, cuja operação essencial consiste em promover o reconhecimento dos produtos das diferentes individuações como co-relativamente dependentes; a acrescentar, ainda, o facto de que co-individuação do *eu* (individuação psíquica) e do *nós* (individuação colectiva) no contexto de um meio associativo constitui, segundo Simondon, uma operação de *trans-individuação* (Combes, 1999; Simondon, 1964; Stiegler, 2010).

---

<sup>7</sup> A caracterização do indivíduo (sujeito psicológico) recorrendo às noções de tensão e conflitualidade decorre do facto de, de acordo com Simondon, o indivíduo ser designado tão-só como uma termo da individuação ou resolução temporária de uma fase do Ser, como um feixe de equilíbrios *meta-estáveis* (Simondon, 1964, 1989a).

A formulação da individuação como um sistema de negociação de diferentes realidades de individuação e, por fim, a sua diferenciação em individuação psíquica e colectiva (*i.e.*, como sistema de co-individuação), permite antecipar a possibilidade de organização de uma estrutura formal de individuação – uma síntese que se atribui aos trabalhos desenvolvidos por Bernard Stiegler (*cf.* Stiegler, 2009, 2010) -, a qual, identifica, primeiramente, a sua repartição – ainda que apenas acessível e válida de um ponto de vista analítico - em dois níveis distintos, designadamente: (i) o nível psíquico (emergência da figura do *eu* ao nível da individuação psíquica), e (ii) o nível social (emergência da figura do *nós* ao nível da individuação colectiva); no entanto, a concretização plena da individuação, e da sua estrutura, como um sistema comunicante da estruturação da realidade do Ser e do indivíduo (sujeito psicológico) pela *participação-em-contexto*, apenas se cumpre com a emergência de um terceiro nível de individuação, cuja função se situa, idealmente, no plano da organização de condições favoráveis à mediação dos níveis anteriores de individuação com o meio, exprimindo-se, em meios associativos, através da *trans-individuação*, sendo esse nível designado por (iii) nível técnico<sup>8</sup> (Simondon, 1964, 1989b, 2006; Stiegler, 2005/6, 2010). De referir que a formalização de um nível técnico de individuação, e a referência à individuação técnica como processo que, a ser realizado em meios associativos, favorece e otimiza o desenvolvimento de circuitos *trans-individuantes*, se fundamentam na consideração da técnica, e dos objectos que supõe, como uma *exteriorização* ou *artificialização* da memória, como um prolongamento da existência por outros meios, organizando novas formas de relacionamento com o mundo, e que, dessa forma, contextualiza, orienta e dá sentido à operação de conciliação dos diferentes produtos da co-individuação (Simondon, 1989b, 2006; Stiegler, 2010).

Todavia, convém salientar que a proposta de divisão da estrutura do processo de individuação em três níveis diferentes de individuação, apenas é sustentável do ponto de vista analítico, pois, apesar de distintos, os três níveis conservam-se inter-dependentes, uma vez que a viabilização do processo de desenvolvimento psicológico depende da manutenção/alimentação dos trânsitos de influência e recorrência permanentes entre os três níveis de individuação, permitindo uma estrutura de acção comunicante com o contexto,

---

<sup>8</sup> A exploração do nível de individuação técnica será retomada no capítulo 5 (“Proletarização do desejo: Reduções sistemáticas para a descontinuidade entre produção e consumo.”), a partir da qual de se procederá à caracterização da estrutura farmacológica da individuação, com o objectivo de denotar a sua interferência ao nível da promoção de meios associativos, e, por conseguinte, ao nível da viabilização do funcionamento e desenvolvimento psicológicos.

*i.e.*, a viabilização do processo de desenvolvimento psicológico depende do estabelecimento e alimentação de circuitos de *trans-individuantes* (Combes, 1999; Stiegler, 2009; 2010). A inter-dependência estrutural e funcional dos três níveis de individuação permite, ainda, progredir na caracterização da individuação, como um sistema de especialização do humano e do social, enfim, como um sistema capaz de situar a finalidade do desenvolvimento psicológico não apenas ao nível subsistência (individuação vital), como também ao nível existência, desafiando a experiência do mundo como uma experiência estética; a individuação como um desafio à construção da experiência do mundo como experiência estética, encontra fundamento no facto de que a sua realização, em contextos associativos, permite ao sujeito psicológico aceder à construção de estruturas de sublimação da relação com o objecto técnico, a partir da qual organiza o questionamento de qualquer tentativa de imposição de um ordenamento anterior, que não seja aquele que resulta da participação e articulação com o *real* (incluindo as suas dimensões histórica, cultural e simbólica) (Dufrenne, 1964; Rancière, 2009, 2011).

### **2.3. Conclusão.**

Da exploração da estrutura formal da individuação, e da caracterização dos três níveis inter-dependentes que a integram, é possível ressaltar uma outra conclusão: a apreensão do carácter múltiplo, permeável e sistemático da individuação, que, apoiado na sua capacidade inesgotável de elaboração de relações transductivas - promovendo novas estruturas de relacionamento entre os produtos das diferentes individuações e respectivas realidades pré-individuais-, permite reforçar a individuação como sistema de transformação, e acrescentar a sua configuração como sistema produtor de estruturas de diálogo, relacionamento e negociação (*i.e.*, fases de individuação sustentadas por equilíbrios meta-estáveis) com as diferentes esferas da existência (Stiegler, 2010).

Assim sendo, as principais conclusões e implicações da exploração sistemática da noção de individuação - a partir dos contributos da abordagem desenvolvida originalmente por Gilbert Simondon e retomada por Bernard Stiegler -, desenvolvida no sentido de satisfazer um dos principais objectivos deste trabalho, o qual consiste no ensaio de uma definição de individuação, podem ser enunciados do seguinte modo: (i) apelo à necessidade de formulação da individuação, a partir de um ponto de vista ontogénico, recusando os dualismos (e.g., *Ser-devir*; *repouso-movimento*) sugeridos pela tendência

tradicional de investigação ontológica; (ii) caracterização do indivíduo (sujeito psicológico) como uma fase do Ser e um termo do processo de individuação, cuja vitalidade decorre da capacidade da sua resolução provisória através da organização de equilíbrios meta-estáveis; (iii) proposta de uma configuração da temporalidade da resolução (provisória) do sistema de individuação: *princípio de individuação-operação de individuação-indivíduo constituído*; (iv) caracterização do indivíduo (Ser individuado ou sujeito psicológico), não como Ser total, mas como Ser relativo a uma realidade pré-individual, onde apenas existia sob a forma de potenciais, *i.e.*, sob a forma de antecipação de estados meta-estáveis futuros; (v) reconhecimento da individuação como sistema de construção de realidades individuais e colectivas, e de integração dos diferentes produtos dessas realidades através da elaboração de relações transductivas, ou seja, a individuação como sistema de co-individuação, e promotor da individuação psíquica e da individuação colectiva; (vi) definição da estrutura formal de individuação como uma estrutura de acção e relacionamento com o mundo, a qual se encontra, analiticamente, dividida em três níveis distintos e inter-dependente: nível psíquico, nível social e nível técnico; sendo que a viabilidade do funcionamento e desenvolvimento psicológicos depende da manutenção de circuitos trans-individuantes entre os diferentes níveis.

Com efeito, a conclusão que sintetiza as intenções do presente capítulo consiste na definição da individuação como sistema fundamental de construção de realidades e ao mesmo tempo como sistema de mediação e ordenação das experiências de aproximação e participação no *real*, conferindo sentido, significado e finalidade (*télos*) ao Ser, em geral, e ao indivíduo, em particular, dito de outro modo, a individuação como um sistema imanente que não se totalizando à construção do indivíduo (Ser individuado), acolhe-o e integra-o como participante na temporalidade do Ser, introduzindo novas problemáticas vitais de resolução sempre inacabada. Com efeito, a experiência e orientação fundamentais da investigação da individuação, para a compreensão do funcionamento e desenvolvimento do sujeito psicológico a partir dela, e em que consiste o sentido psicológico principal das conclusões deste capítulo, reside na compreensão da individuação não como sistema remissivo à noção de *essência*, mas como sistema, sempre, inacabado do tornar-se humano, do que está por Ser.

### **3. Individualização e a sua interferência na construção de oportunidades historico-culturais de individuação.**

A definição da investigação das oportunidades historico-culturais de individuação, na sua relação com as oportunidades e riscos para o funcionamento e desenvolvimento psicológicos, como objectivo geral deste trabalho, antecipa como exigência e proposta sistemática para o plano de trabalhos, em geral, e para o objectivo deste capítulo, em particular, a identificação e caracterização da evolução dos modos de socialização, que contextualizam, orientam e dão sentido à experiência e aos produtos do processo de individuação.

Com efeito, da definição, do enquadramento e da problematização do objecto de estudo (individuação), realizados no capítulo anterior, resultou como principal conclusão e evidência, o estabelecimento da compreensão do indivíduo (Ser individuado ou sujeito psicológico), como uma entidade, infinitamente, relativa à *realidade pré-individual*, incluída num sistema mais amplo que o da sua individuação vital (constituição do indivíduo), que é o próprio sistema de individuação (reportável à temporalidade do Ser, revista na sua sucessão em fases: *déphasage*), conclusão essa que se afirmou como condição primeira e inegociável para a organização de oportunidades de individuação do sujeito psicológico; dito de outro modo, uma oportunidade de individuação é aquela que reúne condições históricas e culturais para a confirmação do indivíduo (sujeito psicológico) como mais um *equilíbrio meta-estável* do sistema de individuação, como um termo das relações *transductivas* (cf. Capítulo 2) do processo de individuação, e não como centro explicativo ou elemento desencadeante do sistema de individuação (Simondon, 1964, 1989a). Ora, é, precisamente, neste ponto que se pode justificar e compreender o objectivo deste capítulo, uma vez que a partir da conclusão anteriormente descrita, a identificação de oportunidades historico-culturais de individuação passa a processar-se como função dependente da averiguação da forma como os modos de socialização dominantes, nas sociedades ocidentais, concretizaram e tematizaram a abordagem ao indivíduo (sujeito psicológico), e, conseqüentemente, do estatuto lhe reservaram.

De referir, que a condução da análise, de acordo com o objectivo traçado para este capítulo, soma relevância e intencionalidade, quando pensada de acordo com o enquadramento e fundamentação metodológicos deste trabalho, proporcionados pela opção pela abordagem da Psicologia Crítica, na justa medida em que esta declarando como



princípio a recusa da *essencialização* da vida e funcionamento psicológicos (*i.e.*, da sua consideração dos seus atributos e estruturas como dimensões puras), reforça a necessidade de se posicionar a investigação e a análise ao nível da identificação e determinação do alcance e das relações de influência dos factores e condicionantes estruturais, formulados pelos modos de socialização, que contextualizam e condicionam a participação e diálogo do sujeito psicológico com o sistema de individuação, e, como tal, a configuração do seu estatuto no processo de individuação (Adorno & Horkheimer, 1947/1985; Fox & Prilleltensky, 2002; Prilleltensky, 1994).

Este capítulo, procurando responder à urgência de se pensar a individuação do sujeito psicológico num quadro de evolução estrutural - um quadro interpelante dos grandes eixos históricos, culturais e políticos que perpassam a relação do sujeito psicológico com o mundo -, dedicar-se-á à caracterização da evolução dos modos de socialização nas sociedades ocidentais, conferindo, a este respeito, particular importância ao movimento de que conduziu e sustentou a contratualização do processo de individualização como modo hegemónico de socialização nas sociedades ocidentais contemporâneas (Coimbra, 2005; Coimbra & Menezes, 2009; Elliott & Lemert, 2009), visto ser esse o contexto no qual as conclusões e contributos deste trabalho apelam e se inscrevem. Por conseguinte, a prossecução do objectivo deste capítulo, decorrerá no sentido da identificação das principais forças, tensões e conflitos subjacentes às dinâmicas de implementação e afirmação do processo de socialização nas sociedades ocidentais, tendo em vista aceder às tendências de interpretação do estatuto do sujeito psicológico face à individuação, *i.e.*, se o processo de individualização nas sociedades ocidentais caminhou e se afirmou no sentido da *essencialização* do sujeito psicológico, totalizando-o o sistema de individualização ao indivíduo, e considerando o sistema de individuação como coisa a explicar a partir deste, ou, se, pelo contrário, o processo de individualização caminhou no sentido da organização de condições favoráveis ao reconhecimento do sujeito psicológico como uma fase do sistema de individuação, e, nessa sequência, tendo-se demonstrado como um modo de socialização especializado na promoção de contextos associativos.

Mais, pode-se, ainda reforçar que, dada a singularidade do objecto de estudo, a concretização da proposta de trabalho do presente capítulo apelará, concretamente, à interferência da individualização (situando-se a análise da individualização, apenas no contexto do seu processo de estabilização enquanto modo hegemónico de socialização: desde a Renascença até à segunda metade do séc. XIX), nas possibilidades de ensaio da direcção e do sentido dos modos de resolução da *individuação* enquanto sistema meta-

estável; o mesmo será dizer, neste capítulo interessa identificar e caracterizar, sob um ponto de vista psicológico, o comportamento dos efeitos históricos, políticos e culturais do processo de individualização na viabilização da *individuação* enquanto sistema dinâmico, porquanto a sua regulação depende da capacidade de estabelecimento e alimentação de trânsitos, permanentemente, recorrentes (circuitos *trans-individuantes*) entre os três níveis, distintos mas não independentes, que a integram (nível psicológico, nível técnico, nível social), procedendo dela o processo de constituição do sujeito psicológico bem como da construção da realidade social (Combes, 1999; Simondon, 1989a; Stiegler, 2010a). Em síntese, este capítulo dedica-se à investigação do processo de individualização, privilegiando-se como estratégia a identificação e caracterização os seus principais conflitos, forças e tendências, de forma a que, no final, se possa concluir o estatuto que esse modo particular de socialização antevê e reserva ao sujeito psicológico no sistema de individuação, donde, se poderá, ainda, concluir a proposta que formula, até, para a interpretação do próprio sistema de individuação.

Assim sendo, a estrutura geral deste capítulo desdobra-se em quatro momentos ou secções, a saber: (i) um primeiro, em que se procurará enunciar, descrever e caracterizar, sob um ponto de vista psicológico, as principais tensões culturais e políticas subjacentes à individualização, atribuindo-se especial atenção ao papel desempenhado pelo individualismo na sustentação e afirmação progressivas do processo de individualização como processo de socialização dominante nas sociedades ocidentais; (ii) um segundo momento ou secção, em que, partindo dos contributos e avanços da secção anterior, se demorará a análise na exploração e diferenciação das noções de subjectivação e subjectividade, e na determinação do seu papel no processo de individualização e nas possibilidades que este formula na configuração do estatuto do sujeito psicológico face à individuação; para tal, a abordagem a desenvolver na segunda secção versará quatro propostas globais de investigação: (a) explorar as possibilidades de formulação de uma alternativa discursiva às considerações acerca do carácter confirmatório do estatuto ontológico do sujeito psicológico, (b) organizar um quadro compreensivo das expectativas acerca do lugar de resolução da subjectividade no processo de individualização, (c) aprofundar a distinção *althusseriana* entre *noção* e *conceito*, na proximidade da sua articulação com a exploração da viabilidade da configuração de uma teoria do Sujeito; (d) dar conta o conflito da opção por uma teoria do Sujeito, ao nível das implicações na resolução da subjectividade no processo de individualização; por fim, (iii) um terceiro momento ou secção, que designará como tarefa principal a exploração das raízes e da

intencionalidade do projecto cultural e político que conduziu e sustentou a estabilização do processo de individualização na Europa Ocidental, procedendo-se à determinação, enunciação e descrição de alguns dos seus custos inéditos e mais assinaláveis para a configuração da relação do sujeito psicológico com o mundo (*e.g.*, *racionalização*, *burocratização* e *tecnicização* da actividade humana e social), ou seja, para a organização da sua experiência pessoal, uma análise que, facilmente, antecipa consequências para as possibilidades de interpretação do estatuto do sujeito psicológico face ao processo de individuação concedidas (ou melhor, permitidas) pela individualização; por fim, (iv) um quarto momento, no qual uma vez descritas e problematizadas as principais forças, tensões e conflitos das dinâmicas de evolução e estabilização da individualização, reunir-se-ão as condições para que, finalmente, se possa averiguar de que modo o estatuto do sujeito psicológico tem sido processado, *i.e.*, ou se a sua conceptualização decorre, - no contexto das forças e tendências dominantes no processo de individualização -, no sentido da sua totalização e absolutização (entenda-se, no sentido da confirmação do indivíduo como centro explicativo do processo de individuação, uma tendência comum, como revisto no Capítulo 2, tanto à proposta *monista* como à proposta *hilemórfica*), ou se, a evolução histórica dos movimentos e tendências culturais e políticos que têm conduzido o processo de individualização, e têm conferido intencionalidade, se têm manifestado como um modo de socialização favorável para a configuração do indivíduo (Ser individuado ou sujeito psicológico) como uma fase do processo e do sistema de individuação, participante numa estrutura plural de relação com o mundo (estrutura organológica articulada em três níveis distintos e inter-dependentes: nível psíquico, nível técnico, nível social).

### **3.1. Individualização e Individualismo: Custos, tensões e conflitos da emergência de uma nova configuração psicológica.**

Dado o carácter complexo e ambíguo dos modos de construção social e das forças incluídas no processo de individualização – aqui, acedido enquanto processo de socialização, através do qual decorre um afastamento e contestação progressivos das formas tradicionais de associação comunitária –, a extensão compreensiva dos seus modos de organização, obriga, como ponto de partida, à identificação das implicações de tendência presentes no próprio processo estrutural de socialização contemporâneo, desde o reconhecimento da extenuação das formas colectivas de organização social e humana, com implicações nos processos e funcionamento psicológico do *self*, até à sua expressão mais exacerbada contextualizada na evolução histórica do dúplice *individualização-individualismo*<sup>9</sup> (Fernandes, 1990; Touraine, 1992; Touraine & Khosrokhavar, 2001). Contudo, não se trata, aqui, de uma questão de transporte histórico, ou de confissão de traçados, mas antes da afirmação de reconhecimento da impossibilidade da opção por uma divisão categorial de processos, no que concerne ao próprio processo de individualização (Ureña, 1978), sendo a principal intenção a extracção e análise críticas, das suas dimensões no estatuto relacional do sujeito psicológico, e as implicações no seu processo de constituição, e, consequentemente, na contextualização das principais forças e tendências que servirão de motivo à evolução do processo de individualização até à contemporaneidade.

#### **3.1.1. Individualização e evolução histórica dos traçados de convergência com o individualismo e a subjectivação.**

A correspondência e legitimação do *individualismo* como ideal (*cf.* Dumont, 1991), como arquétipo de projecto político, situa-se e ocupa-se, neste trabalho, na expressão concreta do movimento que conduziu e sustentou o Iluminismo – apesar do

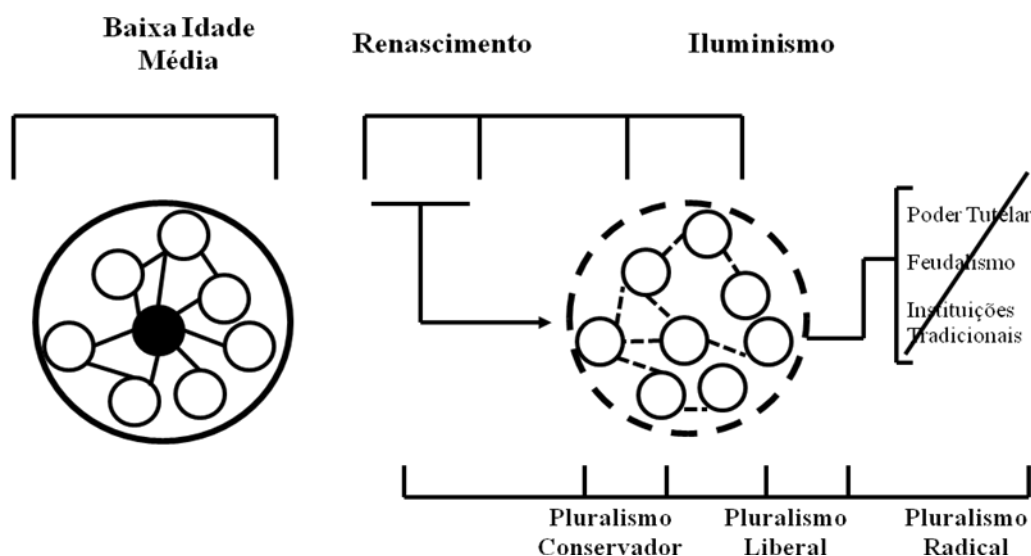
---

<sup>9</sup> Apesar de nesta secção do capítulo se avançar com uma proposta de evolução histórica e cultural do processo de individualização, atenta à sua relação particular com o individualismo, será somente na terceira secção do capítulo (4.3.), que a intencionalidade do projecto cultural e político, que conduziu e sustentou o processo de individualização, será abordada de modo mais sistemático e satisfatório ao nível da caracterização e da avaliação da sua relação de influência na organização de possibilidades que concretizou de viabilização da estrutura organológica de individuação.

reconhecimento da sua erupção inicial na Grécia Clássica e da ampliação das suas correspondências ao movimento da Renascença – elegendo-se, para efeitos de condução da análise, como contexto representativo apenas uma das suas variantes de interpretação: a Revolução Francesa, enquanto contexto concentrador das forças e tendências culturais e políticas europeias ocidentais do final do séc. XVIII (Nisbet, 1974; Soboul, 1975). Contudo, a opção pelo contexto da Revolução Francesa não constitui uma tentativa aberta à neutralização das tensões e conflitos presentes no programa ideológico que o *individualismo* permite reconhecer; longe disso, a opção pretende formular as resistências nas sucessivas tentativas de organização de um fluxo de acção que sustentasse, à época, uma opção política viável incluindo as resistências nas transmutações presentes na proposta encerrada pelo pluralismo-federalista, co-extensivas aos desenvolvimentos culturais e políticos dos sécs. XIX e XX, *i.e.*, desde um pluralismo conservador, apesar de reaccionário, passando por um pluralismo liberal, até a um pluralismo radical, movimentos que, de resto, dão sempre forma e conteúdo aos contextos onde a dimensão e funcionamento psicológicos têm lugar (Nisbet, 1974).

Todavia, na Revolução Francesa reconhecem-se, apesar da heterogeneidade supra-referida, os princípios associativos comuns do novo ideal que constitui o *individualismo*: a reacção à centralização e colectivização do poder, a insurreição relativamente às estruturas e instituições intermediárias de autoridade tradicionais (*e.g.*, aristocracia, Igreja, classe, feudalismo, família patriarcal), enfim, a afirmação da descontinuidade relativamente aos representantes das intenções de persistência das forças de organização medieval (Bataille, 1949/2005; Nisbet, 1974; Soboul, 1975); princípios associativos que engendram o projecto europeu de reivindicação de um poder individual não mediado, constituindo-se o começo da erosão das formas de associação comunitária, ou tão-só de exercícios concêntricos e abrangentes de colectividade, nos quais os processos de regulação se confirmam espontâneos e dependentes executivos do cerrado tecido social, da densidade das relações circunscritas à proximidade da colectividade, e ao seu carácter tutelar (Fernandes, 1990; Laloup & Nélis, 1966). Porém, e como alerta Macpherson (1988, p.256), “it is not a question of the more individualism, the less collectivism.”, não se trata de uma reacção absoluta à estrutura social; antes o processo inicial de *individualização* sustém a sua organização, e encontra a sua proposta de funcionamento, no reconhecimento da supremacia da sociedade civil, ou dito de outro modo, na supremacia da sociedade civil sobre qualquer outra forma de governo, não se produzindo, ainda, como resultado consistente, a desintegração dos ligames sociais, verificando-se, até, a conservação, apesar

de enfraquecidas, das relações e das pressões sociais regionais (Althusser, 1972; Macpherson, 1988; Simmel, 1922/1990), uma vez que a expressão da propriedade, e o seu exercício, dependem, e apenas encontram viabilidade e significação no quadro da existência de um reconhecimento da estrutura da sociedade civil; além de que “the individuals who have the means to realize their personalities (that is, propertied) do not need to reserve any rights against civil society, since civil society is constructed by and for them, and run by for them” (Macpherson, 1988, p. 256), convertendo-se, assim, na primeira evidência da precipitação do processo de *individualização* para uma expressão utilitarista do fundamento da organização social. Neste cenário de oportunidades crescentes de auto-afirmação, e de aquisição de um sentido de diferenciação, encontra-se, talvez, um primeiro fundamento para o valor psicológico que é a *subjectivação*, compreendida, enquanto característica do processo individualização, e descrita como uma centração da atenção em relação às qualidades pessoais, apelando à sua diferenciação, conduzindo, por essa via, a uma acentuação do carácter reflexivo do funcionamento e processos psicológicos do *self*, e evocando a centralidade discursiva da experiência individual no processo de construção da identidade, passando o sujeito psicológico a ser definido como ontologicamente anterior à sociedade (Elliott & Lemert, 2006; Fernandes, 1990; Mahoney, 1991), enfim, a manifestação de um indício de defesa de um princípio de identidade, de individualidade, de um *cogito*, soerguido na promessa de um programa de acção auto-suficiente (Bermudo, 1983; Foyer, 1965; Jaspers, 1953/1978).



*Figura 2.* Representação das tendências da evolução histórica da afirmação progressiva do individualismo enquanto ideal e projecto político

Contudo, está-se, ainda, na presença de um exercício de individualismo situado (*i.e.*, não *desindividuante*), o qual, apesar de estar inscrito no início da marcha de um processo de *individualização individuante*, que implica, por defeito, um distanciamento crescente (mesmo que atenuado) em relação aos interesses da comunidade/ colectividade, se revela capaz de preservar os laços comunitários; a conservação dos ligames sociais, apesar da expressão crescente de processos de socialização auto-dirigidos, apenas se torna possível, dado que tanto o pluralismo conservador, na versão de Bonald (*cf.* Nisbet, 1994), ou mesmo, o pluralismo liberal, organizam a síntese improvável entre o sentimento de desconfiança na estrutura social, por um lado, e o reconhecimento do poder do Estado, por outro (Nisbet, 1994), apelando-se, pois, e apesar de um valor *individuante* da acção, ao reconhecimento da *solidariedade mecânica* (*cf.* Durkheim, 1893/1991), e de uma estratégia de liberdade associativa, para a qual Lamennais (*cit. in* Nisbet, 1994) alertava:

“From equality is born independence, and from independence isolation. As each man is circumscribed, so to speak, in his individual life, he no longer has more than his individual strength for defending himself if he is attacked; and no individual strength can offer sufficient guarantee of security against the incomparably greater force of which is called sovereignty and from which arises the necessity of a new liberty, the liberty of association.” ( p.420).

Se é certo que a liberdade associativa, a qual Lemennais, Diderot ou Tocqueville defendiam (Nisbet, 1994), encerrava, como benefício, a constituição de um sujeito psicológico tributário com os outros, associado em comunidade e direitos, ao mesmo tempo que conquista a possibilidade de gerir o seu espaço de emergência de sentido de consciência, diferenciação e subjectividade (Fernandes, 1990), não se poderá deixar de identificar aqui uma das raízes da *teoria tradicional*, e o seu princípio naturalizante, uma vez que converte a *liberdade positiva* (*i.e.*, material) (*cf.* Bermudo, 1983), numa *liberdade formal*, político-jurídica, centrada, acima de tudo, na operatividade e ordem sociais, e, como resultado directo da prevalência de uma burguesia que ainda repousava numa organização mercantilista<sup>10</sup>, ainda distante daquela que viria a propor a luta por uma

---

<sup>10</sup> Organização mercantilista, que inclui a particularidade de sustentar afinidades com o sistema feudal, devendo tal ser compreendido sobretudo como um movimento próprio de uma burguesia ascendente, que durante o séc. XVIII ambicionava uma invasão directa nas condições e estatuto de nobreza, bem como na hierarquia imposta pelo Estado feudal (Althusser, 1972).

*sociedade aberta*, e a anunciar e preparar a incursão na sedimentação do advento industrial (Althusser, 1972; Popper, 1993; Stirner, 2004), desviando-se, desse modo, a opção pela confirmação de um *indeterminismo lacunar*, *i.e.*, de um governo individual que exclui todo e qualquer finalismo, e até a regularidade e previsibilidade da ordem social (*cf.* Foyer, 1965; Touraine, 1992). Não será, pois, surpresa, que no movimento de negociação e reconciliação da irreducibilidade da diferença individual relativamente à ordem social, em benefício desta última, se possa antecipar o desejo de secularização universal (Pereira, 1990; Taylor, 2007), que introduz o que mais tarde virá a culminar no desaparecimento do sujeito revolucionário, reafirmando-se o princípio da *razão instrumental*, como veículo de libertação dos constrangimentos naturais, não prevendo, porém, que da resolução dos constrangimentos naturais (*i.e.*, o domínio do abstracto sobre o concreto), surgirá invariavelmente uma segunda forma de dominação e controlo: a sociedade, dissolvendo a individualidade na racionalidade da vontade geral, e da universalidade da lei, pelo princípio instrumental da acção (Adorno & Horkheimer, 1947/1985).

Confirmadas as resistências iniciais à constituição de um sujeito psicológico de acentuada reflexividade, o qual reconhece a legitimidade da esfera privada, e da sua necessidade de diferenciação face à colectividade, o processo de *individualização* estende-se e prossegue durante o séc. XIX na Europa ocidental pelas permissões concedidas, sobretudo, pela ascensão do ideal romântico alemão, que reforça a necessidade da libertação interior em relação às comunidades tradicionais, exaltando a expressão autêntica do sujeito, acentuando o desejo de libertação de toda a coacção exterior, ou de todo o *Idealismo* apriorístico que se sobreponha ao governo e perspectiva de acção e responsabilidade individuais, da sua alteridade auto-dirigida, e acima de tudo o seu poder criativo, fonte de *subjectivação* (Fernandes, 1990; Jaspers, 1953/1978; Touraine, 1992); assim, é o percurso que situa o seu começo no estado de renúncia ao estatuto inquieto da consciência de si mesmo (característica abrangente das sociedades medievais e pré-revolucionárias) e que progride, em ruptura, numa secularização, racionalização, e instrumentalização crescentes, conducentes a uma opção por um processo de constituição *subjectivante*, que organiza condições para a emergência de um novo humanismo, também ele consagrado à afirmação da capacidade de escolha e autonomia, garantindo uma outra concepção de dignidade humana, ao mesmo tempo que promove o contacto e a inscrição na rede de relações sociais, assegurando níveis de solidariedade e inter-subjectividade com os interesses da comunidade, situando e envolvendo o desenvolvimento e funcionamento



do sujeito psicológico no espaço social, sendo o retorno a si feito em relação permanente com os outros (Fernandes, 1990; Simonis, 1979).

De facto, é a liberdade situada do processo de *individualização* [característico do *Humanismo Socialista* (cf. Fromm, 1965), com particular incisão nos sécs. XIX e XX, que, mais do que protelar pela conservação e exaltação das diferenças individuais, acentuava o carácter fundamental da comunhão social (Laloup & Nélis, 1966)], que permite conceptualização de iniciativas activas e transformadoras de sujeitos conscientes, somente capaz de dar conteúdo e significado à *nova* instituição da vida psicológica, a síntese da identificação individual: o *self*, constituindo desse modo uma oportunidade de *auto-compreensão* e auto-realização (Habermas, 1990; Mahoney, 1991; Neimeyer & Mahoney, 1995; Simonis, 1979), além de que se formula a intenção de promover o sujeito psicológico como uma entidade, *i.e.*, não concentrando, apenas, a sua vivência/experiência no estatuto de *ego* pensante (Fromm, 1965; Kelle & Kovalzon, 1976).

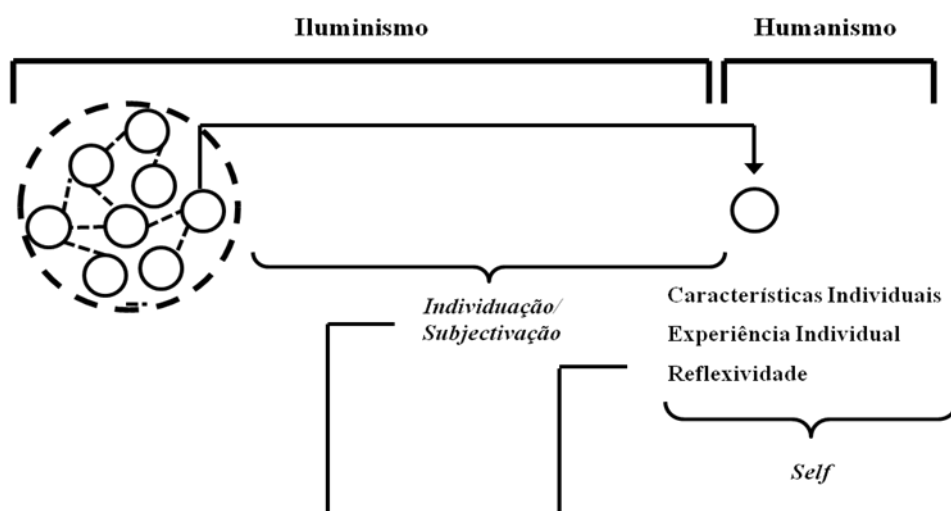


Figura 3. Contributos possíveis do Humanismo para um princípio individuable da acção.

A este ponto de condução do argumento pode concluir-se que o processo de individualização constitui um modo alternativo de socialização para o funcionamento e desenvolvimento psicológicos, e como tal de socialização, torna-se relevante sublinhar a sua pluralidade e a sua extensão interpretativa, pois, a partir da identificação das oportunidades que formula de um reconhecimento inter-subjectivamente mediado de expectativas de diferenciação (*i.e.*, um processo *heterogeneizante*), é possível situar na sua história de evolução, pelo menos, duas acepções e tendências estruturantes, a saber: (i) o

processo de *individualização* como dependente formal e totalizado na *subjectivação* (Habermas, 1990); (ii) a *subjectivação*, na sua articulação com o duplice *individualização-individualismo*, como produto da internalização das instâncias controladoras do comportamento, e que encontram a sua expressão na individualidade, passando, posteriormente, a integrar e a generalizar, através da abstracção, as expectativas exteriores, encontrando, nesse último reduto, uma auto-determinação imputada individualmente - um modelo intersubjectivo do *self*, construído socialmente (Habermas, 1990).

### **3.1.2. O processo de individualização e procura da propriedade ou a opção pela *ontologia vitalista*.**

A proposta de uma *ontologia vitalista*, retomada por Deleuze (Badiou, 1999), sublinha o carácter unívoco e imanente do ser (*i.e.*, sujeito psicológico), somente decomponível, ou proposicional, pela virtualização da sua condição de separação atribuída, ou dito de outro modo, pela neutralização activa das suas propriedades apenas externamente impostas e reconhecidas, extraíndo-se, daqui, a impossibilidade ou artificialidade de qualquer categorização, uma vez que, dado o seu carácter unívoco, termina inconciliável compor as denominações que induz (Badiou, 1999). A conservação da univocidade do Ser (apesar das investidas de decomposição analítica da Lógica), segundo a proposta vitalista, concretiza-se, precisamente, no já referido movimento dialéctico de actualização do virtual, e de virtualização do actual [*i.e.*, aquilo a que Deleuze designou por *modalização* do Ser (*cf.* Badiou, 1999)], no qual o ser se pode compreender e preservar como potência, e nunca subsumido a um estatuto ou assimilação categoriais, ou a condição circunscrita de evento; na dialéctica entre actualização e virtualização da condição, o que se concretiza não é, como se poderia eventualmente supor, uma alternância bipolarizada entre propriedades induzidas, antes, a *modalização* afirma-se como trânsito recorrente e construtor, pois, assinala a confirmação da conversão de uma condição no devir da outra, garantindo a impropriedade do Ser (Badiou, 1999); de facto, é a partir do movimento transitório entre actualização e virtualização de propriedades induzidas, fixado na expectativa do devir, que se pode aceder, ao carácter neutro da identidade, à sua impropriedade e dimensão incalculável, enfim, à sua imaterialidade, sem atributos fraccionados ou reificados, conservando o indivíduo em potência, e elegendo-se a neutralidade como princípio organizador fundamental (Badiou, 1999; Matos, 1972).

Contudo, da neutralidade do ser, em proposta pela *ontologia vitalista*, não se induza indefinição, ou não-identificação; antes pelo contrário: a neutralidade do ser encerra a síntese disjuntiva das propriedades induzidas, confere o incurso no processo de constituição da sua unidade indivisível, o mesmo será dizer, o seu sentido de identidade, arriscando, até, mais do que o já contido na *lei da predicação complexa contraditória*, que se esgotava na convivência de contrários, situada num quadro intra-proposicional, no todo indivisível, opondo-se à *lei da identidade concreta*, de desdobramento da unidade nas suas propriedades, colocando-se num quadro inter-proposicional (cf. Joja, 1978).

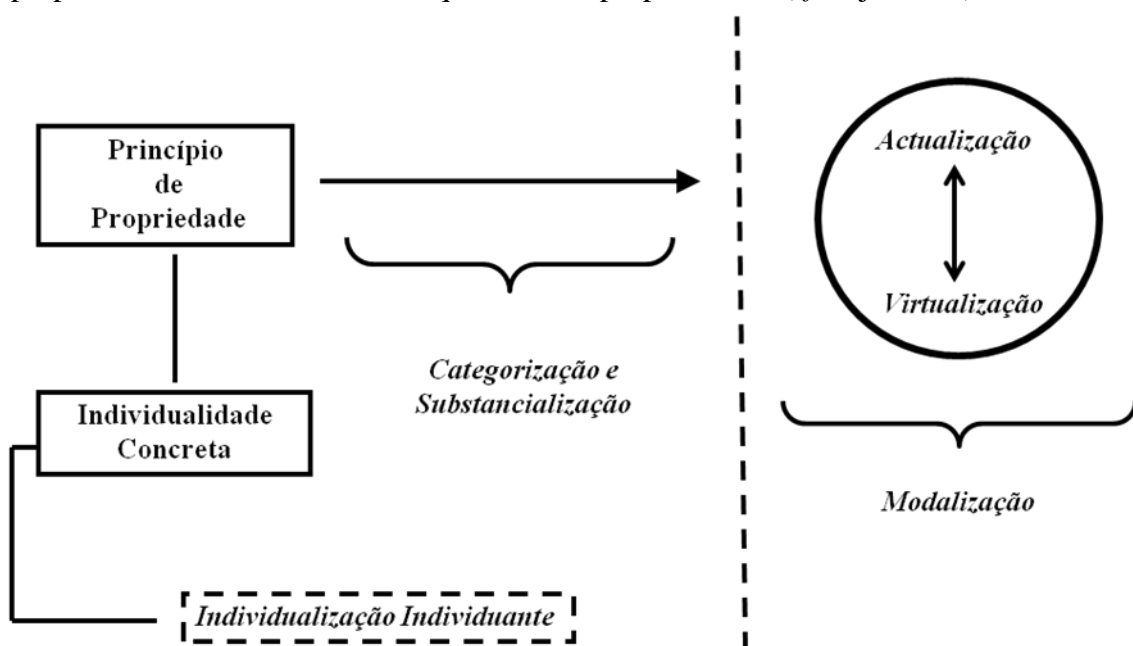


Figura 4. Trânsitos para a *modalização* do Ser: a possibilidade de preservação de um sujeito psicológico em potência.

Não obstante, enquanto a que se assiste no processo de *individualização*, consubstanciado pelos novos desenvolvimentos do séc. XIX, convertidos na tendência para um *humanismo racionalizante* da vida psicológica (apesar de *subjectivante*), é a procura, afirmação e exaltação de uma individualidade concreta, e, até, materialista, a procura de uma propriedade, de um estatuto de diferença irrepetível, manifestação do carácter e desejo *heterogeneizante* do processo de *individualização individuante* (cf. Fernandes, 1990). *Voilà*, ao processo de *individualização* assiste uma proposta ontológica alternativa, organizada pelo regresso à procura de um *princípio de propriedade* (cf. Badiou, 1999), pelo retorno à superioridade lógico-analítica, e de um modelo injuntivo do *self*, *i.e.*, um modelo que se sustenta na recusa da proposta da neutralidade não categorial do ser, da sua

expressão em potência impessoal, a um tal ponto em que se pode propor que, ao processo de *individualização racionalizante*, é co-extensivo o retorno à tendência de substancialização essencialista do ser, e o abandono da sua dimensão imanente unívoca, incalculável (Badiou, 1999). De facto, a partir da proposta da *ontologia vitalista* de Deleuze (Badiou, 1999), pode delimitar-se a procura da propriedade (*i.e.*, categoria) como a renúncia à energia vital que anima toda a conflitualidade, toda a neutralização da organização do Ser; contudo, da proposta vitalista *deleuziana* de exclusão toda e qualquer possibilidade de conceptualização do ser, sob a preposição de *categorias regionais* ou *estruturas regionais* (*cf.* Morente, 1966), não se deve concluir directamente o resgate intacto do modelo ontológico de substância individual defendido por Leibniz (*cf.* Habermas, 1990), o qual, apesar de situar a sua força na circunstância transcendental (na capacidade de representação, embora estática, do mundo, organizando uma experiência de subjectivação), conduz invariavelmente a uma inexpressividade discursiva do Ser (do sujeito psicológico), uma vez que o circunscreve a uma categorização totalizante, a uma ordem harmónica atemporal, e a uma determinação intrínseca e imutável que anula a identidade, ou dito de outro modo, abdica do processo de transformação dialéctico, somente capaz de propor um plano de identidade em construção, e, mais tarde, resgatado por Hegel (Habermas, 1990; Sichirollo, 1976).

Assim, na *ontologia vitalista deleuziana*, o incentivo ao reconhecimento da neutralidade e a prioridade concedida à autenticação de um ser em potência, unívoco, não se traduz num estado de satisfação, ou de inércia, e, de um ponto de vista psicológico anti-desenvolvimentista, antes se pode afirmar que a *modalização vitalista* do ser eleva o seu estatuto de desenvolvimento e constituição a uma *síntese disjuntiva*, porque, na virtualização activa das propriedades induzidas, radica a inquietude, insubmissa à categorização essencialista ou à propriedade totalizante; pode, pois, concluir-se que o processo de *individualização* – situado, ainda e predominantemente, no curso desta análise, no contexto de evolução do séc. XIX, tendo já integrado o individualismo como valor, e assumindo a subjectivação como vector de expressão -, de busca sempre interminada, de uma propriedade aguda o suficiente para garantir uma consciência, diferenciação e auto-afirmação psicológicas absolutas, falha a oportunidade de se inscrever numa proposta ontológica que formule uma alternativa de individuação menos *racionalizante*, e que não se reduza à particularidade concreta e refractária da identidade psicológica, que previna o desembocar no processo solipsista de *individualização* (formulado a partir dos movimentos reaccionários de afirmação do individualismo como valor cultural e político), que nada

mais é do que a busca da propriedade elevada à hipérbole; enfim, a proposta ontológica do processo de individualização individuante falha a possibilidade de resolução vitalista de um sistema meta-estável, que reconhece o *si mesmo* enquanto simulacro provisório e modalidade precária (Badiou, 1999; Simondon, 1989a).

### **3.2. Individualização, subjectivação e subjectividade: Da viabilidade da teoria do Sujeito às suas implicações no processo de auto-organização psicológica.**

Da confluência complexa, global e ambígua dos processos de socialização enquadrados na proposta das sociedades ocidentais, gradativamente dirigidos para conteúdos e processos psicológicos acentuadamente auto-orientados, emerge o principal eixo crítico de análise da presente secção do capítulo 3: a individualização como modo hegemónico de socialização, as suas contrapartidas psicológicas e o lugar de resolução que propõe para a *subjectividade*, na relação extensiva com o processo de auto-organização psicológica. O contexto analítico para o qual a abordagem desenvolvida converge e apela, situa-se ao nível do movimento tipificado pelo começo do processo de *individualização desindividuante* – subsidiado pelos últimos desenvolvimentos do processo de *individualização individuante* de matriz *heterogeneizante*, em correspondência com o pluralismo liberal, característico do Humanismo Moderno<sup>11</sup> –, e o acréscimo qualitativo ulterior de uma matriz *homogeneizante*, movimento que pode ser culturalmente e historicamente reconhecível na transição compreendida entre o começo da Revolução Industrial em Inglaterra, nos finais do séc. XVIII, e a sua actualização na segunda metade do séc. XIX. Assim, o presente capítulo antecipa e sistematiza oportunidades e desafios para a intervenção psicológica nas sociedades ocidentais contemporâneas, a partir da exploração das tendências identificadas no processo de *individualização desindividuante* de matriz *homogeneizante*, e em particular, na opção de resolução da *subjectividade* que determina.

---

<sup>11</sup> *Humanismo Moderno* cuja operação inicial pode registar o seu fundamento no movimento de secularização incentivado por Erasmo e nas suas extensões na Revolução Puritana em Inglaterra no séc. XVI de subscrição dos valores de resignação e frugalidade, e do apelo à conversão das virtudes de inspiração religiosa, e dos ideais da virtude monástica, em virtudes humanas e naturais (Bronowski & Mazlish, 1983; Delanty, 2000; Taylor, 2007); passando, desse modo, o *Humanismo Moderno* a distinguir-se do humanismo militante, o mais próximo do pluralismo radical - por insistir na recusa a questionamento aberto dos valores tradicionais, e por colocar, antes, como princípio de estrutura o direito ao progresso crescente e positivo, com a finalidade de auto-realização, unicamente determinada pela agência pessoal, e identificada, ainda, nos ligames incontestados da comunidade- por uma nova reivindicação edificada no materialismo e no empirismo do séc. XIX, os quais reforçam o poder da agência individual na determinação das características universais e generalizáveis, enquadradas num sistema global de acção especulativa (Chardin, 1965; Cornforth, 1946/1959; Ferreira, 1972).

### 3.2.1. Individualização e a possibilidade de pertença ao estatuto de *sujeito de direito*.

Se, como descrito na secção 4.3., ao processo de *individualização* não se estende a resolução vitalista da proposta ontológica *deleuziana*, e se constata, até, a disposição aberta a uma síntese injuntiva (cf. Badiou, 1999a), um retorno à categorização substancializante do sujeito psicológico pela confirmação do princípio de propriedade, organizado, sobretudo, pela tendência de subjectivação actualizada pelos desenvolvimentos do processo de individualização, porque fixado em expectativas de diferenciação individual crescentes (Fernandes, 1990; Riesman, 1964a), torna-se, contudo, inevitável a inserção voluntária do processo de auto-organização do sujeito psicológico na possibilidade de pertença ao estatuto de *sujeito de direito* (cf. Ricoeur, 1997). Um estatuto que confirma a sua inevitabilidade não apenas nos apelos à designação, ou mesmo responsabilização, da acção individual e atribuição ulterior de direitos e deveres - num movimento de constituição que ultrapassa a noção de *agency* - mas, e sobretudo, na oportunidade de reconstituição do processo de auto-organização que celebra; na medida em que refunda a concretização de um sujeito psicológico cuja identidade individual e colectiva permite a introdução de predicados éticos e/ou morais que, em última análise, convergem na possibilidade de acepção a um *sujeito de imputação* - uma aplicação reflexiva dos predicados éticos e/ou morais - que decorrente da exploração das possibilidades de uma nova reflexividade, em convergência com conteúdos e interesses individuais, termina por confirmar a tendência de subjectivação da acção pessoal, reconhecendo, na sua auto-referência, o carácter idiomático da acção e funcionamento psicológicos, ao mesmo tempo que propõe um sistema dialogante pelo processo de significação interpessoal, que atinge, e se contextualiza, na relação com o *Outro*, i.e., na proximidade do conflito intersubjectivo com o outro, proporcionado pelo espaço de consignação ao direito (Muñoz, 1980; Renaut, 2001a; Ricoeur, 1997; Simondon, 1989a).

Assim, torna-se próxima a conclusão de que uma das possibilidades que o reconhecimento do estatuto de *sujeito de direito*, sustentado no processo de *individualização*, pode expressar é, precisamente, a incursão na expectativa da viabilidade da formulação de uma teoria do Sujeito, na qual se encontre e compreenda no seu processo de constituição (Heidegger, 1999; Touraine, 1992). De entre as oportunidades históricas de resgate do estatuto de *sujeito de direito*, estabelece-se como determinante representativo a

proposta organizada pelo pluralismo liberal<sup>12</sup>, e a sua extensão tardia no estabelecimento de um *Humanismo Moderno* (Nisbet, 1974; Rorty, 1994; Simonis, 1979), que, como referido na secção 4.1., ao confirmar a possibilidade da concretização da contextualização da expressão individual, e do seu reconhecimento na rede e estrutura das relações sociais, reservando, ao mesmo tempo, níveis de solidariedade crescentes com os interesses comunitários (Fernandes, 1990; Renaut, 2002), possibilita à tendência de subjectivação da acção pessoal [com reconhecidas afinidades históricas no contexto político e cultural da sociedade europeia ocidental liberal do séc. XVIII (Nisbet, 1974; Riesman, 1964b; Sampson, 1989)], às suas oportunidades de consequência (*e.g.*, inscrição num estatuto de *sujeito de direito*) e ao valor psicológico a que permite aceder, poderem ser descritos, em análise, como primeiros facilitadores das condições de actualização das faculdades de direito do sujeito psicológico (*cf.* Ricoeur, 1997), as quais, com efeito, o antecipam como *sujeito de direito*, faculdades apenas tornadas propriedade individual pelo exercício do processo de mediação contínua entre *formas interpessoais de alteridade* e *formas institucionais de associação* (Ricoeur, 1997). E é na mediação das *formas interpessoais de alteridade*, na mediação da alteridade, o mesmo será dizer, no seu processo de desdobramento em *alteridade interpessoal* e *alteridade institucional*, e no trânsito da mediação permanente das suas faculdades de direito, que, de um ponto de vista psicológico, se reúnem as condições de reivindicação de uma estrutura psicológica relacional, situada a um nível *pós-convencional* (*cf.* Kegan, 2001), simultaneamente dialógica e institucional, ou dito de outro modo: o processo de constituição do estatuto de *sujeito de direito* permite não só um fluxo entre um *eu* e um *tu* (estrutura dialógica), como o pronuncio da relação a um *terceiro* (estrutura institucional) - um fundamento da mediação psicológica institucional (Kegan, 2001) -, uma estrutura apenas sustentada pela contextualização interpessoal, pelo contrato social, acedidos, unicamente, pelo

---

<sup>12</sup>A saliência da proposta liberal na concretização da possibilidade de reingresso do sujeito psicológico no estatuto de *sujeito de direito*, encontra-se no facto de se poder reconhecer como oportunidade histórica concreta, após as renúncias marcadas à tendência de subjectivação da acção pessoal, instituídas pelo poder de carácter tutelar e militarista característico do Estado feudal, incontornável, pelo menos, durante a Alta Idade Média; um poder organizado em forças sociais de persistência da redução do significado da acção pessoal, e constricto às relações de dependência de classe, expressas no *dever* de troca, ou apenas de prestação, de protecção e auxílio no cerrado tecido social, de resto, ali, um equivalente funcional à noção de família alargada (Bronowski & Mazlish, 1983; Nisbet, 1974).



reconhecimento da tendência de subjectivação da acção, incluída no processo de *individualização* (Renaut, 2001a; Ricoeur, 1978, 1997; Valsiner, 2007).

Assim, é a partir da evidência da constituição de um *sujeito de direito*, consequente do favorecimento crescente das oportunidades de subjectivação das condições de socialização do funcionamento e desenvolvimento psicológicos (um dos principais motivos proporcionados pelo processo de individualização no seu movimento de afirmação como modo dominante de socialização), e da reivindicação embutida numa estrutura, simultaneamente, dialógica e institucional, que o locutor, o sujeito psicológico, se passa a designar, a si mesmo, não, ainda, como único produtor, mas como produtor determinante das suas múltiplas enunciações, ao mesmo tempo que se passa a assinalar a superação da interlocução com o contexto em que o sujeito discursivo se identifica e enuncia a si mesmo, agilizando-se numa narrativa de auto-conversão, num primeiro manifesto do enfraquecimento da contextualização do *self* na proximidade dos interesses da comunidade, ou tão-só da colectividade, (Derrida, 1967a/1998; Kristeva, 1991; Ricoeur, 1978, 1987, 1997; Sampson, 1989). A este nível, é já possível confirmar, apesar da permanência do processo de auto-organização do sujeito psicológico no contexto das oportunidades de subjectivação contidas no processo de individualização, a transformação irremediável da ordem de reconhecimento do *espaço público de aparecimento* (cf. Ricoeur, 1997), o qual, durante o curso histórico da regulação dos movimentos políticos e culturais pluralistas liberais, se encontrava reservado à expressão concreta da rede de fidelidades sociais, na qual a compressão intersubjectiva se dava, passando agora, progressivamente, a constituir a extensão para uma trajectória elementarista do discurso pessoal, subordinada ao exercício do poder individual, reforçado na lógica consequente da emergência do ideal progressista como a grande narrativa moderna, um primeiro disparo para a agudização da evolução do processo de individualização no sentido da sua absolutização, dito de outro modo, no sentido do enfraquecimento (ou até, recusa) da sua compreensão como fase do Ser, como um *equilíbrio meta-estável*, cuja vitalidade se acha, como referido e caracterizado no Capítulo 2, na pertença à estrutura organológica do sistema de individuação, a qual por sua vez só se torna pensável no estabelecimento de circuitos *trans-individuantes* entre os seus três níveis organológicos (nível psíquico, novel social e nível técnico) (Domenach, 1997; Gergen, 1991; Simondon, 1989a, 1989b; Soveral, 1994; Vernant, 1988).

### 3.2.2. Subjectivação e subjectividade: excuro pelas forças e tendências do processo de individualização.

Mas que orientações e consequências o processo de *individualização* em curso (séc. XIX) - ainda que, subsidiado pela afirmação da tendência crescente de subjectivação da acção pessoal proporcionada -, funda no processo de auto-organização e na viabilização do estatuto ontológico do sujeito psicológico, o mesmo será dizer da legitimação de uma teoria do Sujeito (cf. Touraine, 1992), e, acima de tudo, que lugar de resolução propõe para a *subjectividade*?

De facto, uma das possibilidades confirmadas na sustentação do *Humanismo Moderno* (cf. Grousset, 1972; Renaut, 2001b) concretiza-se no favorecimento das condições de exaltação da autenticidade individual como valor, para lá dos constrangimentos da estrutura comunitária com a qual se mantém, ainda, solidário, e além disso, o valor histórico e psicológico distintivo que o *Humanismo Moderno* é, sobretudo, como alerta Renaut (2001b), a experiência de uma nova autonomia, assente num Estado sacralizado, absolutamente concentrada na confirmação irredutível de um *subjectum*, e na sua capacidade fundamental de determinação individual auto-contida:

“(...)o homem do humanismo moderno é aquele que já não aceita receber as suas normas e leis nem da natureza das coisas, nem de Deus, mas que pretende escolhê-las e fundamentá-las ele próprio a partir da sua razão e da sua vontade .”  
(Renaut, 2001b, p.9);

a um tal ponto que se pode propor, como resultado consistente deste antropocentrismo renovado, a invasão do sujeito psicológico na estrutura social, acentuando, sem equívoco, na redefinição do seu posicionamento, uma orientação irremediavelmente retida em estado de diferença permanente, a qual concentra a atenção no carácter irredutível da singularidade (Domenach, 1997; Elliott & Lemert, 2006; Fernandes, 1990; Gergen, 1991; Sampson, 1989; Wolff, 2004).

Da expressão e afirmação, sem intermediário, das características individuais, que beneficia o reconhecimento da instituição psicológica que é o *self*, o que a partir deste momento pode, eventualmente, surgir em antecipação na incursão no processo de *individualização* orientado para a absolutização do sujeito psicológico (*essencialização*), e no primado da diferença individual, é a tendência de identificação de uma função de

dependência directa do movimento de *subjectivação/personalização* com o aumento crescente positivo da carga de *subjectividade* (Badiou, 1999b; Jacques, 1982; Renaut, 2001a); isto porque, à renúncia da contextualização da gestão do espaço de emergência da consciência individual no seio da comunidade, na dedicação aos seus interesses, e à opção pela exaltação da superioridade dos valores de autonomia, liberdade e controlo individuais (tendência de subjectivação da acção pessoal), poder-se-á contrapor o reconhecimento pacífico de que um dos consequentes do predicado humanista moderno, que enuncia o indivíduo como princípio de toda a normatividade, será o reforço do trajecto do Iluminismo no valor da *subjectividade*, na relativização da experiência colectiva, pelo favorecimento da superioridade das acções, determinações e aquisições individuais, enfim, pela reclamação do perspectivismo (Bronowski & Mazlish, 1983; Marques, 1989; Nietzsche, 1886/1999, 1887/2004).

Como exemplo da extensão do novo finalismo moderno, que é o de um sujeito psicológico que sintetiza o espaço de emergência da consciência do valor da diferença individual, e que parte da inflexão do seu excesso unilateral para a legislação da concretitude da universalidade [e.g., *eu-comum* (cf. Reale, 1996)] no recurso a uma nova forma de dominação: a do *eu-representado* pela *representação* [i.e., da superlatividade de um indivíduo em contexto (sujeito psicológico *individuado*), pela superlatividade da sua representação idiomática e auto-gerada (sujeito psicológico *desindividuado*)] (Marques, 1989; Reale, 1996), poderia ser a resolução do Direito moderno entre razão humana (racionalismo jurídico) e vontade humana (voluntarismo jurídico), e não no Direito reclamado por uma ordem transcendente, como sucedia na ordem jurídica medieval, o Direito – aqui, transponível, em análise, como fundamento da compreensão da acção individual - passa, então, encontrado da exaltação do indivíduo como determinante da normatividade, a ser redimensionado sob um gradiente comum: a *subjectividade* (Reale, 1996; Renaut, 2001b). Atente-se, pois, que a *subjectividade* emergente para a qual esta condução de análise aponta é a de uma *subjectividade* incluída na afirmação de uma tendência de investigação ontológica *progressiva* (cf. Cantista, 1973), que é definida como correlato do carácter eminentemente substantivo e reflexivo do Ser (i.e., do sujeito psicológico), reconhecida na intencionalidade da consciência individual que supõe, a partir da sugestão da capacidade de projecção *in-dividual*, sendo o processo de auto-organização do sujeito psicológico, e mesmo as investidas fenomenológicas que se possam desenvolver da ordem do *projecto*, da estrutura, do *poder-ser* (Cantista, 1973); com efeito, a *subjectividade* de conteúdo substantivo exige a exclusão, sem encontro, da tendência de

investigação ontológica *regressiva*, a qual insiste na consequência de uma *subjectividade* da ordem do *acontecimento*, porque denuncia o carácter tardio, e até artificial, da consciência, remetendo, unicamente, a possibilidade do seu acesso à contingência de um estado inaugural (pré-consciente). E é, precisamente, na perplexidade ante o *acontecimento*, a manifestação contingente do Ser, que se justifica o seu carácter adjetivo, em que, dada a impossibilidade de se recriar a finitude e facticidade do Ser, termina na designação da superioridade do precário, do súbito, e do transitório, rejeitando qualquer postura não-relativizante, numa proposta suspensa em negatividade, devotando a experiência subjectiva do sujeito psicológico à confirmação da irredutibilidade da sua virtualidade (Benoist, 1975; Cantista, 1973).

No mesmo curso de tendência, da inscrição da *subjectividade* na vida e funcionamento psicológicos na estrutura de oportunidades de diferenciação individual e de auto-afirmação proporcionadas pelos desenvolvimentos do *Humanismo Moderno*, e na subsequente tendência de subjectivação (*cf.* Grousset, 1972), poder-se-ia também supor que, ao início da expressão do processo de *individualização* como afirmação da absolutização do sujeito psicológico, e ao seu gradiente associado, que passou a ser, pela mesma condução de análise, a *subjectividade*, uma correspondência incontestada com a afirmação inédita de um Sujeito, considerado, pela actualização do humanismo, valor imprescritível da modernidade, *i.e.*, segundo esta formulação de tendência, eleger-se-ia como factor da função de dependência directa entre o processo de individualização (então, confirmado como absolutização do sujeito psicológico), e o aumento crescente positivo de *subjectividade*, o processo de *subjectivação* (Sampson, 1989; Touraine, 1992; Wolff, 2004). No entanto, o que a possibilidade de determinação de uma teoria do Sujeito - incluída na expectativa tanto da ontologia *progressiva* como na ontologia *regressiva*, e vivificada na sugestão de uma organização de dependência entre o aumento crescente positivo de *subjectividade* e a estratificação da extremidade moderna que é o Sujeito -, desafia é a suposição de uma *subjectividade* ideológica, que processa o indivíduo como uma função do Estado, tipificada no idealismo histórico, onde os produtores sobrevivem aos produtos históricos, num movimento, de resto, convergente com o aparelho ideológico burguês, captado pela matriz jurídica moderna, de controlo e contorno do *sujeito revolucionário* (Badiou, 1999b; Blanché, 1949; Lefebvre, 1939; Sampson, 1989). Deste modo, não será surpresa que o estabelecimento da função de dependência entre o início do processo de *individualização* (orientado para a absolutização do sujeito psicológico), concorrente com o aumento de *subjectividade*, e a confirmação de uma teoria do Sujeito

apenas se conserve em aceitação, se não se contrariar o abandono, sem reservas, à situação, gravidade e estatuto de existência reclamado pelo Idealismo Alemão (Assoun, 1989; Marx & Engels, 1846/1965; Spenlé, 1942).

Contudo, em Althusser (1980; Badiou, 1999b) aquilo que poderia ser a compreensão pacífica da *subjectividade* como factor facilitador e estabilizador da concretização de uma teoria do Sujeito, e da derivação de um estatuto ontológico, pela sintaxe de autonomia e operação de exercício de controlo individuais, não passa de uma encenação conceptual, de um desvio, de um excesso ideológico incapaz face à evidência da determinação histórica estrutural, de carácter fundamental, exercida pelo conflito com as relações de produção (*i.e.*, os modos de produção), na condução dos movimentos revolucionários; dito de outro modo, a afirmação da superioridade dos processos de relação, nos quais o sujeito psicológico se significa com o *Outro* (recusando-lhe, apesar de tudo, a intencionalidade), e a rejeição da exposição a um Sujeito imanente, e cuja posição actual é, sempre, retrovertida em ideal, que se conclui e se satisfaz, somente, como ornamento do idealismo histórico, ou afinidade constitutiva com os ideais burgueses extensos ao capitalismo tradicional (Althusser, 1980; Lefebvre, 1939; Levinas, 1961/1971; Sampson, 1989). De facto, segundo Althusser, e aí se situa a singularidade do seu empreendimento, não é possível aceder a uma teoria do Sujeito, isto porque todas as teorias ocorrem, e se sucedem, indispensavelmente, em conceitos, e a distinção do Sujeito processa-se antes por uma *noção*, e não por um *conceito*; a sua definição é sempre reclamada onde a relação de ambiguidade na aproximação à categoria do concreto tem lugar (*i.e.*, como valor ideológico), e como facilmente se depreende espera-o, ao sujeito psicológico, segundo Althusser (1980), um estatuto de inexistente nominal, de elemento alusivo, desconfirmado em *conceito* (Althusser, 1980; Badiou, 1999b). Como *noção*, o Sujeito transcreve-se como indicador de inexistência, a um tal ponto que para Althusser (1980; Badiou, 1999b), não existem senão processos, que assumidos como *conceitos* (*i.e.*, factores determináveis e reconhecíveis) ultrapassam a limitação ideológica contida na *noção*, e como tal no Sujeito [“O conceito é um processo científico, a noção de sujeito é ideológica.” (Badiou, 1999b, p.74)], donde, também o *objecto*, preenchido como infra-estrutura da *noção* que é o Sujeito, é acedido apenas como reflexo de uma inexistência, uma imagem especular, e nunca definitiva.

Da assumpção da inexistência do Sujeito, e do *objecto* conclui-se, acima de tudo, a exclusividade da existência de processos, e o carácter estrutural determinante das relações que contêm (*e.g.*, relações culturais e políticas de produção resultantes das

situações históricas de participação colectiva directa), de modo que todo o processo se encontra, invariavelmente, *sob relações*, sendo a partir daí que os processos se tornam pensáveis; não subtrair, porém, a novidade da tentativa *althusseriana*, de justificação da apropriação individual dos processos na relação pensante, ao *momento negativo* da antiga dialéctica, o qual, mesmo expressando a ambição do movimento de conteúdo, sublinhando a impossibilidade de algum elemento ser suficiente, a *si mesmo*, ou de permanecer isolado como substância, negando o conteúdo particular, e assumindo a sua formulação contraditória, *negativa*, permanecia ainda sustido na dependência formal de um *objecto* (cf. Lefebvre, 1939). Ora, é neste desenvolvimento, de expectativa da existência de processos sem Sujeito, e sem *objecto*, regulamentados *em relação* que, de um ponto de vista psicológico, se pode fixar a tensão essencial da opção por uma *subjectividade*, tal como concebida pelo *Humanismo Moderno* - consequente com a exaltação de um Sujeito normativo, de estatuto ontológico inegociável, afinal, a opção de uma *subjectividade* que apenas se conduz e executa por um Sujeito titular, posição convergente tanto com a intencionalidade discursiva proposta pela tendência de investigação ontológica *progressiva* como com a facticidade do sujeito psicológico organizada pela tendência de investigação ontológica *regressiva* -, na proposta de uma *subjectividade* sem Sujeito, encontrada na violência da defesa da existência unilateral de processos sem Sujeito, e sem *objecto*, na expressão da sua condição permanente *sob relações*, dos quais, segundo Althusser, advém a única possibilidade de um grau de acção histórica individual (Badiou, 1999b).

Claro está, no entanto, que a síncope do Sujeito ante a estrutura social de relações de produção de um determinismo estrutural, ou seja, a opção por uma *subjectividade* sem Sujeito, é reconhecível nos sistemas de produção económicos da sociedade industrial (e.g., *taylorismo*, *fordismo*), inflamados pela revolução legislativa utilitarista, de inspirações *jacobinistas*, incentivada por Jeremy Bentham e James Mill, e mais tarde, John Stuart Mill, que precedidas pela divisão social do trabalho, se resolviam na cadeia de relações produção, em que o papel da execução (*objectivação*) se suplantava ao da criatividade (*subjectivação*) (Bronowski & Mazlish, 1983; Delanty, 2000; Touraine, 1992; Marcuse, 1964, 1989), reunindo-se, então, as condições para a introdução de mais um ponto de tensão do processo de *individualização*, e das suas contrapartidas psicológicas, o qual pode ser sintetizado em duas tendências fundamentais: por um lado, a tendência para o processo de *individualização* se tematizar na exaltação de um Sujeito inédito e determinante, liberto da opacidade das relações de dependência e reciprocidade comunitárias, um sujeito consciente, identificando-se, ainda, no comprometimento com as extremidades da

tendência de subjectivação da acção; por outro lado, a tendência para a finalizar o processo de individualização, como cativo dos apelos da necessidade de exercício de poder e controlo em favor do princípio utilitarista (factores exponenciais máximos da ordem de progresso), num incentivo às forças e aos modos de produção colectiva - agora transformadas em massa -, indiciando um recuo formal ao reconhecimento da instituição psicológica que é o *self*, e executando a introdução de uma matriz *homogeneizante* no contexto do desenvolvimento e funcionamento psicológicos, na absorção pela estrutura social, a confirmação do materialismo histórico (Cornforth, 1952/1976; Gergen, 1991; Sampson, 1989). *Voilà*, o processo de *individualização*, tal como formulado pela tendência crescente de subjectivação, ao contrário do que seria de esperar, decorre sob a tensão de uma autonomia individual flectida, uma nova modalidade de homogeneização (i.e., distinta do colectivismo das sociedades medievais), a da *subjectividade* sem Sujeito, o mesmo será dizer, da sublevação da afirmação da independência narrativa dos produtos históricos, e a anulação do Sujeito histórico imanente (Blanché, 1949; Cornforth, 1952/1976; Marcuse, 1964).

### **3.3. Individualização e determinação da *recorrência* como retorno a si: Fundamentos para a necessidade de definição da subjectividade como instituição psicológica.**

Do proposto em análise na secção anterior deste capítulo (4.2.), extraem-se duas conclusões indispensáveis à compreensão da evolução e acréscimos de escala e de natureza do processo de individualização nas sociedades ocidentais, entre a segunda metade do séc. XVIII e os finais do séc. XIX – período que compreende a generalização da Revolução Industrial Inglesa e a sua expansão na Europa Ocidental, através do estabelecimento da sociedade industrial ou de produção –, acedido, atente-se, na circunscrição à intencionalidade da opção de análise do presente trabalho, *i.e.*, nas relações de implicação do processo de individualização na organização e reconhecimento de oportunidades históricas e culturais de *individação*, na globalidade do processo de auto-organização psicológica, a saber: (i) à antecipação de correspondência entre processo de *individualização desindividuante* e o favorecimento do processo de *subjectivação* não assiste a conclusão de uma função de dependência com o aumento, ou somente confirmação, de *subjectividade*; (ii) o lugar de resolução para a *subjectividade* proposto pelos desenvolvimentos da sociedade industrial do início do séc. XIX, e seus modos e sistemas de produção, confirma-a enquanto *subjectividade* sem Sujeito, como ponto de fixação local da exclusividade de *processos sob-relação* (*cf.* Althusser, 1980; Badiou, 1999) e, quando acessível, definição de controlo e reforço do carácter normativo do exercício de poder disciplinar moderno, recuando ante a inspiração de uma agência pessoal orientada para a contextualização do sujeito psicológico como uma fase do processo de *individação*, e como tal integrante e participante da estrutura organológica do sistema de *individação* (Engels, 1890/1974; Frankel, 1970; Hobsbawm, 1987, 2010; Marcuse, 1989; Renaut, 2001; Rey, 1979; Wallerstein, 1989; 1991).

#### **3.3.1. O lugar de resolução da subjectividade: complexo subjectivação- recorrência como produto para uma modalidade indirecta de subjectividade.**

Contudo, e apesar de se anular a evidência de uma relação de dependência directa, no contexto do processo de individualização, entre o aumento crescente do movimento de



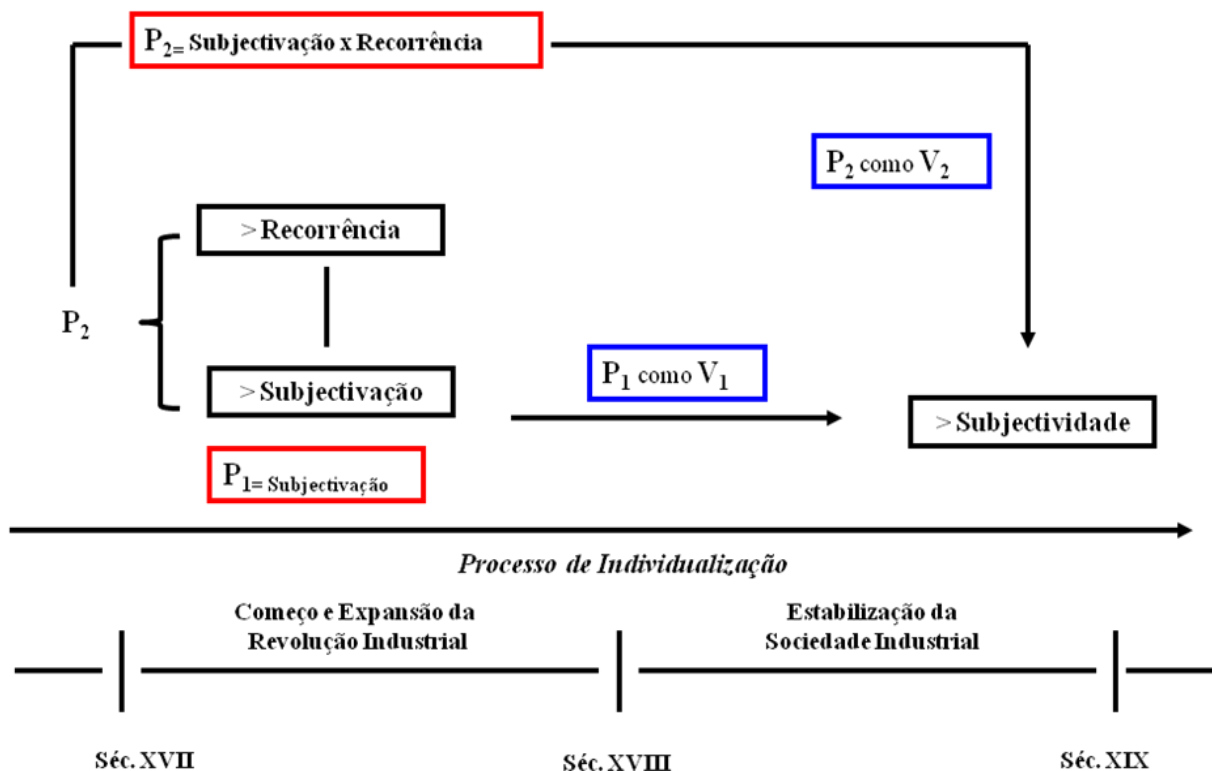
*subjectivação* e o aumento de *subjectividade*<sup>13</sup>, torna-se necessário, no entanto, clarificar a possibilidade do movimento de *subjectivação*, dependente que está da permanência no estatuto de diferença individual, poder inaugurar uma segunda via (modalidade indirecta) de organização possível de *subjectividade*, a incluir como dimensão acessível ao sujeito psicológico na organização e representação da experiência pessoal; mais, a confirmar-se, importa esclarecer a orientação dos processos e produtos supostos à organização da *subjectividade*, bem como a identificação das possibilidades da sua confirmação como instituição inegociável para a construção de um sentido ético na relação do sujeito psicológico (*Mesmo*) com o *Outro*, e, a partir daqui, antecipar as suas determinações na concretização e viabilização da *ipseidade* (vs. *identidade*) como garantia, e até evidência, para o funcionamento e desenvolvimento psicológicos (Jacques, 1982; Levinas, 1935/1982, 1961/1971; Renaut, 2001; Ricoeur, 1990).

A exploração das possibilidades de definição de uma modalidade indirecta de fundação e garantia da *subjectividade*, no processo de *individualização desindividuante*, a partir da designação da *subjectivação* como dimensão crítica, satisfaz a sua adequação e intencionalidade pelo reconhecimento acessível que pode sugerir com a associação espontânea entre o incentivo à organização e representação de um sujeito psicológico de agência autónoma e, sucessivamente, determinante – a tendência dominante do processo de *subjectivação/personalização* (cf. Habermas, 1990; Venn, 2000) – e o tema da *recorrência* (cf. Levinas, 1974/1991), atente-se, compreendido como manifestação de identidade pessoal, e princípio sintético da sua organização (Levinas, 1974/1991; Renaut, 2001; Smith, 2006); assim, e face ao possível curso de análise assinalado, a questão que se coloca

---

<sup>13</sup> Neste trabalho, a *subjectividade* é percebida, fenomenologicamente, como mundividência ou *noese*, i.e., como faculdade de conhecimento e de aproximação ao *real*, uma vez que, de acordo com a sua inserção na proposta de uma arquitectura da existência, mais concretamente numa estrutura de reencontro do Ser (cf. Levinas, 1961/1971, 1974/1991) - a qual se desdobra em duas experiências vitais: (i) a *experiência do mundo*, que permite formular uma *teoria acerca da experiência do mundo*; (ii) a *experiência do Outro*, que permite formular uma *teoria acerca da experiência do Outro* -, confirma-se como recurso da investigação fenomenológica, determinante na mediação entre as experiências vitais contempladas na sua estrutura, e, simultaneamente, como instituição simbólica de ordem especial, porque ao se expôr perante as outras instituições [considere-se a *subjectividade* como *instituição primeira* (cf. Levinas, 1961/1971)], suporta toda a operação do Ser, dito de outro modo, a *subjectividade* esclarece-se como a distância do Ser (sujeito psicológico) ao mundo (contextos desenvolvimentais), afastando-se esta opção conceptual, terminantemente, da absorção dos limites interpretativos da noção de *subjectividade* pela sua consideração como acentuação da consciência individual (Levinas, 1961/1971, 1974/1991; Roberts, 2007; Venn, 2000).

consiste em saber se o produto da associação entre a progressão do movimento de *subjectivação/personalização* e a sua cumplicidade com o tema da recorrência, poderá funcionar como operador secundário no estabelecimento e legitimação do aumento da *subjectividade* como consequência do processo de *individualização* [dado o apelo a um posicionamento *relativizante* da experiência colectiva, por concentração na precedência determinante e incontestada de um sujeito psicológico consciente, autónomo e reflexivo e, logo, auto-dirigido (Polanyi, 1944/1983; Riesman, 1964a, 1964b; Soveral, 1994)], e, desse modo, avançar-se para a rejeição da evidência da expressão *desindividuante* (totalização do sistema de individuação ao sujeito psicológico, e, logo, a absolutização deste, na medida em que lhe recusando a sua compreensão como fase e *equilíbrio meta-estável*), tendencialmente assumida pelo processo de individualização, bem das suas implicações no processo de auto-organização psicológica (Lash, 1999; Lash & Urry, 1999; Smith, 2006).



*Figura 5.* Proposta de organização de uma modalidade indirecta de *subjectividade*;  $P_1$ : *subjectivação*;  $P_2$ : produto da relação entre *subjectivação* e *recorrência*;  $V_1$ : via primária ou modalidade directa de estabelecimento de *subjectividade*;  $V_2$ : via secundária ou modalidade indirecta de estabelecimento de *subjectividade*.

O aumento do movimento de *subjectivação/personalização*, designado enquanto recurso para investigação de uma via secundária, ou modalidade indirecta, de formulação da *subjectividade* como consequente, ou tão-só, participante do processo de *individualização*, depende, sobretudo, da confirmação de um sujeito psicológico determinante e regulador de um espaço confirmado de consciência individual, e do reconhecimento superlativo dessa condição, cujo contexto histórico e cultural representativo pode situar, analiticamente, a sua manifestação ao nível da transição, globalmente compreendida, entre a segunda metade do séc. XVIII e os finais do séc. XIX na Europa Ocidental, entre um sistema latifundiário de produção (dependente de um sistema económico tradicionalista), e um sistema de produção industrial (dependente de um sistema económico capitalista), transição de sistemas económicos e de produção, que, considerada em associação com outros produtos assinaláveis [e.g., industrialização, a partir do reconhecimento da *fábrica* como unidade de produção; divisão social do trabalho; determinação da expectativa de lucro; acumulação e valorização do capital como factores de crescimento financeiro e económico; finalização do sujeito psicológico na condição de produtor; aumento do crescimento e densidade demográficos (Lukàcs, 1971; Sachs, 1999; Sennett, 2008; Sledziewski, 1989; Sternberg, 1958; Swingewood, 1978; Wallerstein, 1989, 1991)], compreende a sua progressão e expansão, somente, a partir da contextualização no impulso concedido pela burguesia ascendente na concretização das suas expectativas de poder, permitindo, mesmo, a identificação comum como projecto incluído na definição da Ideologia Burguesa<sup>14</sup> (Engels, 1890/1974; Fernandes, 1988; Habermas, 1990; Lukàcs,

---

<sup>14</sup> A opção terminológica decorre da intenção de contextualização do projecto político e cultural da burguesia - enquanto classe social de influência dominante, sobretudo, na sociedade industrial do séc. XIX -, uma vez que permite posicioná-lo, também, como produto de uma concepção idealista da História, i.e., de uma compreensão dos processos e acontecimentos históricos assente exclusivamente na consideração dos objectos e, acima de tudo, da sua *essência*, os quais se legitimam não no apelo dirigido à sociedade ou à noção de estrutura [aproximação passível de ser desenvolvida tanto numa perspectiva rígida (materialismo mecanicista), como numa perspectiva dinâmica (materialismo histórico) (Engels, 1974; Lefebvre, 1939)], mas no apelo remissivo à noção de *Ideia*, terminando por confirmar no processo de *individualização* uma expectativa *reificante*, *naturalizante* e *substancializante* (Lukacs, 1971; Rey, 1979). Note-se, porém, que daqui não se deverá supor uma correspondência pacífica entre a Ideologia Burguesa e a inspiração idealista da dialéctica *hegeliana* (aplicada ao desenvolvimento de uma concepção histórica), uma vez que na oposição à tradição metafísica, o idealismo *hegeliano* actua, precisamente, na recusa do pensamento antitético, caracterizado pela suficiência de um processamento nominalista, acessível apenas em condição de oposição permanente, que não reconhece o dinamismo, transmutabilidade e interdependência dos fluxos progressivos e

1961; Marx & Engels, 1846/1965; Merleau-Ponty, 1955; Polanyi, 1944/1983; Weber, 1905/2001).

### **3.3.2. Sociedade industrial e a intencionalidade do projecto cultural e político burguês.**

Mas, se, por um lado, a constatação comum do processo de industrialização como determinante elegível da facilitação do aumento de expressão da Ideologia Burguesa estende facilmente um quadro representativo das principais características da sociedade industrial, por outro lado, apenas é suficiente como intenção de reconhecimento, revelando-se, sob um ponto de vista psicológico, insuficiente como recurso e factor sistemático para a compreensão do processo de *individualização*, em geral, e do processo de *subjectivação*, em particular, bem como para a determinação de um lugar de resolução da *subjectividade*, no sentido da antecipação de oportunidades históricas de individuação no contexto de relação com o *Outro*, e da construção e negociação do estatuto deste no processo de auto-organização psicológica, porque insistente na designação da Ideologia Burguesa enquanto reprodução histórica das estruturas de influência – comunicando unicamente o consequencialismo estéril, reconhecível no materialismo histórico –, excluindo-se do exercício de exploração do papel actuante da Ideologia Burguesa, na dependência em relação às suas *origens* históricas que permitem afirmá-la como projecto cultural e político, enfim, aceder à intencionalidade como factor característico do projecto liberal actuante na transição entre os sistemas económicos e, consequentemente, modos de produção, concluída nos finais do séc. XIX (Giddens, 2003; Sayer, 1991; Sebag, 1964; Sledziwski, 1989; Venn, 2000; Weber, 1905/2001). Deste modo, apenas a urgência da inclusão da Ideologia Burguesa como projecto cultural e político facilitador do processo de industrialização, poderá satisfazer e justificar a eventual consideração do processo de *individualização* e do aumento progressivo do processo *subjectivação*, enquanto procedentes activos das dinâmicas de estabilização e expansão dos efeitos cumulativos da Revolução Industrial ao longo da Europa Ocidental, alertando-se, sem mais, para a necessidade de exploração das condições históricas facilitadoras da emergência e legitimação da Ideologia Burguesa, na circunscrição que obriga à transposição da análise

---

regressivos dos acontecimentos e processos históricos de evolução (Alves, 1983; Barata-Moura, 1977; Berendzen, 2008; Blanché, 1949; Engels, 1974; Gramsci, 1978).

para identificação da saliência das características da intervenção económica da burguesia ascendente (Engels, 1890/1974; Sayer, 1991; Sombart, 1926, 1932; Sternberg, 1958).

Assim, será do posicionamento da análise na exclamação do sistema económico capitalista (nova organização comercial e produtiva), como resultado composto pelo excesso ideológico embutido no projecto liberal, e no acesso ao contraste com as formas de capitalismo pré-moderno – as quais, apesar de coerentes entre si numa orientação activa para a aquisição de capital, assentavam, porém, os seus modos de produção e investimento e as trocas comerciais em valores como harmonia, segurança, linearidade, previsibilidade e resignação, enunciando o trabalho como instrumento de satisfação de necessidades fundamentais (*e.g.*, função social da propriedade), e garante de condições de estabilidade –, que se justifica a singularidade do processo de industrialização, porque autoriza, sobretudo, a ruptura com o tradicionalismo económico, transcrito no equilíbrio *necessidade-produção* [o qual permaneceu incontestado mesmo na crise generalizada da mão-de-obra no sistema feudal europeu, de domínio senhorial, no séc. XIV (*cf.* Anderson, 1980)], através da consumação de um sistema económico de regulação para lá da necessidade, introduzindo noções como perspectiva de lucro [ou noção de *mais-valia* (*cf.* Engels, 1890/1974)], rendibilidade, risco calculado (capital fixo), valorizando, por fim, a acumulação de capital, acentuando a intervenção e a iniciativa individuais de um sujeito psicológico em evidência, estimulando o aumento da tendência de *subjectivação* (Kosik, 1978; Marx & Engels, 1846/1965; Venn, 2000; Renaut, 2001; Sledziewski, 1989; Weber, 1905/2001).

Contudo, o aumento do processo de *subjectivação*, através do pronúncio da iniciativa individual não constitui *em-si* característica definidora da singularidade e intencionalidade dos impulsos da Ideologia Burguesa no contexto do estabelecimento da sociedade industrial; a confirmar-se poder-se-ia, até, supor a conclusão do projecto cultural e político Iluminista em conformidade com uma proposta de *indivduação* crescente; no entanto, o destaque do processo de *subjectivação*, e dos seus acrescentos qualitativos insinuados desde a Revolução Industrial Inglesa, firma, na proposta fundamental de uma agência individual especulativa e reguladora da actividade económica lucrativa, ora, uma radicalidade apenas suportável na exigência consecutiva do cálculo e previsão do risco das investidas económicas individuais, obrigando, em sentido previsível, à crescente *racionalização* do funcionamento das instituições do Estado, dedicando-lhe os avanços tecnológicos e científicos na substituição dos modos de produção (*tecnicização*), constante com a organização formal do Direito e do aparelho administrativo, de acordo com a diferenciação e especialização crescentes de funções e procedimentos (divisão sistemática

do trabalho), então, altamente definidos através da organização de uma cadeia centralizada, e inultrapassável, de poder (*burocratização*), convergente com a garantia de eficácia na procura incessante do lucro (Gellner, 1995; Habermas, 1990; Sayer, 1991; Sombart, 1926, 1932; Swingewood, 1978; Weber, 1905/2001).

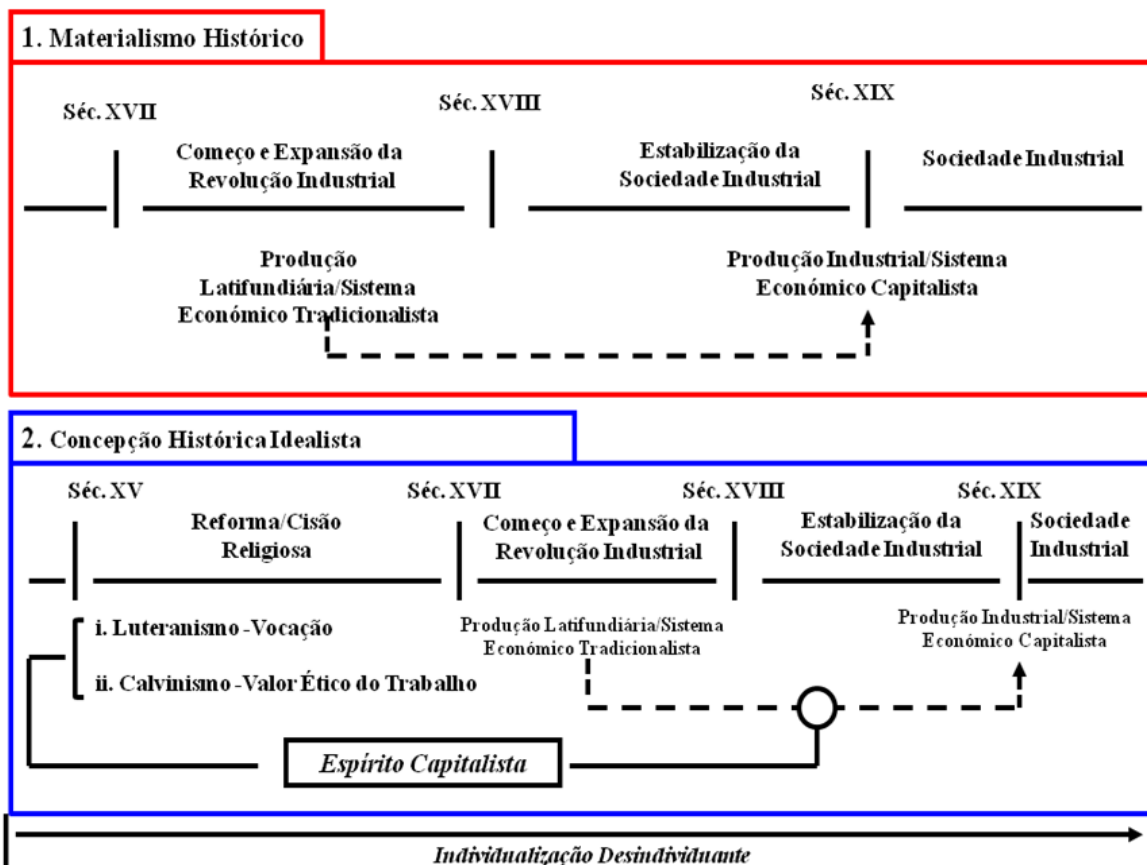


Figura 6. Representação das tensões e conflitos decorrentes da intencionalidade da opção pela abordagem proposta pelo materialismo histórico ou pela abordagem proposta por uma concepção histórica idealista.

Acresce, pois, que a promoção da concertação de uma actividade económica especulativa, contida na confissão ao lucro individual (ou rendibilidade), como característica fundamental do projecto cultural e político operado pela burguesia ascendente, e onde radica a singularidade da evolução do processo de industrialização, bem como do movimento de *subjectivação* e das contrapartidas psicológicas a ele associados, e da divergência de opções de desenvolvimento, por exemplo, do quadro global de evolução económica dos sistemas e interesses comerciais das sociedades orientais (*e.g.*, China e Índia), apenas são tornadas compreensíveis num cenário de organização de condições

invulgares de disposição para a adesão a novas formas de conduta económica, capazes de excluir e desvalorizar os equilíbrios associados ao tradicionalismo económico (*i.e.*, formas de capitalismo pré-moderno de estímulo das trocas comerciais) persistentes desde a Baixa Idade Média, de resto, condições invulgares que se associam e dependem, em análise, dos contextos e acontecimentos históricos particulares, que facilitaram a emergência e o reaccionismo da Ideologia Burguesa, e, logo, a preservação das suas ambições, através da proposta de uma nova organização social, revista na sociedade industrial (Anderson, 1980; Giddens, 2003; Lukàcs, 1971; Sayer, 1991; Venn, 2000). Por conseguinte, a partir da exploração e caracterização de algumas das condições significativas da emergência da Ideologia Burguesa, em conformidade com a concretização do empreendimento moderno que é a sociedade industrial, é possível situar e fundamentar o manifesto para a acção económica lucrativa e especulativa (a qual reforça a mobilização de um sujeito psicológico de estrutura narrativa auto-referencial) na convergência com o apelo particular, num primeiro momento, aos valores, da Reforma (cisão religiosa), e, num segundo momento, extensivos aos defendidos pelo protestantismo ascético ou, se se preferir, ascetismo cristão<sup>15</sup>, podendo-se, eventualmente, denunciar a intencionalidade do seu projecto cultural e político, como factor predominante de condução do processo de industrialização (Chalcraft, Harrington & Shields, 2001; Giddens, 2003; Sayer, 1991; Taylor, 2007; Weber, 1905/2001).

Com efeito, será nos valores defendidos pela Reforma – a qual, apesar de reconhecer popularmente o seu início na afixação das noventa e cinco teses de Martinho Lutero na porta da igreja de Wittenberg, inscreve o peso original dos seus valores, como do seu movimento de reacção, nas vagas, também reformistas, que a antecederam (*e.g.*, Cluny, séc. XI; Cisterciense, séc. XII; Franciscana, séc. XIII), ou mesmo, na imposição do dúplice incerteza da salvação e fervor religioso, incentivado pela pregação inflamada de Girolamo Savonarola em Florença, nos finais do séc. XV (*cf.* Bronowski & Mazlish, 1983; Savonarola, 1993) –, que é possível encontrar fundamento para a influência da Ideologia Burguesa na constituição do projecto liberal, revisto na organização das condições invulgares que incentivaram a resolução do sistema económico capitalista moderno

---

<sup>15</sup> A exploração e caracterização das origens históricas do projecto cultural e político da Ideologia Burguesa - actantes na promoção do processo de industrialização na Europa Ocidental - e convergentes com os valores do protestantismo ascético, privilegiará apenas o luteranismo, o calvinismo e o anglicanismo como doutrinas dominantes, uma vez que são constituídas por estruturas eclesiásticas do tipo presbiteriano, excluindo-se, por isso, a exploração de movimentos religiosos como o *metodismo* ou o *pietismo*.

[*private capitalism* (cf. Pollock, 1989)] na consagração da actividade económica (e, no limite, da actividade humana), como actividade eminentemente orientada por e para o interesse, sendo que são, justamente, essas condições invulgares que poderão ter favorecido o desenvolvimento de uma atitude e de um comportamento económicos de ruptura, e o reconhecimento da sua sistematicidade e invocação num novo discurso agrupado na expressão *espírito capitalista*. A este propósito, convirá ter presente que a radicalidade do discurso que conduziu e sustentou o processo de industrialização não esgota o seu contraste com as formas de tradicionalismo económico na procura incessante do ganho pessoal, no activismo progressista, ou, de acordo com a interpretação avançada, até, pelo *materialismo dialéctico* (cf. Engels, 1890/1974; Marx & Engels, 1846/1965), como consequência estrutural do produto da relação entre a transformação dos modos de produção e as respostas individuais consequentes, antes estende a sua amplitude, e justifica-se, na intencionalidade do projecto político e cultural que apontava, de inspiração e adequação aos valores da Reforma, tipificados na proposta de reposicionamento do trabalho como *dever*, concordante com a imposição do exercício rigoroso e eficiente da actividade profissional, traduzida, na conversão directa do desempenho em lucro (considerado como critério eminente de utilidade), decorrendo daqui, claro está, a condenação das restantes actividades enquanto demonstrações de descuido ou preguiça, e, finalmente, a privação de qualquer prazer espontâneo (Giddens, 2003; Ratzinger, 2004/2005; Sayer, 1991; Taylor, 2007; Weber, 1905/2001). Ora, será, precisamente, da complexidade da evolução do protestantismo, assegurada pelo compromisso e afinação progressiva das doutrinas que inclui, que o vector de análise *reposicionamento do trabalho como dever*, poderá expor a sua relevância na exploração das suas possibilidades de tradução como tema anterior da Ideologia Burguesa, do processo de industrialização, e da identificação e representação de um *espírito capitalista*, mais concretamente, a partir da evidência de dois contributos particulares e indispensáveis da evolução do protestantismo, a saber: (i) a noção de *vocação* (*Beruf*) difundida pelo luteranismo; (ii) a noção de *valor ético do trabalho*, difundida pelo calvinismo (Giddens, 2003; Polanyi, 1944/1983; Sayer, 1991; Weber, 1905/2001). De facto, a exigência de dedicação da actividade económica, bem como a redução da aprovação da conduta individual ao critério máximo da rendibilidade, compreende, como contributo decisivo, o desenvolvimento da noção de *vocação*, introduzida pelo luteranismo (i), porque supunha o programa e a obrigação originais de cumprimento do *dever* para com Deus, elegendo como via possível de relacionamento (porém, não de resolução) com o *dever*, o exercício eficiente e rentável de



uma actividade profissional, para a qual cada indivíduo estaria *naturalmente* comprometido, afastando, pois, a arbitrariedade, e apelando firmemente ao recurso a um método, dito de outro modo, à *racionalização* crescente do desempenho no sentido da previsão rigorosa do lucro individual (Polanyi, 1944/1983; Sayer, 1991; Wallerstein, 1989, 1991; Weber, 1905/2001).

Deste modo, um dos efeitos assinaláveis da introdução da noção de *vocação* é, antes de mais, a contestação do equilíbrio entre as esferas do incalculável e do calculável da actividade humana, as quais tinham permanecido relativamente preservadas ao longo da história da cultura ocidental, salientando-se – para efeitos analíticos e convocando a particularidade do contexto cultural em que a análise incide –, o contributo da tradição católica, na valorização do ideal de virtude monástica, o qual conservava a dedicação espiritual e religiosa à superação da condição da *totalidade*, incentivando a uma imposição de abandono ao sagrado, à inviolabilidade do mistério e ao *infinito*, por via do isolamento e da contemplação, equilíbrio entre esferas que se omitia da proximidade, e contaminação dos e pelos interesses profanos, os quais por sua vez permaneciam avessos a uma regulação moral.

Mais, é da determinação da utilidade, da imposição individual, e do seu esforço *racionalizante*, como predicados da mediação espiritual e religiosa – bastando, para tal, aludir à oposição desenvolvida por Martinho Lutero relativamente à superlatividade atribuída, na cultura tradicional, à Igreja Católica, e mais tarde reforçada pelo Concílio de Trento, na leitura e interpretação dos textos da Sagrada Escritura (princípio da *Scriptura sola*), e à rejeição da instituição da interpretação da doutrina tradicional e a devolução do seu estudo para a estrutura de responsabilidade individual, na tentativa de recuperação da palavra (do *verbo*) da Sagrada Escritura como *sui ipsius interpretes*, ou seja, defendendo a necessidade do regresso à *palavra pura*, da leitura por si mesma, da anulação da ambiguidade, enfim, da especialização da leitura no seu esclarecimento e evidência *naturais*, afastando-se da tradição hermenêutica, e da proposta da compreensão e interpretação históricas dos textos sagrados como elevação religiosa (Coreth, 1972) –, que as actividades profanas passaram a integrar, activamente, os interesses do crente, cuja conduta orientada para o cumprimento do *dever* com Deus passou a ser contextualizada no exercício da sua *vocação*, que, agora, organizada num sistema de regras morais, beneficia do estatuto de obrigação para a sua consumação no sentido da rendibilidade crescente, como forma de melhor agradar a Deus, e, acima de tudo, com expectativa de remissão e salvação, dificultada, então, pela exclusão luterana das indulgências, como via

regulamentar do sacramento da *confissão* (Giddens, 2003; Sayer, 1991; Weber, 1905/2001); a isto acresce o facto de que a noção luterana de *vocação* (extraída, por Lutero, directamente da tradução alemã da Bíblia), ao recusar a distinção católica dos mandamentos morais entre *praecepta* e *consilia*, o mesmo será dizer, ao recusar a superação da moral temporal através da ascese monástica, concebível apenas num contexto de expectativa da salvação<sup>16</sup>, termina por especializar cada crente na obrigação do programa de satisfação do *dever* para com Deus contido, não na remediação futura da sua imperfeição original, mas na sua condição actual, ou seja, situando a vivência espiritual no desempenho da sua actividade profissional e, para tal, na urgência de uma experiência temporal rendível (Giddens, 2003; Sayer, 1991; Weber, 1905/2001).

Contudo, e apesar da inserção da actividade profissional num sistema de regras morais, reservando-lhe o estatuto de *dever*, ser um dos resultados mais reconhecidos da Reforma, e, concretamente, do luteranismo, não se deverá daqui propor uma tradução directa da reacção de Lutero, tipificada na noção de *vocação*, à orientação Romana da Igreja Católica, como factor de ordem especial, embora indispensável, no desenvolvimento de um *espírito capitalista*, posto que, a pureza da doutrina e da *palavra* como único critério para a leitura dos textos sagrados (recusando a predisposição hermenêutica), que caracterizou a sua contenda, impunha limites aos avanços e extensões da noção de *vocação*, mais concretamente, à sua revelação como contexto favorável à perseguição de uma perspectiva de lucro pessoal ilimitado, isto porque, os textos sagrados – e bastará aludir aos textos do Novo Testamento, produto da época apostólica do cristianismo, salientando-se a obra apostólica e teologal de São Paulo, mesmo tendo em conta a clarificação do conteúdo da actividade humana, presente na transição entre primeira e a segunda cartas, da sua epístola aos Tessalonicenses – confirmavam o exercício da actividade profissional como uma ocupação terrena destinada à subsistência, conservando

---

<sup>16</sup> Atente-se, na proposta de *mortificação da alma* (i.e., recusa do abandono à *sensualidade* da vivência concreta e imediata), desenvolvida por São João da Cruz no projecto teologal *Subida ao Monte Carmelo* (Cruz, 2005) - acessível na estrutura tripartida dos seus temas em (i) união com Deus, (ii) caminho da purificação e (iii) desvios -, como exemplo da conservação católica do estatuto de *eleito* enquanto conquista previsível, somente, a partir do reconhecimento da imperfeição temporal e da necessidade de dedicação a uma vivência espiritual e religiosa de, permanente, inspiração na salvação [sublinhe-se, a este respeito, a correspondência trocada por São João da Cruz com Dona Joana de Pedraza (cf. Cruz, 2005)], e, acima de tudo, na confiança no vigor da providência divina na condução do percurso de aperfeiçoamento das virtudes individuais pelo exercício e penitência, confirmados na contemplação e meditação no mistério de fé, conduzindo à possibilidade, e direito, da ascese espiritual monástica (Cruz, 2005).

o esforço e a dedicação temporal na contemplação e espera divinas, alheias à concorrência pelo ganho pessoal, como critério de realização da actividade profissional, considerando-a, mesmo, ausência de *graça* (Bronowski & Mazlish, 1983; Coreth, 1972; Giddens, 2003; Sayer, 1991); deste modo, poder-se-á propor que a noção luterana de *vocação*, conserva, ainda, uma posição tradicionalista, pois, apesar de exprimir, em inédito, uma regulação moral para a actividade profissional em acordo com os interesses profanos – ao assinalar o cumprimento temporal do *dever* como a forma mais elevada de agradar a Deus –, reconhece-se nela, sobretudo, a acentuação progressiva do carácter providencial da doutrina, reclamando a *vocação* como emanção da vontade divina, devendo cada indivíduo permanecer, activamente, na profissão que lhe foi *naturalmente* atribuída comportando, porém, as suas ambições pessoais nos limites definidos pela sua situação (Bouyer, 2001; Harrison, 2001; Weber, 1905/2001).

Assim, a irredutibilidade da ascendência dos deveres ascéticos relativamente aos deveres terrenos convoca a sua localização na complexidade da evolução do protestantismo ascético, compreendida entre o séc. XVI e o séc. XVII, e concentrada em países como Holanda, Inglaterra e França, pois, mesmo que se reconheça, inevitavelmente, a reactividade do seu argumento na proposta de ruptura com o catolicismo, tipificada pela Igreja luterana, concretamente, na subtracção da actividade terrena à *actualidade* (declarada como orientação temporal determinante no cumprimento de *dever* moral e religioso, condenando a contemplação como o seu adiamento), a doutrina luterana recua no esclarecimento e fundamentação da agência ética do crente no cumprimento da sua *vocação*, dito de outro modo, absorvida pelo princípio da *pureza* da leitura dos textos sagrados, é afastada da possibilidade dos avanços na restauração da ética, podendo sugerir resignação e passividade, numa agência retida na observação moral do cumprimento do *dever* na designação insuperável da actividade profissional (*vocação*) (Bouyer, 2001; Bronowski & Mazlish, 1983; McNeill, 1967; Taylor, 2007, Weber, 1905/2001). Da insuficiência e contenção da radicalidade prometida na doutrina luterana, e, espante-se, da sua especialização como orientação radical tradicionalista – permanecendo, todavia, a noção de *vocação* como encontro necessário com os interesses profanos, confirmando a experiência religiosa, não como expectativa, mas como tarefa inadiável –, é possível antecipar o desenvolvimento, no contexto de uma fé, então, suportada pela imposição pessoal (sem mediação religiosa), da reivindicação de uma estrutura regulamentar e sistemática na reformação da conduta individual, no sentido da implicação da vivência religiosa na racionalização metódica (*i.e.*, ascética) do exercício da actividade profissional,

consequente na condução e recorrência do lucro individual crescente, como tema fundamental no cumprimento do dever original com Deus, algo apenas viabilizado pela reorganização calvinista das Igrejas reformadas, antecipando a capitulação do corporativismo, reforçado pela preservação católica do sentido de comunidade como autoridade (Giddens, 2003; McNeill, 1974; Nisbet, 1974; Ratzinger, 2004/2005; Weber, 1905/2001). Com efeito, será, unicamente, a partir dos contributos de Calvino e dos movimentos políticos e culturais da segunda metade do séc. XVII na Europa Ocidental, e, em particular, em Inglaterra (*e.g.*, *Westminster Confession of Faith*; *Savoy Declaration*), movimentos constituintes da evolução da doutrina calvinista, que se assistiu à organização da ética protestante, antecipada, cumulativamente, pelo esclarecimento do *valor ético do trabalho* (ii), como orientação e imposição individuais excludentes de qualquer contentamento ou previsibilidade de agrado divino, interessando-se, antes, pela devoção à santificação das obras (transcrita na procura incessante da produção ilimitada), anulando, desse modo, a ambiguidade sobrevinda da noção luterana de *vocação*, na sugestão de uma fé e conduta pacientes, contextualizadas no exercício da actividade profissional, como remediação possível da conduta individual face à incerteza da salvação, salvaguardando, no entanto a condição de *eleito* como expectativa e motivação comuns para o cumprimento do *dever* colectivo (Bronowski & Mazlish, 1983; Harrison, 2001; Nisbet, 1974; McNeill, 1974; Weber, 1905/2001).

Do esforço conservado pela doutrina calvinista na proposta e confirmação do valor ético do trabalho, sobressaem três aspectos fundamentais para a compreensão da sua proposta de reposicionamento da orientação individual relativamente aos dogmas católicos de fé (antecipada a sua interferência na constituição do luteranismo), incidindo, sobre a *existência de Deus como objecto de fé*, no dogma sobre os sacramentos, salientando-se, para efeitos de análise, o da *confissão* e da *salvação*, e, finalmente, a sua expressão na representação universal da conduta moral, a saber: (i) a glorificação divina como significado e função últimos da experiência pessoal, logo, dirigida exclusivamente no sentido reconhecido dos propósitos divinos, o mesmo será dizer, “não é Deus que existe para os homens, são os homens que existem para Deus (...)” (Weber, 1905/2001, p.92); (ii) a transcendência absoluta de Deus e dos seus desígnios, desvalorizando a expectativa católica no mistério da *revelação* no contexto de uma fé comunicante pela conquista, possível, da *graça* divina presente na actualização e correcção das condutas pessoal e colectiva (prevista na *comunhão* religiosa); (iii) a crença irremediável na predestinação, a qual determinava que apenas um conjunto limitado de crentes estava predestinado à

salvação, assistindo-lhes o estatuto exclusivo de *eleitos*, equivalendo isto à constatação da contingência e, até, irrelevância que acompanhava as tentativas de influência da acção humana, então, reduzida a *acontecimento* (Giddens, 2003; Haas, 1997; Harrison, 2001; McNeill, 1974; Weber, 1905/2001).

Daqui, facilmente se antecipará, que o carácter recorrente dos três aspectos salientados da doutrina calvinista, concorrem para a organização de um eixo de ruptura, tanto com o catolicismo como com o luteranismo, uma vez que ao erradicar, terminantemente, qualquer possibilidade de interferência na atribuição da salvação (e, como tal, do estatuto de eleito como garantia) através do direito ao sacramento da *confissão* e à expiação da conduta, gerando e ampliando, sentimentos de incerteza e insegurança relativamente à condição e experiência pessoais (*decretum horribile*), exigindo, por isso mesmo, uma vida coerente em disciplina, persistência e privação (ideais do puritanismo político e económico), preenchidos, somente, pela consignação ao lucro pessoal e crescente, finalmente, actuates no sentido do recolhimento e legitimação no processo constituinte da *ética do trabalho*, sintetizada pelo cumprimento ascético do *dever* designado pela *vocação* (Giddens, 2003; Harrison, 2001; Weber, 1905/2001). A intransigência e pureza da doutrina e ensinamentos calvinistas e o rigor a que incitava no seu cumprimento, favoreceram a organização de pressões pastorais no sentido da sua reformulação, acrescentando-se duas introduções, nomeadamente a instituição da obrigação a que cada crente ficava sujeito de se considerar como um dos *eleitos*, como prova de aspiração à perfeição, e a enunciação da santificação das boas obras como sinal de eleição, não porque conduzissem à salvação, mas porque eliminavam as dúvidas acerca dela; ainda a este respeito, será interessante denotar que, ao contrário do que se poderia supor, a integração das alterações e variantes aos ensinamentos de Calvino, decorrentes da neutralização das pressões pastorais através da satisfação das suas reivindicações na *Westminster Confession of Faith*, e, mais tarde, na *Savoy Declaration*, não se concluíram como um recuo ao cumprimento do seu programa, pelo contrário, terminaram por se confirmar como contributo para o reforço da validade canónica dos seus princípios, favorecendo a sua difusão (Giddens, 2003; Weber, 1905/2001).

Assim, conclui-se que a conjugação do desenvolvimento da noção de *vocação* (i) difundida pelo luteranismo, e da noção de *valor ético do trabalho* (ii), difundida pelo calvinismo, acedidas enquanto factores assinaláveis na constituição e reconhecimento da ética protestante, e manifestações indispensáveis da Reforma, promoveu e legitimou – tanto pelo conteúdo essencialista da noção de *vocação*, como pela afirmação da

transcendência e inacessibilidade absolutas de Deus, bem como pela privação do direito à mediação religiosa (sacramento da *confissão*) na expectativa da salvação –, o esgotamento da experiência pessoal na dedicação e imposição a uma agência individual *racionalizante*, sempre, convertida em tarefa, e satisfeita na procura incessante do lucro pessoal ilimitado (santificação das obras), uma vez garantida por uma actuação calculista e de previsão de risco, donde, se pode antecipar, ainda, que apenas possível a partir da subversão e instrumentalização da moral das doutrinas protestantes, a previsibilidade da adequação das exigências das forças e modos de produção capitalistas em evidência na estabilização do processo de industrialização da Europa Ocidental, globalmente compreendido entre segunda metade do séc. XVIII e os finais do séc. XIX (Frankel, 1970; Sayer, 2001; Weber, 1905/2001).

### **3.3.3. *Espírito capitalista, sociedade industrial e recorrência de sentido tradicional: avanços para a racionalização da actividade humana e social.***

Deste modo, e como primeira conclusão, pode propor-se que os produtos da Reforma acabaram, involuntariamente, por desempenhar uma função legitimadora do processo de industrialização, em geral, e do desenvolvimento da sociedade industrial, em particular, enquadrando conceptualmente as suas expectativas e produtos, e promovendo um ajustamento óptimo à radicalidade do seu discurso, possibilitando, acima de tudo, a compreensão do sua singularidade e viabilização na intencionalidade da condução projecto cultural e político da Ideologia Burguesa, e não, apenas, como produtos directos e consequentes estruturais das novas formas de organização comercial (Giddens, 2003; Polanyi, 1944/1983; Sayer, 2001; Sombart, 1926; Weber, 1905/2001). Uma vez concretizada e justificada a aproximação ao processo de industrialização – considerando-o na proximidade do desenvolvimento do sistema económico e comercial capitalista e dos seus modos e forças de produção –, como projecto cultural e político, de intencionalidade reconhecida na inspiração (ou subversão) nos valores da Reforma, e intensificada e generalizada no reaccionismo do ideal liberal, reúnem-se, agora, as condições necessárias à retoma da questão colocada inicialmente, a qual se debruça na averiguação da possibilidade do produto da associação entre a progressão do movimento de *subjectivação/personalização* e a sua cumplicidade com a inscrição do tema da *recorrência*, poder organizar, sistematicamente, uma segunda via (modalidade indirecta) de favorecimento da *subjectividade* no desenvolvimento psicológico, no contexto do

processo de *individualização* (Levinas, 1961/1971; Polanyi, 1944/1983; Renaut, 2001; Smith, 2006).

Isto porque, se, por um lado, do argumento organizado no capítulo segundo sobressai a proposta da impossibilidade de uma dependência directa entre o aumento do movimento de *subjectivação/personalização* e o, eventual, aumento do movimento de *subjectividade*, por outro, da contextualização e representação do movimento de *subjectivação/personalização* na emergência, expansão, e estabilização da sociedade industrial, e da possibilidade de acesso [recorrendo à sua intencionalidade enquanto projecto cultural e político, de acordo com uma concepção histórica idealista (*cf.* Barata-Moura, 1977; Engels, 1890/1974; Lefebvre, 1939)], aos seus custos e contrapartidas psicológicas [*e.g.*, *racionalização* crescente da experiência pessoal; aumento de percepções subjectivas de incerteza (calvinismo: *decretum horribile*), insegurança (perspectiva de risco associada ao incentivo da acumulação de capital como valor) e desconfiança (*burocratização*); desequilíbrio entre as esferas do incalculável e calculável da actividade humana (ética protestante: *valor ético do trabalho*)], os quais apontam para o desenvolvimento e reforço de um sujeito psicológico de acção determinante e retido num estatuto permanente de diferença individual (*i.e.*, acentuação da qualidade *desindividuante* do processo de individualização), parece, por isso, colocar-se, em análise, que a cumplicidade do aumento do movimento de *subjectivação/personalização* e o encontro do sujeito psicológico com o tema da *recorrência*, sugerindo a orientação do seu desenvolvimento no sentido previsível do aumento de *subjectividade* (Jacques, 1982; Lash, 1999; Lukàcs, 1961, 1971; Smith, 2006; Venn, 2000); porém, da identificação dos custos e contrapartidas psicológicas do processo de individualização suportado pelo projecto ideológico da sociedade industrial (ou se se preferir, *espírito do capitalismo*), decorre a sua tradução no apelo, e importa caracterizar, à dedicação do funcionamento e desenvolvimento psicológicos à exclusividade de uma identidade consciente, assegurada pelo aumento progressivo do carácter reflexivo dos processos psicológicos que inclui (*e.g.*, significação; recordação; diferenciação; integração), possibilitando, desse modo, a associação ao aumento do movimento de *subjectivação/personalização* um encontro com o tema da *recorrência*, mas, no sentido tradicional, *i.e.*, remetendo para a especialização do sujeito psicológico, no contexto das suas experiências de aproximação ao *real*, na conversão do conhecimento em reconhecimento, revista e transposta, na condução da experiência de aproximação ao *Outro* no sentido da sua assimilação pelo *Mesmo*, dito de outro modo, dependente que está, o sujeito psicológico, de uma estrutura auto-dirigida de

relacionamento (*desindividuante*), a representação do *Outro* (sublinhe-se, neste trabalho, acedido como figura interpelante da pluralidade da estrutura organológica do sistema de individuação) é, invariavelmente, significada como uma variação da representação do *Mesmo*, ou seja, a o tema da *recorrência*, em sentido tradicional, como reconhecimento de uma variação de si, enfim, a definição da recorrência como *retorno a si* (Althusser, 1980; Levinas, 1974/1991; Riesman, 1964b; Smith, 2006; Venn, 2000).

Daqui, facilmente, se extrai a exclusão da possibilidade do produto da associação entre o aumento do processo de *subjectivação/personalização* e encontro com o tema da *recorrência* no sentido tradicional, poder funcionar como operador secundário no estabelecimento e sustentação – no decurso do empreendimento moderno que é a sociedade industrial – de uma modalidade indirecta de aumento do movimento de *subjectividade*, pois, tal apenas seria possível no quadro de uma *recorrência* em sentido alternativo (cf. Levinas, 1961/1971; 1974/1991), que interferisse e promovesse no processo de individualização uma aproximação do *Mesmo* ao *Outro*, não pelo sentido da sua assimilação (*objectivação*), mas pelo acolhimento e permanência (*i.e.*, integração vs. diferenciação) do *Outro* no *Mesmo* (*other-in-the-same*), não o reduzindo como ontologia, mas, justamente, problematizando o exercício da negociação do estatuto psicológico de um absolutamente *Outro* (Levinas, 1935/1982, 1961/1971, 1974/1991; Smith, 2006; Ricoeur, 1990; Venn, 2000).

Assim sendo, a necessidade de determinação da *subjectividade* como instituição psicológica, cuja intencionalidade reside na promoção da reconfiguração do tema da *recorrência* como expressão da *alteridade* do *Outro*, e, logo, enquanto ordem simbólica especial do desenvolvimento psicológico, parece, configurar-se como a orientação possível para o contorno e superação dos custos dos custos psicológicas do processo de *individualização*, organizado desde o seu esclarecimento e fundamentação no projecto de industrialização da Europa Ocidental, uma vez capaz de restaurar a condução das experiências de aproximação do *Mesmo* ao *Outro* de acordo com um sentido ético, o qual avesso à assimilação (exercício de controlo), poderá ser capaz de inscrever a relação com o *Outro* numa estrutura comunicante de responsabilidade, como compromisso *individuante* (Levinas, 1935/1982, 1961/1971, 1974/1991; Habermas, 1990a, 1990b; Polanyi, 1944/1983; Ricoeur, 1990; Smith, 2006; Venn, 2000).



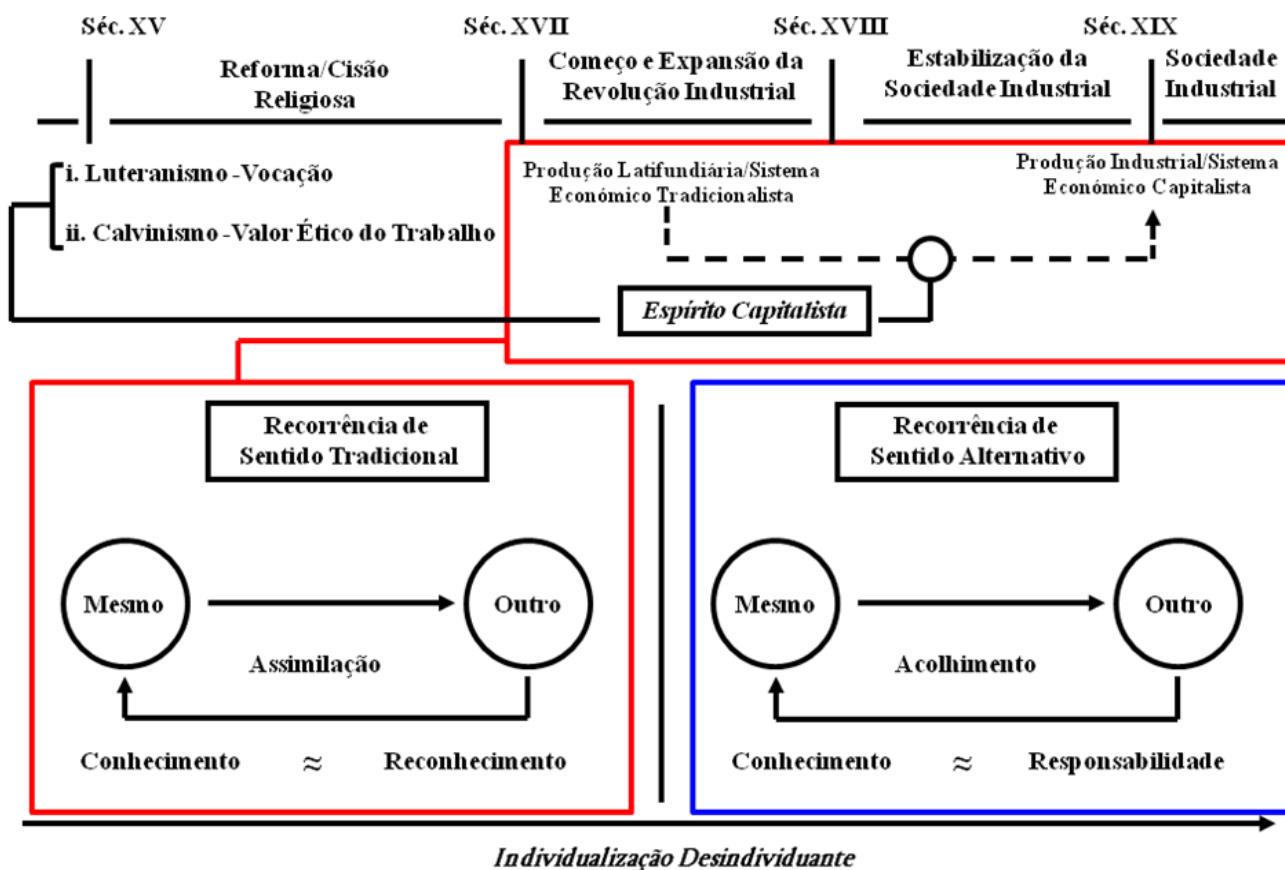


Figura 7. Exploração da configuração da recorrência de sentido tradicional como um dos produtos do projecto cultural e político contido na expressão espírito capitalista.

### 3.4. Conclusão

A evolução gradativa da análise do movimento de expansão e estabilização da individualização como processo hegemónico de socialização, tendo passado, num primeiro momento (i), pela exploração do papel desempenhado pelo individualismo (projecto cultural e político) na viabilização da individualização, e, num segundo momento (ii), pela exploração e diferenciação das relações de tensão entre tendência de subjectivação e a noção de subjectividade, e da consideração da influência e relevância dessa tensão na actualização das propostas e tendências do processo de individualização para a configuração do estatuto do sujeito psicológico face à individuação, terminou por culminar num terceiro momento de discussão (iii), para o qual concorreram e se somaram as perspectivas de análise e os avanços e contributos desenvolvidas ao longo dos momentos anteriores; assim, e tendo em vista proporcionar uma conclusão integradora do capítulo 3, convirá, antes de mais, enunciar e descrever seguidamente as principais conclusões do terceiro momento.

Com efeito, o terceiro momento/secção do capítulo 3, tendo, pela confluência da análise, reunido e articulado as principais propostas de investigação, confirma-se como um momento sumativo e decisivo para a persecução do objectivo geral do capítulo (*i.e.*, caracterização da evolução do movimento de expansão e estabilização da individualização nas sociedades ocidentais, salientando as principais forças e tendências que sustentaram e viabilizaram a sua expressão hegemónica), adquirindo as suas conclusões um carácter integrador e representativo da estratégia global assumida ao longo do capítulo. Assim, ao terceiro momento deste capítulo assistem duas conclusões englobantes que organizam a compreensão e a contextualização da evolução qualitativa do processo de individualização nas sociedades ocidentais, entre a segunda metade do séc. XVIII e os finais do séc. XIX, e que orientam a investigação das suas principais forças e tendências, as quais podem, então, ser formuladas do seguinte modo: (i) o posicionamento do estatuto dos custos e contrapartidas do processo de individualização não como acontecimento consequente estrutural directo da alteração das relações comerciais e das forças de produção, mas como *complexos-em-relação* com a organização e expansão da sociedade industrial na Europa Ocidental, donde parte a possibilidade do seu reconhecimento como manifestação da intencionalidade do projecto cultural e político burguês, cujo enquadramento conceptual é encontrado no excesso contido na afinação progressiva das doutrinas protestantes (*e.g.*, noção calvinista de valor ético do trabalho); (ii) a incapacidade do conjunto de intersecção

entre o aumento progressivo do movimento de *subjectivação* e o tema da *recorrência*, no contexto do processo de individualização, definir um operador secundário, actuante na fundação de uma modalidade indirecta de estabelecimento da *subjectividade* como orientação para o processo de individualização, bem como para os processos e produtos que supõe para o processo de auto-organização psicológica. A isto acrescenta-se que as duas conclusões se situam, respectivamente, a dois níveis distintos, os quais importa clarificar: (a) um primeiro nível, correspondente com a necessidade de caracterização do contexto cultural e político que suportou e sustentou o processo de individualização na Europa Ocidental e a caracterização da sua actuação particular no processo de individualização, nomeadamente, ao nível da organização de condições favoráveis à sustentabilidade do processo de individuação; (b) um segundo nível, relativo à formulação de uma proposta de orientação dos produtos de associação entre um dos diferentes movimentos/derivadas do processo de *subjectivação* (e.g., *recorrência*) e o processo de individualização.

Da diferenciação sistemática do processo de individualização realizada ao longo do capítulo 3, a conclusão de que a viabilização da expansão da individualização como processo privilegiado de socialização nas sociedades ocidentais apenas foi tornada possível graças à intencionalidade do seu projecto cultural e político, será, talvez, de entre as conclusões e perspectivas de análise, aquela que concentra maior relevância para a discussão do objectivo geral deste trabalho (identificação de oportunidades historico-culturais de individuação); isto porque, ao salientar a intencionalidade do projecto cultural e político da individualização, a conclusão anteriormente descrita sublinha e põe especialmente em evidência a influência da sua agenda na configuração do estatuto do sujeito psicológico face à individuação, e consequentemente, na organização de oportunidades histórico-culturais de individuação. Tal é passível de ser compreendido de modo mais evidente, de acordo com a seguinte explicitação: confirmada a intencionalidade do projecto cultural e político da individualização, e sabendo-se que a sua agenda combina como principais regularidades a *racionalização* (ou desencantamento), a *tecnicização* e a *burocratização* (e.g., conversão e especialização da actividade humana e social à rendibilidade, promovidas pelo ascetismo e puritanismo, e assimiladas pelo utilitarismo no final do séc. XIX, enquadrando e legitimando conceptualmente as expectativas de crescimento do capitalismo tradicional), e, ainda, tendo-se concluído que a eclosão da formalização dos movimentos contestatários do poder de carácter tutelar dominante, sobretudo, na Baixa Idade Média, decorreu segundo a inspiração proporcionada pelo

individualismo, a um tal ponto que, desde o séc. XVII o processo de individualização só é pensável no sentido da formulação do dúplice *individualização-individualismo*, facilmente se conclui que o processo de individualização descreve como principal traço a exaltação do indivíduo como valor absoluto (*e.g.*, Humanismo Moderno), como entidade totalizante e sobreponível à estrutura e dinâmicas sociais.

Assim, é justamente neste ponto que se compreende que a interpretação proporcionada pelo processo de individualização do estatuto do indivíduo (*e.g.*, sujeito psicológico) face à individuação, actua no sentido da sua absolutização, o mesmo será dizer, no sentido da sua experiência como factor totalizante a qualquer sistema de articulação e inter-dependência com o contexto. No movimento de evolução do processo de individualização [percebido no dúplice *individualização-individualismo* (*cf.* secção 3.1.), as possibilidades para o favorecimento da expressão plena da individuação tornam-se escassas, uma vez que tendem a inscrevê-la como um resultado e, sublinhe-se, como uma consequência directa do indivíduo - correspondente a um sujeito psicológico que, como revisto na secção 3.2., através do aumento da tendência de *subjectivação/personalização* acentua a reflexividade como característica da elaboração das experiências de aproximação ao *real* -, traduzindo-se tal, num recusa à contextualização do estatuto do indivíduo, e do desenvolvimento e funcionamento psicológicos, numa estrutura temporal mais ampla, correspondente à estrutura organológica do processo de individuação, onde o indivíduo achado tão-só como factor das relações transductivas, e entidade relativa à *realidade pré-individual*, poderia contextualizar o seu funcionamento e desenvolvimento na permanente actualização de potenciais e na imanência do desdobramento do Ser em fases.

#### 4. Proletarização do desejo: Extensões da descontinuidade entre produção e consumo.

Este capítulo assume como principal tema e objectivo a exploração das possibilidades de *trans-individuação* no decurso da evolução de um contexto histórico, cultural e político, cuja direcção e sentido dos seus produtos terminou por reforçar e contextualizar a tendência de afirmação do processo de individualização como modo hegemónico de socialização das sociedades ocidentais contemporâneas (cf. Coimbra & Menezes, 2009). A inserção deste capítulo nesta sequência particular do plano de trabalhos, poderia, por si, ser suficiente para a antecipação e sugestão do seu principal objectivo, isto porque, sendo a conclusão central do capítulo 3, a determinação de que a combinação do processo de individualização (processo de socialização) com a opção pelo individualismo<sup>17</sup> (projecto cultural e político), se concluiu na promoção da identificação do indivíduo como valor absoluto, e a sua especialização como Ser total, ou seja, restringiu a abertura à amplitude do processo de individuação, anulando a compreensão do indivíduo (sujeito psicológico) como fase integrante de um património *mnésico* psíquico e colectivo que é o Ser; tornou-se evidente a necessidade de recentrar a ordem de discussão nas oportunidades de individuação, não só apenas no plano da individuação psíquica (eu) e da individuação colectiva (nós), ou da interacção entre ambas (suposta como inter-individualidade), mas também, ao nível da integração dos produtos e significações das diferentes *co-individações* através do recurso à realidade pré-individual (*trans-individuação*), no sentido da concretização da individuação como *participação-em-*

---

<sup>17</sup> Convém advertir, no sentido de clarificar as limitações e potencialidades da análise, que uma das opções de investigação deste trabalho consistiu na circunscrição da análise do individualismo, enquanto ideal político, à sua expressão renovada nas sociedades ocidentais, não se tendo visado a sua erupção inicial na Grécia Clássica (raiz/tradição indo-europeia da cultura ocidental), e o seu papel na diferenciação das culturas ocidentais; com efeito, optou-se por se destacar, somente, a participação do individualismo no movimento de evolução desde a Renascença (séc. XV), passando pelo Iluminismo (séc. XVII) e pela expressão e tradução crescentes dos movimentos do protestantismo ascético ou ascetismo cristão - formulado desde os movimentos da Reforma, cujos principais produtos [(i) noção de vocação (luteranismo) e (ii) valor ético do trabalho (calvinismo)], terminaram por enquadrar e legitimar a *racionalização, tecnicização e burocratização* do processo de socialização na conversão imparável da actividade humana e social ao *útil*, i.e., à sua instrumentalização, denunciando a intencionalidade do projecto cultural e político que sustentou a organização da sociedade industrial na Europa ocidental (segunda metade do séc. XVIII) (Lukàcs, 1971; Polanyi, 1983; Weber, 2001).

*contexto*, como estrutura comunicante com o mundo (Simondon, 1989a; Stiegler, 2001, 2008b).

Assim, o objectivo descrito encontra-se e interage, naturalmente, com a estratégia geral de investigação deste trabalho, uma vez que esta, ao concentrar-se na exploração de oportunidades historico-culturais de individuação, traça a exploração das oportunidades de *trans-individuação* como requisito inadiável à sua persecução, dito de outro modo, tratando-se toda a individuação de uma *co-individuação*<sup>18</sup>, e sendo a *trans-individuação* o vector e eixo de mediação da *meta-estabilização* das significações pessoais e colectivas, a determinação da possibilidade e da capacidade dos indivíduos psíquicos [sujeitos psicológicos ou Seres individuados: fase do provisória do Ser constituída após a individuação vital (*cf.* Simondon, 1964; 1989a)] poderem individuar colectivamente fundos *pré-individuais* (operação fundamental da *trans-individuação*), e, a partir daí, provocar novas individuações, passa a integrar e a encerrar a agenda de investigação.

Assim, o plano de trabalhos que confere relevância e intencionalidade à abordagem desenvolvida neste capítulo, obedecerá a quatro momentos, a saber: (i) um primeiro, no qual se procurará realizar uma exploração sistemática da estrutura do sistema de individuação, no sentido de propor um quadro interpretativo das suas principais tensões, dinâmicas e condições colocadas por ele colocadas, na relação de mediação do Ser com o meio, interessando, particularmente, a caracterização do papel desempenhado pela técnica nesse contexto; (ii) um segundo momento, no qual, uma vez caracterizado o alcance da participação e interferência da técnica na viabilidade do sistema de individuação, se dará conta das principais consequências da integração activa da técnica na estrutura de mediação da relação do Ser com o mundo, sobretudo, ao nível das propriedades farmacológicas que a técnica, como *pharmakon*, poderá atribuir à estrutura do sistema de individuação, sendo que, nesse contexto, a análise progredirá no sentido da formulação de um quadro da evolução histórica e cultural da relação do sujeito psicológico com a técnica,

---

<sup>18</sup> A interpretação da individuação como *co-individuação* é passível de ser compreendida, na medida em que a sua ocorrência e a sua manutenção dependem da introdução de novas problemáticas vitais (desdobramento do Ser em fases - *déphasage*), as quais são acedidas, unicamente, no cumprimento e condução de um processo recorrente de partilha e negociação do estatuto e dos produtos das individuações psíquicas de diferentes indivíduos (polaridade indivíduo-meio), tendo em vista a sua integração no quadro de uma *meta-estabilização* de significações, permitida pela individuação colectiva, o mesmo será dizer, a individuação é, simultaneamente psíquica (eu) e colectiva (nós) (Combes, 1999; Simondon, 1964, 1989a; Stiegler, 2004a, 2004b).

de modo enunciar as condições necessárias à formalização de *meios associativos* (oportunidades de *trans-individuação*); (iii) um terceiro momento destinado à proposta de uma conclusão integradora dos percursos e opções de investigação, e, simultaneamente, capaz de dar conta do alcance e do sentido psicológico da análise.

#### **4.1. Individuação como corpo técnico.**

A exploração das oportunidades historico-culturais de individuação, como objectivo geral, e a inevitabilidade da exploração das oportunidades de *trans-individuação*, como objectivo específico, posicionam a condução da análise no plano da identificação e caracterização das condições favoráveis à adopção, selecção e transmissão do património *epifilogenético* [*i.e.*, um património que se conserva tanto do ponto de vista de um substracto filogenético (memória da espécie), como do ponto de vista de um substracto epigenético (memória do sujeito)]-, as quais definem os *meios associativos* (Stiegler, 2001, 2008b). De facto, individuação, e, logo, a qualidade associativa dos meios (contextos desenvolvimentais, na linguagem mais habitual na psicologia) que a viabilizam, não pertencem, como referido no Capítulo 2, à ordem do acontecimento (eixo sincrónico ou eixo das simultaneidades), mas à ordem do processo (eixo diacrónico ou eixo das sucessividades), *i.e.*, exige que os termos e os produtos da relação de individuação (*e.g.*, sujeito psicológico), sejam pensados como condições imanentes a uma *realidade pré-individual*, fonte recorrente de recursos e potenciais (Simondon, 1989a); portanto, a problematização da individuação e, em particular (atendendo à intencionalidade do objecto de estudo deste trabalho: sujeito psicológico), da individuação psíquica, não se refere apenas a uma tarefa de avaliação da integração gradativa das significações pessoais, mesmo quando compreendida nas esferas de partilha e de construção social da realidade, antes, ela impõe-se ao nível da avaliação da capacidade do sujeito psicológico transmitir e preservar o património simbólico colectivo, e, atente-se, da capacidade de se apropriar dele, ou seja, de se individuar nele, transformando-o (Combes, 1999; Stiegler, 2006a); uma capacidade que, por fim, se esclarece na manutenção da operação de *trans-individuação*, que formaliza o sujeito psicológico como entidade permanentemente relativa a um meio, algo que, como facilmente se poderá compreender, não é resolvido e escapa às dinâmicas de poder e controlo que compõem o individualismo (Elliot & Lemert, 2006).

Deste modo, pode propor-se que a questão da condução e sustentação da individuação é, antes de mais, uma questão de adopção e selecção, pois, como referido

anteriormente, a especificidade e vitalidade da individuação como sistema depende, sobretudo, da capacidade de se transcrever na operação de *trans-individuação*, a qual, por sua vez, consistindo na *meta-estabilização* das significações das individuações psíquicas (“eu”) e colectivas (“nós”), possibilitando que indivíduos psíquicos (substrato epigenético) individuem colectivamente *realidades pré-individuais* (substrato filogenético), através do desencadeamento e alimentação de circuitos *trans-individuantes*, traduzindo o reconhecimento da necessidade de adopção e selecção de uma história colectiva, como condição para o reconhecimento do indivíduo psíquico ou Ser individuado (sujeito psicológico) como unidade pensável, bem como para a expressão plena do sistema de individuação (Simondon, 1989a; Stiegler, 2001, 2006, 2008b). Mais, a preservação da singularidade do Ser individuado encontra-se, justamente, na especificidade das selecções e adopções que realiza do conjunto do seu património *mnésico* colectivo, sendo que essa adopção e selecção (síntese do processo de individuação), não representa de maneira alguma um transporte de informação, mas antes uma apropriação criativa e generativa desse património *mnésico* e simbólico, pois, a adopção e selecção, no contexto da operação de *trans-individuação*, consiste na individuação colectiva da *realidade pré-individual*, em que movimento recorrente de acesso à *realidade pré-individual* é definido como um movimento de transmutação da energia potencial do sistema de individuação em novas fases de individuação, e, logo, em novos equilíbrios *meta-estáveis*, os quais passam a integrar activamente a estrutura e memória do Ser (Combes, 1999).

Daqui se extrai, que a estrutura de ligação e de encontro do “eu” com o “nós” na operação de individuação, ao ser viabilizada pela transmissão do património *epifilogenético*, pela acção da operação de *trans-individuação*, se confirma como uma operação de memorização, simultaneamente, psíquica e colectiva, sendo que essa operação apenas adquire possibilidade de expressão no contexto da concretização de uma relação de mediação simbólica com o meio (renovação polaridade indivíduo-meio), uma relação de mediação que, de acordo com Gilbert Simondon, é suportada pela técnica, constituindo o meio técnico um dos *meios associativos* de referência (Simondon, 1989b; Stiegler, 2005, 2006b). A compreensão da acepção anterior, passa pela consideração da técnica, e dos objectos que supõe, como exteriorização ou artificialização da memória humana, como um prolongamento da existência por outros meios, assegurando a transmissão do património cultural e simbólico colectivo, o mesmo será dizer, assegurando o acesso à *realidade pré-individual* e, acima de tudo, a sua confirmação como meio mnésico, donde, se torna possível afirmar que toda a técnica é mnésica (Leroi-Gourhan, 1945; Stiegler, 2006a,



2006b). De facto, a memória humana é originalmente exteriorizada e objectivada, sendo também e desse modo, técnica, bastando como evidência, aludir à construção de instrumentos líticos (*e.g.*, biface acheulense), recursos predominantes no período do paleolítico inferior, utilizados como suportes da memória espontânea, tratando-se, contudo, de instrumentos técnicos construídos, ainda, sem o intuito de armazenamento da memória humana através da sua exteriorização, algo que apenas foi conquistado no período do paleolítico superior, no qual surgiram as *mnemotécnicas*, passando os objectos técnicos a exhibir, intencionalmente, as suas propriedades mnésicas, e a orientar a relação simbólica do indivíduo com o meio; o surgimento da *proto-escrita* [associada à necessidade de registo das trocas e, mais tarde, das transacções comerciais (*e.g.*, Tábuas Tartaras) (*cf.* Sandars, 1985)], no final do período neolítico, e, posteriormente, o surgimento dos primeiros sistemas de escrita [(revolução tecnológica) (*cf.* Auroux, 1994)], permitiram a organização de um novo evento ou momento de evolução na história técnica da memória e da individuação (*gramatização*), marcado e sintetizado pela transição da exteriorização da memória humana através de *mnemotécnicas* para a sua realização, através do recurso a *mnemotecnologias* (ilustrada tanto na antiguidade clássica, como, mais tarde, na invenção da imprensa) (Auroux, 1994; Leroi-Gourhan, 1964; Morin, 1973; Stiegler, 2010); uma transição que passa, finalmente, a enunciar a técnica não apenas como dispositivo e estrutura de armazenamento da memória espontânea, mas também de armazenamento e extensão do saber, formalizando a técnica como estrutura de questionamento das instituições psíquicas, políticas e sociais, enfim, como uma estrutura privilegiada de acção e compreensão do mundo<sup>19</sup> (Leroi-Gourhan, 1945, 1964; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009).

---

<sup>19</sup>A evolução qualitativa na história da exteriorização da memória através dos objectos técnicos (dispositivos mnésicos), compreendida na transição entre *mnemotécnicas* e *mnemotecnologias*, enquanto revolução tecnológica, revelou-se, do ponto de vista evolutivo, fundamental para a possibilidade de acesso a uma diferenciação entre saberes *epi-linguísticos* e saberes *meta-linguísticos*, ou seja, uma diferenciação entre a formalização de um sistema de comunicação assente em saberes espontaneamente produzidos através da prática, e correspondentes à necessidade imediata de *categorização* da realidade, e um sistema de comunicação assente em saberes que resultam, intencionalmente, da *categorização*, a partir de categorias já desenvolvidas (*meta-categorização*), segundo o qual, os dispositivos técnicos são efectivados como sistemas de notação e, logo, de manipulação e interferência na realidade (Auroux, 1994; Stiegler, 2009); sublinhe-se, no entanto, que tanto competência de *categorização* como a de *meta-categorização*, apesar de corresponderem a produções técnicas distintas, constituem dois pólos recorrentes e simultâneos do processo de *trans-individuação* num meio linguístico gramatizado (Stiegler, 2009, 2010a).

Assim, está-se em condições de concluir que a memória técnica é uma memória *epifilogenética*, sendo os objectos técnicos configurados como órgãos artificiais (entenda-se, por oposição aos órgãos biológicos) do processo de individuação, porquanto servem de suporte ao processo de *gramatização*, no qual, por sua vez, o devir técnico inaugura novas vias de acesso à *realidade pré-individual*, assegurando a transmissão do legado mnésico, e, por isso, afirmando-se capaz de introduzir novas problemáticas vitais no processo de individuação e de provocar novas fases e *equilíbrios meta-estáveis* no Ser (Stiegler, 2010b); a acrescentar, que, de um ponto de vista psicológico, os objectos técnicos como órgãos artificiais do processo de individuação - achados no trânsito recorrente do Ser à *realidade pré-individual*-, ao permitirem a contextualização do funcionamento e desenvolvimento psicológicos como processo histórico, plural e multi-participado, actuam no sentido da organização e garantia de condições mínimas de previsibilidade, facilitando o desenvolvimento de competências de antecipação de situações e comportamentos, contribuindo, desse modo, para a atribuição de um sentido de finalidade à agência pessoal, bem como para o desenvolvimento de sentimentos de confiança e segurança na exploração do mundo (Marris, 1996).

O esclarecimento da técnica como prolongamento da existência, como estrutura simbólica de mediação do Ser e, neste caso, do Ser individuado (sujeito psicológico) com o meio, pela facilitação - em condições óptimas -, do acesso à *realidade pré-individual* - e, aí, da facilitação da *meta-estabilização* dos produtos da *co-individuação* (operação de *trans-individuação*), através da confirmação dos objectos técnicos como órgãos artificiais (dispositivos mnésicos) do sistema de individuação, na medida em que suportam o processo de *gramatização* -, permite progredir na análise e caracterização da individuação, no sentido da sua inscrição numa *organologia geral* (Stiegler, 2010a). A técnica, como concretização da direcção e sentido da operação de *trans-individuação*, demonstra que a vitalidade da individuação depende da sua expressão plural e inacabada, e, consequentemente, da sua inscrição numa *organologia geral*, *i.e.*, numa teoria geral de articulação entre órgãos corporais (*e.g.*, cérebro, mão, sistema vegetativo), órgãos artificiais/ferramentas (*e.g.*, instrumentos e suportes técnicos da *gramatização*), e órgãos sociais (*e.g.*, família, instituições económicas), a qual, ao se estender a todas as dimensões da existência e do desenvolvimento pessoal e social, confere coerência sistémica à organização geral do processo de individuação (Stiegler, 2006a, 2010a); além disso, da inscrição da individuação numa *organologia geral*, resulta, do mesmo modo, a repartição da sua estrutura, tal como descrito e caracterizado no Capítulo 2, em três níveis

*organológicos* distintos, mas inter-dependentes, a saber: o nível psíquico (associado à individuação vital e – apelando à intencionalidade deste trabalho – à constituição do sujeito psicológico e à emergência do ‘eu’), o nível social (associado à negociação e regulação social do produto das individuações psíquicas na relação com ‘outro’, possibilitando uma representação institucional: o ‘nós’), e o nível técnico (que consiste no meio de ligação e articulação do ‘eu’ ao ‘nós’, um meio concreto e efectivo, suportado pelas *mnemotecnologias*) (Simondon, 1964, 1989a; Stiegler, 2005, 2006a, 2010a).

A conclusão anterior sugere a recuperação o objectivo deste capítulo – exploração das oportunidades de *trans-indiviuação* num contexto cultural e político de afirmação progressiva da individualização como processo hegemónico de socialização, e reflectido na tendência de definição sumária do indivíduo (Ser individuado ou sujeito psicológico) como Ser total e auto-suficiente -, o qual impõe como tarefa, a identificação e caracterização dos meios (contextos desenvolvimentais) que organizam condições favoráveis ao acesso à *realidade pré-individual*, o mesmo será dizer, à individuação do sujeito psicológico com e no processo de transmissão do património/legado *epifilogénico*, inscrito no *dever técnico* do Ser (Combes, 1999); de facto, a inscrição da individuação numa *organologia geral* e a configuração da sua estrutura como uma estrutura organológica, permite compreender que os meios capazes de criar oportunidades para o desencadeamento e sustentação do processo de individuação, terão, necessariamente, de ser *meios associativos*, ou seja, meios que promovam o estabelecimento e manutenção de circuitos *trans-individuantes* ao longo dos três níveis de individuação, e que articulando os produtos das diferentes individuações, organizem um trânsito recorrente de *meta-estabilização* dos potenciais da *realidade pré-individual* (Combes, 1999; Simondon, 1989a, Stiegler, 2006a). E é, precisamente, nesse sentido, que a técnica se afirma como um *meio associativo*, na justa medida em que os objectos técnicos (dispositivos mnésicos) que formaliza, em cada novo estágio do processo de *gramatização*, actuam como mediadores da relação simbólica do sujeito psicológico com o meio, revitalizando os potenciais da realidade pré-individual e localizando o Ser em novas e sucessivas fases e verificando a individuação como *participação-em-contexto* (Leroi-Gourhan, 1945; Stiegler, 2010a), expressão que sugere a remissão para a concepção do desenvolvimento psicológico como *acção-em-contexto* (cf. Silberein, Eyferth & Rudinger, 1986).

## 4.2. A estrutura farmacológica da individuação.

Nesta fase de investigação, parece-se estar, progressivamente, a circunscrever o domínio de análise no sentido da convergência, cada vez mais eminente, com o objectivo deste capítulo, bem como com o do conjunto do trabalho - identificação e caracterização dos meios promotores e facilitadores da operação de *trans-individuação*, e identificação de oportunidades historico-culturais de individuação, respectivamente -, na medida em que, até ao momento, foi possível compreender o cumprimento do Ser como aparição e desdobramento sucessivo em fases (*i.e.*, como projecto inacabado), apenas se viabiliza no exercício da capacidade de provocação e manutenção de circuitos *trans-individuantes* ao longo dos três diferentes níveis organológicos que compõem a estrutura do processo de individuação (nível psíquico, nível técnico e nível social); mais, foi possível compreender que os contextos que procedem de acordo com essa capacidade constituem *meios associativos*, sendo o meio técnico designado como *meio associativo* de referência e como um novo regime de individuação, na medida em que ser revela capaz, através dos seus objectos técnicos, de sustentar a mediação do Ser e, neste caso, do sujeito psicológico com o meio, algo apenas acessível graças às propriedades mnésicas desses objectos (*mnemotecnologias*), que ao corresponderem ao prolongamento da memória e da existência do Ser - pela transmissão do património *epifilogenético*, e pela sua transmutação em novos *equilíbrios meta-estáveis* -, reactivam a polaridade indivíduo-meio, confirmando a individuação como participação (Combes, 1999; Simondon, 1964; Stiegler, 2010a).

Contudo, da síntese da memória do Ser como memória técnica, surge uma outra questão, da qual depende o sentido da interpretação das consequências da relação histórica do sujeito psicológico com a técnica, no curso do empreendimento da individuação, isto porque, apesar da possibilidade de confirmação da técnica como vector de *meta-estabilização* dos produtos das diferentes *co-individações* pelo acesso à *realidade pré-individual* (meio mnésico e simbólico), a capacidade de confirmação dos meios em que ela intervém como *meios associativos* não se refere a uma capacidade instalada, visto que toda a técnica é um *pharmakon*, *i.e.*, o seu uso tanto pode funcionar como remédio, como veneno (Stiegler, 2005, 2010b). Neste sentido, torna-se relevante esclarecer que a conceptualização da técnica como *pharmakon* decorre do facto de a sua configuração, como um prolongamento e uma exteriorização da memória do Ser, e, sobretudo, a designação dos objectos técnicos que supõe como formalização do saber (confirmando-os como órgãos artificiais do processo de individuação), actuarem, directamente, no sentido

da recuperação da tensão entre *anamnésis* e *hypomnésis* (Stiegler, 2010b); a tensão entre *anamnésis* e *hypomnésis*, originalmente formulada por Platão [concretamente, nos diálogos *Górgias* (431-404 a.C./2006) e *Fedro* (431-404 a.C./1981)], reporta à distinção clássica da afirmação de uma memória original do Ser (*anamnésis*) e fonte de verdadeiro saber (*logos*), por oposição à memória artificial do Ser (*hypomnésis*) resultante da *tecnicização* da memória original e representante de um falso saber (*teckné*), dito de outro modo, uma tensão entre memória viva e memória morta, uma relação de oposição que se transcreve, do mesmo modo, na oposição entre Ser e devir (cf. Capítulo 2), e que caracteriza os dualismos da tendência tradicional de investigação ontológica.

No entanto, a tensão entre *anamnésis* e *hypomnésis* surge, em Platão, como reacção urgente à tradição sofística, a qual se caracterizava por recorrer, deliberadamente e abusivamente, à técnica (e.g., escrita), prometendo-a como transcrição exacta do verdadeiro saber e possibilidade derradeira de recuperação da memória original do Ser<sup>20</sup>, sendo que na tentativa de preservar o carácter ininteligível do Ser (ainda que, como é sabido, no pensamento de Platão, se reporte à noção das essências puras), e a consideração do saber original e verdadeiro (*episteme*) como, irremediavelmente, perdido e avesso a qualquer tentativa de controlo, termina por considerar toda a técnica como *hypomnematon*, e, logo, os seus objectos (*mnemotécnicas* e *mnemotecnologias*) como *hypomnémata* (Stiegler, 2010a). Mas, como facilmente, se pode antecipar, a rigidez e fixidez funcional dos dualismos ontológicos, apesar de contextualizados na reacção à tentativa de controlo e manipulação (ou, melhor, monopolização) do saber pela tradição sofística, não resiste, nem corresponde à dinâmica e vitalidade do papel desempenhado pela técnica na organização da individuação, a um tal ponto que se torna indispensável aceder à história técnica da individuação (*gramatização*), não só para a compreensão do processo de hominização, como para a caracterização das oportunidades de individuação (Stiegler, 2007, 2010a). Ora, as limitações dos dualismos ontológicos, apenas foram ultrapassadas, por Jacques Derrida, com o empreendimento teórico da *différance* (não confundir com *différence*), o qual consiste na proposta de uma nova modalidade de pensamento da técnica como *hypomnematon*, a qual contraria a tendência de consideração, exclusiva, da técnica como oposição ao Ser, ou se se preferir como bloqueio do espírito, ao mesmo tempo que recusa a agenda da acessibilidade e inteligibilidade absolutas da memória e dinâmicas do Ser,

---

<sup>20</sup> A este respeito, e para uma caracterização mais satisfatória da compreensão, defendida por Sócrates, do recurso às *mnemotécnicas* como traição e corrupção do verdadeiro saber, e, por fim, como ilusão, sugere-se a consulta do *Diálogo Sobre a Retórica*, integrante do diálogo *Fedro* (Platão, 1981).

sintetizada pela tradição sofística (Derrida, 1967b; Stiegler, 2005, 2010b). Com efeito, o sentido para o qual a noção de *différance* aponta, não é o das oposições e dualismos ontológicos, mas o da re-articulação das composições dinâmicas da técnica como exteriorização da memória do Ser, isto porque subscrevendo a *anamnésis* como memória original do Ser – e, com isso, a, inevitabilidade, de um sentimento de perda, pois, a memória, tal como todo o objecto de desejo, é já um objecto perdido e que, por isso, faz falta (*fait défaut*) –, estrutura a compreensão da *hypomnésis* e dos *hypomnemata* como um saber composto pela reminiscência do Ser e a configuração do processo de *gramatização* como um processo em que a memória original e a memória artificial se transmutam no curso da *trans-indivuação* do Ser (Derrida, 1967b; Stiegler, 2010b); reforça-se, ainda, que a complementaridade entre a *anamnésis* e *hypomnésis*, proposta por Derrida, é de outra ordem da sugerida pela tradição sofística, dado que, a *différance* não se reporta ao processo de reconstituição da memória e saber originais, pois, esses estão, para sempre, perdidos, antes, a noção de *différance*, assim como o processo de *gramatização*, consistem em dar conta da sua falta, sendo, portanto, toda a técnica a presença incontestada e manifesta do desejo (*philein*) de saber, dando conta da sua falta, e sendo prova do amor à sabedoria.

O argumento anterior recai, então, na demonstração da técnica como *pharmakon*, ou seja, interpreta a polarização *anamnésis-hypomnésis* (equivalente à oposição *memória viva - memória morta*), como inadequada e incapaz de suportar o dinamismo e complexidade do processo de individuação, propondo, em alternativa, um movimento contínuo na relação histórica do sujeito psicológico com a técnica, em que as duas memórias decorrem, simultaneamente, em relação de influência e transformação, sendo que, a qualidade e efeitos dos produtos dessa relação dependerão do sentido do seu uso, podendo, como referido anteriormente, o recurso à técnica funcionar tanto como um remédio [e.g., de um ponto de vista filogenético, verificável no curso do processo de hominização, em que o recurso à técnica permitiu reservar tempo para a dedicação a outras actividades, representando um contributo fundamental para a emancipação da espécie dos constrangimentos de ordem biológica (cf. Leroi-Gourhan, 1945)], como como um veneno [e.g., recurso às *mnemotécnicas* (escrita; retórica), na tradição sofística, como dispositivo de controlo].

Por conseguinte, a compreensão da técnica como *pharmakon* assume um papel central na investigação das oportunidades historico-culturais de individuação, e na identificação e caracterização dos contextos capazes de provocar e sustentar longos circuitos *trans-individuantes* entre os três níveis organológicos que definem e caracterizam

a estrutura do processo de individuação, e que, por isso, possuem propriedades *associativas*, isto porque, para que a relação de mediação do Ser com o meio, operada pela técnica, se concretize como estrutura de encontro do *eu* (individuação psíquica) e do *nós* (individuação social), e de *meta-estabilização* dos seus significados no contexto do conflito e da tensão vitais proporcionadas pelo acesso aos potenciais do meio *pré-individual* (confirmado como fundo mnésico), *i.e.*, para que o meio técnico se estabeleça como *meio associativo*, torna-se necessário que ao seu recurso, assista a prescrição de uma terapêutica (*mélétèet* ou *épimeleia*), que regule os níveis de toxicidade da técnica como *pharmakon*, e que o devir técnico se converta em possibilidade de Ser (Stiegler, 2006a, 2007, 2010b).

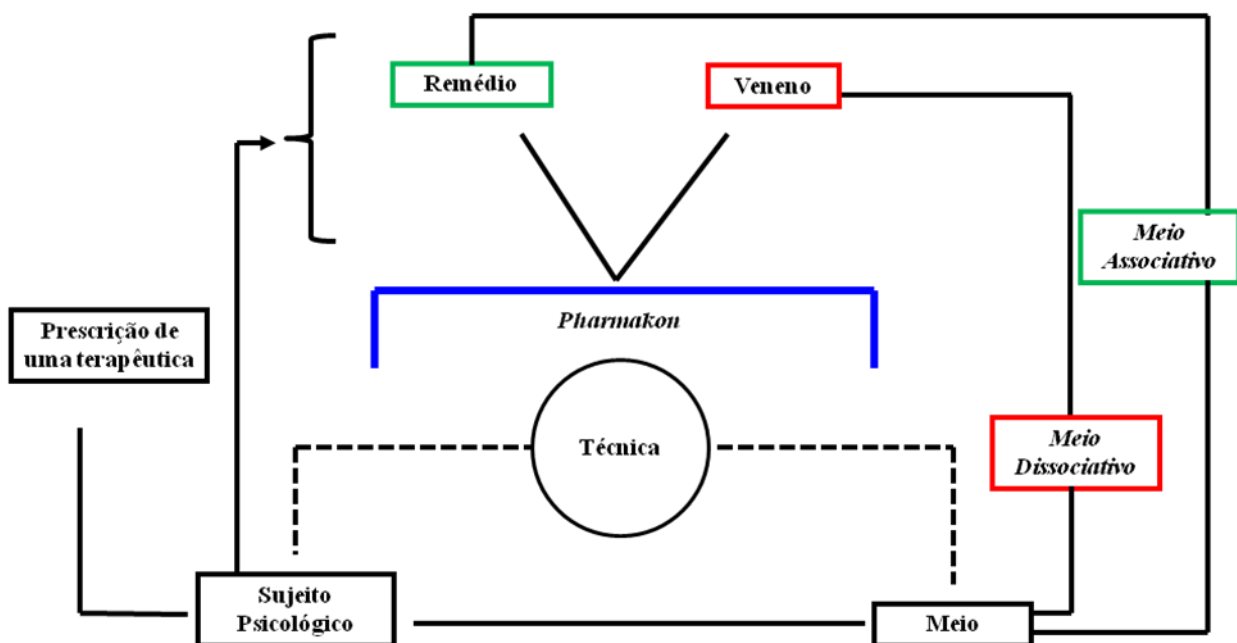


Figura 8. Dinâmicas possíveis da relação de mediação técnica do sujeito psicológico com o meio, no contexto da actualização da técnica como *pharmakon* e, consequentemente, da estrutura geral do processo de individuação como estrutura farmacológica.

#### 4.3. Gramatização e proletarização: da especialização do humano e do social à perda de saber e ruína do *desejo*.

A necessidade da prescrição de uma terapêutica na relação do Ser, e, em particular, do sujeito psicológico, com a técnica, no sentido da possibilidade de constituição do meio técnico (bem como dos restantes contextos onde a verificação da

polaridade *indivíduo-meio* é possível) como *meio associativo*, alerta para a indispensabilidade de elaboração de práticas que orientem a socialização da técnica no sentido da promoção do *desejo* (desejo de saber, decorrente do sentimento de reminiscência da *origem*, e que passa a constituir a energia humana), e não pela sua via pulsional e tóxica, enfim, a promoção de *meios associativos* depende, directamente, do desenvolvimento de estruturas de sublimação do *real*, o mesmo será dizer, de produção de consistências (*les objets infinitisés*) (Chiesa, 2007; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009). Contudo, se o devir técnico, *i.e.*, o processo de *gramatização*, já se confirmou como especialização do humano e do social, e agente activo na conservação e transmissão do património *epifilogenético* e da provocação de novas individuações nele e com ele (*realidade pré-individual* como meio mnésico), sendo exemplo disso o estágio de *gramatização* associado aos *hypomnémata* alfabéticos (*e.g.*, escrita como *pharmakon* e *hypomnematon* alfabético de referência), sucede, porém, que o devir técnico se tem vindo a confirmar - no curso da história da relação do sujeito psicológico com a técnica - como perda de saber; mas, uma perda distinta daquela que está, naturalmente, prevista e associada à consideração da técnica como artificialização e exteriorização da memória e da consciência do Ser, antes, se trata de uma perda que representa a destruição do saber e a ruína do desejo, e na qual a *gramatização* passa, progressivamente, a descrever-se como *proletarização* (Stiegler, 2006a, 2010a).

#### **4.3.1. Sociedade industrial e transição da força produtiva: proletarização do produtor.**

A experiência da relação do sujeito psicológico com a técnica como perda de saber, e a compreensão desse processo como *proletarização*, devem-se à emergência de um novo estágio de *gramatização*, contextualizado nas exigências do modelo de produção promovido pelo processo de industrialização - mais concretamente, pela expansão e estabilização da sociedade industrial, entre a segunda metade do séc. XVIII e os finais do séc. XIX, nas sociedades ocidentais -, o qual fundou novos valores de produção e prescreveu uma nova conduta pessoal, inequivocamente, orientada para a utilidade e para o lucro concorrenciais, determinando o desenvolvimento de novas orientações de produção (*e.g.*, lucro, risco, capital acumulado) (Stiegler, 2004b, 2010a; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009).



Mas, para a compreensão da intencionalidade do projecto cultural e político que viabilizou a transição para o modelo de produção industrial, interessará salientar que os valores económicos e produtivos promovidos pela organização estrutural da sociedade industrial constituem procedentes activos do projecto cultural e político liberal (ou se se preferir burguês), cuja intencionalidade é possível situar, de acordo com o revisto no capítulo 3, no plano da evolução e afinação progressivas das doutrinas protestantes, nomeadamente ao nível da inauguração de uma ética do trabalho, concluindo, como precipitação comum, o desenvolvimento de um novo comportamento económico agrupado na expressão *espírito capitalista* (Françoise, 2004; Gorz, 1989; Weber, 1905/2001). Isto porque, ao contrário do que, eventualmente, a expressão *espírito capitalista* poderia fazer supor, o novo discurso económico e financeiro, aglutinando os contributos da *ética do trabalho* (legitimada e enquadrada conceptualmente, sobretudo, pela acção do ascetismo cristão e do protestantismo calvinista), em correspondência com a contestação do equilíbrio *necessidade-produção*, terminou por contribuir para a crescente racionalização [ou *desencantamento* (cf. Weber, 1905/2001)] e *dessublimação* das actividades humana e social, ou seja, o factor operante do capitalismo tradicional, como edifício económico e financeiro utilitarista, não era o seu espírito, mas a falta dele (Françoise, 2004; Stiegler, 2006a; Weber, 1905/2001). Assim, daqui decorre, sem esforço, a conclusão de que a agenda da sociedade industrial do séc. XIX, exclamava pela urgência de novo modelo produtivo que satisfizesse a adequação e a dedicação ao cálculo metódico e sistemático dos investimentos, e à previsão rigorosa das perspectivas de lucro (*i.e.*, sucesso das investidas especulativas), tendo sido nesse enlace que sucedeu o desenvolvimento e a expansão de novos sistemas produtivos (mais tarde, revistos nos modelos *taylorista* e *fordista*), baseados na divisão social do trabalho que, por sua vez, corresponde à especialização burocrática das relações de trabalho em cadeias de produção; ora, é no contexto da afirmação do novo modelo produtivo que surge a constituição de um novo estágio de *gramatização*, o qual corresponde à socialização do sujeito psicológico com a técnica pela sua via tóxica e pulsional, uma relação que se torna explícita, quando considerada no contexto da transformação das forças produtivas. De facto, é ao nível da constituição da máquina como principal força produtiva, e estrutura central da cadeia de produção, em detrimento do trabalhador, que o devir técnico actua como destruição do saber individual e colectivo, sendo essa forma particular de perda de saber designada como *proletarização* do sujeito psicológico, na medida em que a formalização do saber individual por uma técnica passa a representar uma perda de domínio e controlo do trabalhador em relação ao acto de

produção (Durkheim, 1893/1991; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009); a perda de saber representada pela *proletarização*, que, volte-se a sublinhar, se refere mais a um estágio do processo de *gramatização*, decorre da promoção da distância entre o acto produtivo e o acto de recurso e utilização da técnica *em-si*, *i.e.*, a *discretização* e *espacialização* do gesto do produtor pela máquina, tendo em vista a sua reprodutibilidade (*gramatização*), funciona tanto como uma transferência de saber, como uma privação de saber e da sua acessibilidade no regime de individuação, pela destituição da capacidade - que caracterizava, até então, a relação de mediação do sujeito psicológico com o meio pela técnica -, de provocação de novos *equilíbrios meta-estáveis* no acesso à *realidade pré-individual*, através da introdução de novas problemáticas vitais (Simondon, 2009; Stiegler, 2006a, 2010a).

Assim, na sociedade industrial e, concretamente, no aparelho produtivo da segunda metade do séc. XIX das sociedades ocidentais, assiste-se à programação do trabalhador (sujeito psicológico) como um executante de uma fracção do processo de produção (distante do processo criativo), cuja intimidade, anteriormente conferida pela participação do saber individual e colectivo (este acedido como património mnésico) nas diferentes fases do acto produtivo, lhe foi, irremediavelmente, retirada, incentivando o reconhecimento de um sentimento de obsolescência no trabalhador (Sennett, 2008; Simondon, 2009). A relação do sujeito psicológico com o trabalho e com a técnica, perde a sua dimensão conflitual, uma vez que o espaço de trabalho passa a não se configurar como um espaço de opções e de recriação de saber, mas como um espaço de repetição e de execução, onde não se permite o contacto com a tensão entre as diferentes fases do acto produtivo, permanecendo estas isoladas entre si; enfim, o novo estágio de *gramatização* proporcionado pelo advento da sociedade industrial, proletariza o trabalhador (sujeito psicológico), no sentido em que o priva do seu *savoir-faire*<sup>21</sup> (Stiegler, Giffard & Fauré, 2009).

---

<sup>21</sup> A perda e anulação da conflitualidade da relação do sujeito psicológico com o trabalho e com a técnica, no sistema produtivo do séc. XIX, é tanto mais evidente quanto maior é o contraste entre a figura do produtor e do artesão, uma vez que, no caso deste último o acto de produção é configurado como um acto de criação, como um empreendimento do seu *savoir-faire* que, simultaneamente, psíquico e colectivo, orienta e gere a sua relação com o meio (Sennett, 2008; Simondon, 1989b, 2006); tal deve-se, entre outros motivos, ao facto de que, no caso de artesão, a fonte de energia e de informação do acto produtivo radicarem no produtor e no arranjo singular da sua relação com a técnica, dito de outro modo, devido ao facto de o acto produtivo situar

Deste modo, é possível concluir que a socialização do sujeito psicológico com a técnica pela sua via tóxica, revista na fragmentação da relação do sujeito psicológico com o acto e o aparelho produtivos, termina por organizar *meios dissociativos*, instaurando um regime de *curto-circuitos* entre os três níveis organológicos do sistema de individuação, e *inviabilizando a meta-estabilização* das significações das múltiplas *co-individações* pela *estandardização* dos meios de acesso à realidade pré-individual (Stiegler, Giffard & Fauré, 2009; Stiegler, 2010a). Em síntese, o processo de industrialização do séc. XIX falhou a promessa de cumprimento da técnica como extensão da vida (humana e social) por outros meios que não a vida, proporcionando apenas uma *ferramentalização* que, concentrada no princípio absoluto da *mais-valia* (cf. Lukàcs, 1971; Marx & Engels, 1846/1965), se excluiu da responsabilidade de socialização do desejo (energia humana), tornando-se, em parte, explícita, neste aspecto particular, a conversão dos *hypomnémata* em dispositivos de controlo, actuando apenas na promoção de conformidade e na demissão da singularidade (Stiegler, 2006a). O sujeito psicológico proletarizado é um produtor privado do seu *savoir-faire*, porque privado da sua memória.

#### **4.3.2. Economia libidinal e sociedade de consumo: proletarização do consumidor.**

O modelo industrial assente no valor único da produção (cuja imagem se concentra no vigor da indústria do vapor e das redes ferroviárias), que caracterizou o sistema económico e financeiro do séc. XIX, não tardou a denunciar a sua rigidez e a atingir o seu limite, preparando e justificando a transição para um modelo industrial orientado para a integração funcional da produção e do consumo (associado à emergência da indústria petroquímica e das redes rodoviárias), algo que, de resto, permitiria admitir, mais tarde, o contraste entre um modelo económico e produtivo descrito pelas relações de *comércio* e um modelo económico e produtivo descrito pelas relações de *mercado* (Stiegler, 2004a, 2004b, 2006). Com efeito, a singularidade da conduta económica que acompanhou o modelo produtivo do séc. XIX, inédita na dependência da iniciativa individual e na acumulação de capital, e apoiada pela inspiração e ideal puritanos, ao determinar como única dinâmica de regulação a condução dos ganhos de produtividade em

---

o seu recurso principal na singularidade do artesão “(...) qui n’est pas seulement constructeur mais aussi réparateur.” (Simondon, 2006, p.349).

benefício exclusivo da burguesia ascendente, conduziu à configuração de um limite de produção (um dos factores que conduziu à Grande Guerra), ou melhor, à saturação de todo o aparelho produtivo, revista na devoção do trabalhador (sujeito psicológico) à exclusividade dos estatuto de produtor; um limite de produção que estava associado à necessidade de escoamento de excedentes, e, como referido, ao esgotamento de um modelo económico e financeiro fundado, unicamente, no modelo de produção, tendo, por isso, conduzido activamente à *queda tendencial da taxa de lucro* [i.e., a consequência do decréscimo da rendibilidade do investimento, que se traduziu, de modo global, no aumento do *capital fixo* (os meios de produção) e no correspondente decréscimo do *capital variável* (trabalho assalariado) (cf. Marx & Engels, 1846/1965; Marx, 1859/1970)], exigindo a reorganização dos sistemas e modos de produção (Gorz, 1989; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009).

A reorganização da sociedade industrial no início do séc. XX, cujo motivo principal pode ser enunciado como a *queda tendencial da taxa de lucro* – última manifestação do tradicionalismo económico –, empreendeu, como alternativa, a configuração de um novo modelo económico e produtivo fundado sobre a integração funcional das dimensões de produção e do consumo, percebida como capaz de contrariar os limites produtivos da sociedade industrial do séc. XIX, sendo disso exemplo o sistema de produção *fordista*, que, especializado na divisão social do trabalho (inspirada da organização *taylorista* do trabalho), inovou na possibilidade de reconfiguração do produtor *proletariado*, não apenas como um poder de execução (i.e., de um saber reproduzido e, tornado inacessível, pela máquina), mas também como um poder de compra (*pouvoir d'achat*) (Rifkin, 1990; Stiegler, 2001). O novo sistema de produção, tipificado no desenvolvimento e revolução da indústria automóvel, afirmou-se como uma alternativa, graças ao facto de aliar elevados níveis de produção de bens, sustentados pelo novo ritmo das linhas de produção e montagem [e.g., em 1912, eram requeridas 4664 horas de trabalho para se produzir um carro, enquanto que em 1920, apenas eram requeridas 813 horas de trabalho (cf. Rifkin, 1996)], com uma elevada capacidade de escoamento da produção, sendo, aqui, que se situa o principal eixo de transição para a reelaboração do modelo industrial, na medida em que, a reorganização da sociedade industrial no início do séc. XX, ao possibilitar a emergência da figura do *consumidor*, formula, finalmente, um novo imperativo que orientará a conduta económica e financeira: a captação e canalização industrial do desejo – a constituição fundamental da economia libidinal (Stiegler, 2001, 2004a; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009). Contudo, o novo modelo industrial, ressurgido do

final do séc. XIX, e impulsionado pela integração funcional da produção e do consumo no início do séc. XX, conhecerá alguns limites à sua expressão total, sobretudo, devido à primeira crise do capitalismo financeiro (cujos princípios tradicionalistas, ainda não se tinham dissipado absolutamente), que culminou com a *crash* bolseiro de 1929, seguido da Grande Depressão, que afectando inicialmente os Estados Unidos da América, não tardou a expandir-se por toda a Europa, convulsionando a sua estrutura económica e social e contextualizando os conflitos que provocariam a Segunda Guerra Mundial (Hobsbawm, 2010).

Assim, será apenas após a cessação dos conflitos da Segunda Guerra Mundial e da reconstituição da concorrência entre os blocos do Este e do Oeste, que o ideal de crescimento e de produção ilimitados será restaurado, dando início a um período de expansão ininterrupto conhecido por *Trinta Gloriosos* (1945-1973)<sup>22</sup>, sendo que, se no início do séc. XX, o modelo industrial já se antecipava como constituição da economia libidinal, pela promoção do consumo como valor económico acrescentado, será, porém, na segunda metade do séc. XX, que o novo modelo económico e financeiro avançará no sentido da constituição da sociedade de consumo, tornando-se cada vez mais agressivo (Stiegler, 2004a, 2004b; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009). Assim, é no contexto da expansão e consolidação do modelo consumista nas sociedades ocidentais que é possível configurar um novo estágio de *gramatização*, cuja centralidade reside na absolutização da figura do consumidor e, mais concretamente, na sua redução a um poder de compra, isto porque, a manutenção da vitalidade das dinâmicas de consumo, dependente que está da exploração sistemática do desejo, converte o devir técnico, então, expresso pelo desenvolvimento dos *hypomnēmata* digitais (e.g., rádio; televisão), numa estrutura de controlo socio-político e bio-político, e de produção de conformidade (*desindividuação*), na medida em que o recurso às *mnemotecnologias*, tendo em vista a satisfação das dinâmicas de consumo, é realizado no sentido da captação e manipulação do desejo, da memória e da atenção dos consumidores (Baudrillard, 1974, 1979); mais, o

---

<sup>22</sup> De referir que, os *Trinta Gloriosos*, iniciados após a Segunda Guerra Mundial, serão extintos com crise petrolífera de 1973, decorrente das dinâmicas de exploração instaladas na região petrolífera do Golfo Pérsico e precipitada pela tomada de posição pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e sua cartelização, relativamente aos países que apoiaram Israel na Guerra do Kippur, provocando uma subida considerável do preço do petróleo, desequilibrando gravemente a balança comercial e o *deficit* entre as exportações e importações, rompendo, assim, com a euforia do crescimento económico, até então, imparável nas sociedades ocidentais (Hobsbawm, 2010).

desenvolvimento da sociedade de consumo, na urgência do lucro, radicaliza, até um limite quase insuportável, a distância entre o acto de produção/fabrico e o acto de utilização, opondo infinitamente produtores e consumidores, fragmentando o sistema técnico, enquanto sistema de individuação, donde surge a evidência de o devir técnico (tal como sucedido na *proletarização* do produtor), passar a reportar à *estandardização* e bloqueio das vias de acesso à realidade *pré-individual*, organizando *meios dissociativos* (Stiegler, 2006a).

O capitalismo financeiro que caracteriza a sociedade de consumo, especializado na exploração sistemática do desejo, ou se se preferir, na fabricação industrial do desejo, corresponde à *gramatização* deste, mas uma *gramatização*, em que os seus dispositivos mnésicos (*hypomnémata* digitais) não deram lugar à reelaboração dos modos de vida, mas, antes, à sua destruição, referindo-se este estágio de *gramatização* à privação do consumidor do seu *savoir-vivre* e do seu *savoir-être*, ou seja, à sua proletarização (Stiegler, 2006a; 2010a). Tal é passível de ser compreendido através da análise, ainda que sucinta, dos principais mecanismos de sustentação da modelo consumista, nomeadamente das prescrições do *marketing* e das *indústrias de programas* (por oposição às *instituições de programas*), predominantes na segunda metade do séc. XX; de facto, a principal dinâmica do capitalismo financeiro, que consiste em fazer da libido a sua principal energia, e a sua canalização nos objectos de consumo, tendo em vista despertar desejos moldados (ou, mesmo, dirigidos), à necessidade de absorção dos excedentes da produção industrial, apenas é pensável no quadro das prescrições do *marketing* e das *indústrias de programas*, as quais convertem os *hypomnémata* digitais em dispositivos de captação e manipulação do desejo, fazendo corresponder o devir técnico à *racionalização* (cf. Adorno & Horkheimer, 1947/1985; Weber, 1905/2001), contrariando as prescrições que regulamentavam um bom uso dos *pharmaka*, um papel, de resto, historicamente desempenhado pelas *instituições de programas* (e.g., Igreja; Universidade), resultando, por fim, na recusa, ruptura e desvalorização da tradição de pensamento que tinha sido cultivada como a matriz do *savoir-vivre* ocidental: a tradição do *logos* (Stiegler, 2010a, 2010b). Assim, o consumidor, resumido a um poder de compra, e privado do seu *savoir-vivre*, torna-se incapaz de se recriar, de reelaborar os seus modos de vida, o mesmo será dizer, de prescrever um uso que contrarie os efeitos tóxicos e *adictivos* dos *pharmaka* socializados pelas orientações do *marketing* e das *indústrias de programas*, enfim, o comportamento do consumidor - funcionalmente oposto ao do produtor - tornar-se estruturalmente pulsional.

#### 4.3.3. Sociedade do hiperconsumo: a ruína do desejo e do investimento sob todas as formas.

A evolução do capitalismo financeiro suportado pelo modelo consumista, tem-se revelado, sobretudo desde o último quartel do séc. XX até à actualidade, acentuadamente tóxico e auto-destrutivo, na medida em que destrói todas as fontes de desejo, desviando-o, sistematicamente, em função dos bens e dos serviços (economia de serviços), em correspondência à supremacia do *valor de mercado* como regulador máximo (ou talvez, único) da actividade económica, que garante que **tudo se pode comparar**, o mesmo será dizer, que tudo se pode consumir, que tudo é mercadoria (Baudrillard, 1972, 1981; Debord, 1967/1971). De facto, a separação industrial das funções de produção e de consumo, e a privação dos produtores e dos consumidores dos seus saberes e da sua memória, e, logo, a sua conversão em mercadoria de consumo (hiperconsumo), corresponde ao esvaziamento da sua existência e da sua humanidade, promovendo junto do sujeito psicológico a *internalização* (*intériorisation*) e generalização do sentimento de descartabilidade, bem como a desvalorização da sua singularidade, situando o funcionamento psicológico na insuficiência de uma temporalidade de *curto-prazo*, e comprometendo a sua viabilidade; os objectos de desejo, antes simbólicos, porque conservados irredutíveis na radicalidade do *plano da consistência* (plano de constituição dos objectos de desejo), e tornados parcialmente acessíveis, somente, no *plano da imanência* (plano que organiza e confere estrutura nas relações do objecto de desejo com o *real*), suportado pela sua transmissão e evolução históricas através das práticas simbólicas e culturais inter-geracionais, encontra-se profanado pela sua fabricação industrial e pelos ritmos de produção massificada, que *curto-circuitam* os tempos das práticas culturais e simbólicas da sua transmissão, e, conseqüentemente, os circuitos trans-individuantes entre os níveis organológicos do sistema de individuação, os quais permitem a *meta-estabilização* das significações das *co-individações*, enfim, a *discretização*, *categorização* ou *especialização* (conversão utilitária) do desejo, no contexto das exigências do hiperconsumo, assume-se como um factor de *racionalização* e de produção de *meios dissociativos* e indivíduos desafectados (Stiegler, 2004a, 2004b, 2010b; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009).

Deste modo, facilmente se compreende que a permanente solicitação das pulsões do consumidor e a sua conversão em poder de compra, na cedência imperiosa às orientações do *marketing* prescritas pelas *indústrias de programas* (que, pela actuação da economia de serviços, também se constituíram em *indústrias culturais*), que a única

regularidade simbólica acessível ao desenvolvimento psicológico, passa a ser a *dessublimação* (ou desencantamento); isto porque, tal como referido, o carácter tóxico e auto-destrutivo do capitalismo financeiro (incontrolável face à destruição do *savoir-vivre*), assume, como um dos seus custos mais assinaláveis, a destruição da economia libidinal, e com ela a ruína do desejo (energia humana), e a erosão do *télos*, incentivando a destruição de estruturas e processos de sublimação (*i.e.*, esgotamento da energia pulsional e da sua economia), donde, decorre, necessariamente a perda do sentido de finalidade, e a designação das experiências desenvolvimentais no contexto de uma temporalidade refractária, acessível no imediatismo das dinâmicas de hiperconsumo (*e.g.*, gratificação instantânea), na medida em que este reporta a uma *économie sens fins* (Lasch, 1979; Stiegler, 2004a, 2004b); mais, a perda do sentido de finalidade, como consequência da erosão do *télos*, e, logo, da perda da capacidade de *infinitisation* dos objectos de desejo, ao permitir, apenas, uma contextualização da experiência pessoal na violência da temporalidade de *curto-prazo*, termina por actuar no sentido da promoção da descontinuidade histórica dos processos de socialização, através da hesitação e enfraquecimento dos modos de transmissão do legado simbólico/cultural/incalculável (património *epifilogenético*), conduzindo à perda de referências colectivas e normativas (ruptura com a tradição), e ampliando os efeitos da *miséria simbólica* (*e.g.*, unidimensionalidade dos processos psicológicos, tais como, significação, recordação, exploração, diminuindo as possibilidades de promoção, mesmo no contexto da consulta psicológica, de dissonância e diferenciação cognitivas, pensamento divergente, conflito emocional) (Coimbra & Menezes, 2009; Stiegler, 2006a, 2010b; Zizek, 2009).

A isto acrescenta-se, que a *tendência “performante”* (*performativité*) da produção industrial do desejo (hipérbole da sua exploração sistemática), intensificada pela economia de serviços, controla todo o processo de socialização da relação do sujeito psicológico com a técnica, descrevendo-o, não como um mecanismo de selecção e adopção de conteúdos mnésicos (competências apenas alcançáveis pelo domínio do sujeito psicológico do *savoir-faire* e do *savoir-vivre*) e, por isso, capaz de provocar novas fases de individuação (novos equilíbrios meta-estáveis) através da actualização dos potenciais da *realidade pré-individual*, mas descrevendo-o como um mecanismo de reprodução, promovendo aquilo a que Bernard Stiegler designa por *entropia do espírito* (*cf.* 2004b); por *entropia do espírito* entende-se a incapacidade estrutural do processo de *gramatização* (enquadrado na socialização dos *pharmaka* pela sua via tóxica) se confirmar como processo de participação na construção do *real*, através da adopção de novos modos de



vida, de construção de representações alternativas, e do cultivo das singularidades; enfim, a *entropia do espírito* corresponde ao colapso do *sistema de motivações* (associado e preservado pela economia libidinal) através da produção de *externalidades negativas* (cf. Stiegler, 2010a). Assim, o exercício fundamental da *entropia do espírito*, consiste na subversão da orientação do processo de individuação – acedido, em condições ótimas, como um processo inacabado de constituição do Ser através da *participação-em-contexto* -, apoderando-se do seu aparelho (incluindo a sua possibilidade de definição como estrutura organológica), no sentido de conversão do sujeito psicológico não num participante, mas num utilizador, esvaziado da sua consciência e da sua existência, promovendo, claro está, um sentimento de desafecção traduzido na falta de cuidado consigo e com os outros. A constatação da incapacidade do processo de *gramatização* - tal como formulado pelas orientações da sociedade do hiperconsumo - de orientar, na relação do sujeito psicológico com a técnica, o desenvolvimento regular de práticas de cuidado (*techniques de soi*), é, ainda, passível de ser situada a partir da exploração do carácter auto-destrutivo do capitalismo financeiro (cf. Weber, 1905/2001), na medida em que este tendo-se tornado, deliberadamente, especulativo, persiste na recusa do compromisso e do investimento como factores indispensáveis à regulação das esferas económica e política, da actividade humana e social [*economia de casino* (cf. Stiegler, Giffard & Fauré, 2009)], ou seja, difunde sentimentos de ausência e de irresponsabilidade (entenda-se, falta de compromisso), organizando e promovendo *meios dissociativos* e a agudização do *deficit de comunidade* (percebido como o enfraquecimento das redes sociais de apoio: isolamento urbano e diluição do sentido de pertença), e, por fim, contribuindo para a constituição da *sociedade da incúria* (Coimbra & Menezes, 2009; Stiegler, 2004b, 2010a; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009).

No entanto, desde o final da última década do séc. XX até à actualidade, o devir técnico, graças à rapidez do ritmo de evolução da *tecnociência*<sup>23</sup>, exprimiou o

---

<sup>23</sup> A *tecnociência* surge na sequência do processo de desenvolvimento e expansão da ciência contemporânea, a qual passa a distinguir-se da ciência moderna, pela comunhão que estabelece com a indústria, *i.e.*, a ciência contemporânea evolui e destaca-se pela necessidade de precipitação do devir, de participar e interferir, activamente e directamente, na transformação do mundo, não se contentando apenas com a descrição da sua evolução. Assim, a *tecnociência* reporta-se à ruptura com a tendência de oposição entre técnica e ciência, passando a compreendê-las como dimensões indissociáveis (embora conservando história e propriedades distintas); contudo, torna-se previsível que a reivindicação da proximidade com a indústria, está longe de assegurar que os avanços permitidos pela *tecnociência* serão, sempre, socializados pela via do desejo (por

desenvolvimento de uma nova ordem de *hypomnémata* digitais - distintos dos desenvolvidos, sobretudo, a partir da Segunda Guerra Mundial (e.g., rádio; televisão) -, que correspondem ao surgimento das tecnologias relacionais (*tecnologias R*)<sup>24</sup>, as quais baseadas numa linguagem numérica (produção de *meta-dados*), são capazes de organizar redes numéricas, i.e., redes sociais tecnologicamente mediadas, reunindo condições para se afirmar como uma alternativa consistente à oposição funcional entre *produtor* e *consumidor*, pela definição da figura do *contribuinte*, e, conseqüentemente pela produção de externalidades positivas (e.g., *re-territorialização*: reacção à tendência de curtos-circuitos imposta pela lógica *top-down*, privilegiando uma lógica de *bottom-up*, dirigida para a provocação e manutenção de *circuitos curtos* no sistema de *trans-individação*, que fomentem dinâmicas de proximidade, colaboração e contribuição; estímulo e favorecimento de actividades sociais geradoras de valores económicos não-monetários) (Stiegler, Giffard & Fauré, 2009). Sucede, porém, que as prescrições do *marketing*, realizadas e representadas através dos interesses das *indústrias culturais*, têm, também neste novo estágio do processo de *gramatização*, promovido a socialização dos novos *hypomnémata* digitais pela sua via pulsional e adictiva, submetendo a vida do espírito aos imperativos da agenda especulativa da economia de mercado; exemplo disso, é actuação do *capitalismo cognitivo*, e o aproveitamento que este faz da *tecnociência*, solicitando os *hypomnémata* digitais como recursos para a manipulação, e, até, destruição da atenção e da memória do *consumidor*, esgotando os recursos cognitivos disponíveis (i.e., *les temps de cerveaux disponibles*), desencadeando a *proletarização* das suas estruturas cognitivas superiores, e recusando-lhe o desenvolvimento de uma postura crítica face ao mundo, formulada no sentido da promoção da capacidade de identificação de oportunidades de desenvolvimento, diferenciação e de participação, resultando tal, na privação do *savoir-théoriser* (Stiegler, 2004a, 2006<sup>a</sup>; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009). Deste modo, a socialização dos avanços da tecnociência (e.g., *tecnologias R*), de acordo com os interesses e orientações do *marketing*, evolui no sentido do estabelecimento de protocolos de controlo

---

oposição à via pulsional e tóxica), antecipando-se, também aqui, a necessidade de prescrição de um bom uso, de modo a orientar o sentido e a direcção das solicitações crescentes da *tecnociência* pela indústria (Stiegler, 2004a, 2004b).

<sup>24</sup> No último capítulo deste trabalho, reservado à conclusão, poder-se-á encontrar uma exploração mais sistemática da evolução das *tecnologias R*, e das dinâmicas de constituição das sociedades reticulares, salientando-se, do mesmo modo, as suas principais implicações no que respeita à constituição de um projecto cultural, político e económico alternativo, capaz de contrariar a produção de externalidades negativas.

com a industrialização dos *temps de conscience* (*evènementalisation*), ou seja, no sentido da conversão das *tecnologias do espírito* em tecnologias de controlo (Stiegler, Giffard & Fauré, 2009; Stiegler, 2010b).

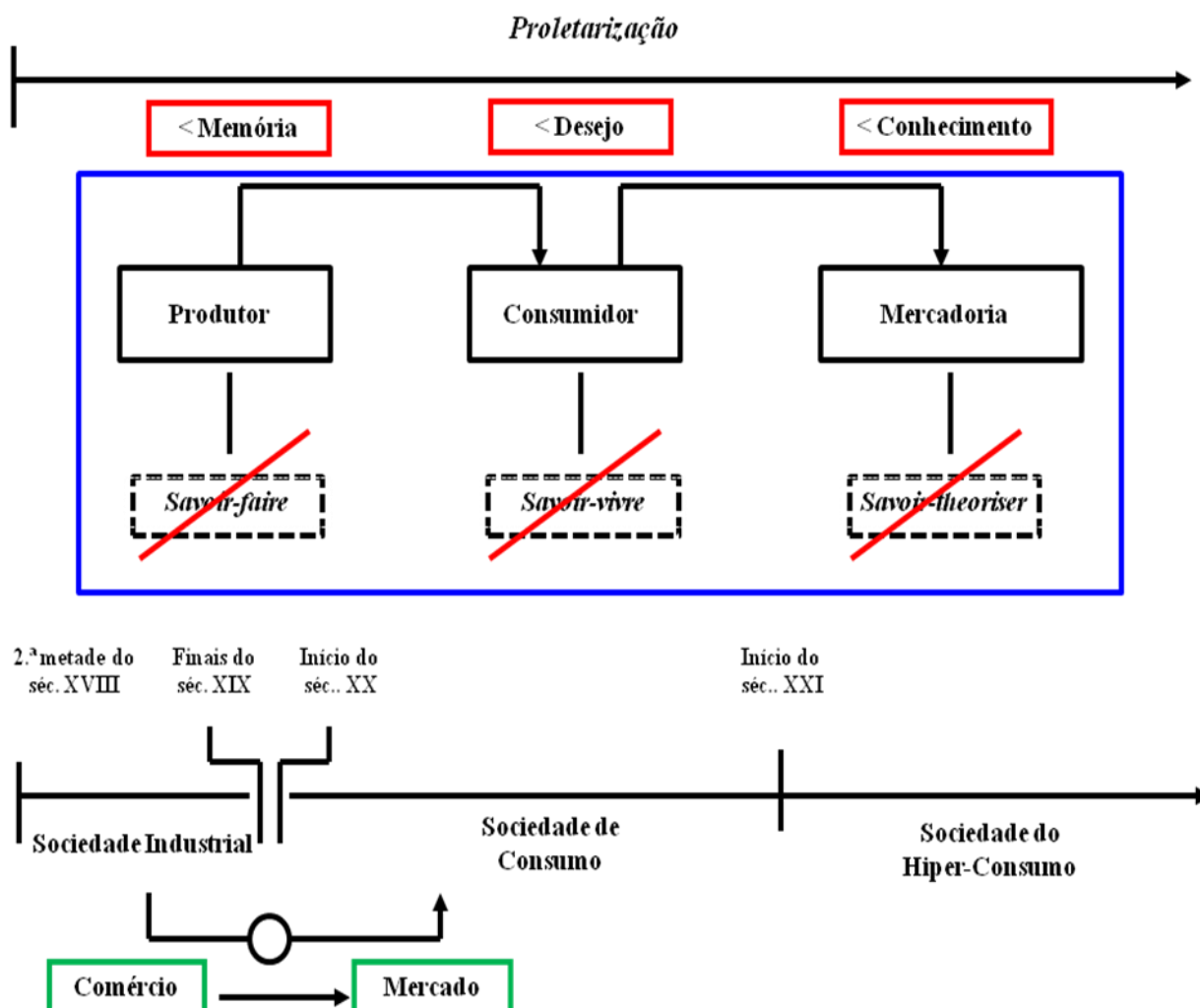


Figura 9. Proposta de evolução dos principais custos, tensões e estatutos decorrentes do processo de socialização do sujeito psicológico com a técnica, desde a segunda metade do séc. XVIII até à actualidade.

Posto isto, está-se, agora, em condições de concluir que a socialização das *mnemotecnologias* pela via pulsional, tóxica e adictiva, através da destruição das estruturas e processos de sublimação (ruína do desejo e da sua economia), resultaram na formalização de uma dinâmica de *proletarianização* dos estatutos da relação do sujeito psicológico com a técnica, a qual pode ser, globalmente, descrita e sistematizada no seguinte quadro de

evolução: *produtor- consumidor- mercadoria*; o qual, por sua vez, denuncia uma perda sistemática e estrutural de memória e de saberes (*savoir-faire*, *savoir-vivre* e *savoir-théoriser*, respectivamente), o mesmo será dizer, a promoção da *bêtise* (cf. Stiegler, Giffard & Fauré, 2009), cujo principal resultado é a finalização de um sujeito psicológico esvaziado da sua consciência e humanidade, e retido num estatuto de insistência (por oposição à existência), enfim, um simulacro de *si-mesmo* e da sua memória (Baudrillard, 1981; Stiegler, 2006a, 2010a; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009).

#### 4.4. Conclusão.

Da condução da estratégia de investigação, revista no plano de trabalhos, em convergência com o principal objectivo deste trabalho (identificação de oportunidades historico-culturais de individuação), e com o objectivo particular deste capítulo [identificação e caracterização das condições necessárias à organização de contextos que formulem oportunidades de *trans-individuação* (*meios associativos*)], tendo-se para tal, situado e justificado, desde o começo, como condição e necessidade inegociáveis, a exploração da evolução histórica da relação do sujeito psicológico com a técnica (*gramatização*), pode avançar-se como principal conclusão - atendendo à descrição da estrutura *farmacológica* da individuação -, e, concretamente, do sistema técnico de individuação, a necessidade de uma terapêutica que prescreva um bom uso dos *pharmaka*. Trata-se, portanto, da urgência da organização de uma nova vontade e de um novo modelo económico e social, comprometido com o património mnésico/simbólico/cultural, e, portanto, com a re-elaboração dos modos de vida, que faça do devir técnico um futuro social, capaz de intensificar os processos de individuação e de organizar novos equilíbrios *meta-estáveis*, novas fases e condições do Ser.

De facto, torna-se evidente que será apenas a partir da *desproletarização* e do desenvolvimento de um modelo económico fundado na contribuição e na promoção de *solidariedades* e externalidades positivas, orientadas por uma *ecologia relacional* (i.e., um modelo de cultivo da socialização da técnica no contexto de relações e de práticas de disciplina e solicitude), que será possível relançar o desejo e a vida do espírito e construir o *cuidado* como uma alternativa.

## **5. Implicações para a intervenção e investigação em Psicologia:**

### **Sobre o estatuto da elaboração teórica.**

Este capítulo conclui o plano de trabalhos proposto, e nessa condição define como objectivos para o seu desenvolvimento: a síntese e integração dos momentos de investigação, e a formulação de um quadro compreensivo dos principais contributos e conclusões do trabalho para a investigação e intervenção em Psicologia, elegendo como estratégia a exploração sistemática dos principais produtos da investigação, situando-a ao nível da discussão do estatuto da elaboração teórica e da sua interferência nas relações entre individuação, técnica e desejo. Assim, a estrutura deste capítulo orienta-se e organiza-se de acordo com quatro momentos estruturantes: (i) um primeiro, em que se procederá à apresentação das principais conclusões da investigação, salientando-se a sua confluência e inter-dependência na persecução do plano de trabalhos; (ii) um segundo momento, no qual se procurará evidenciar, a partir das conclusões, as implicações fundamentais do trabalho para a intervenção e investigação em Psicologia; por fim, um terceiro momento (iii), no qual serão propostas sugestões para investigações futuras, a partir da identificação e descrição das potencialidades e limitações deste trabalho.

#### **5.1. Da vulnerabilidade do sistema de individuação: Duas modalidades de problematização do estatuto do sujeito psicológico no sistema de individuação.**

Do capítulo 3, dedicado à definição, enquadramento e problematização do objecto de estudo (*i.e.*, individuação), e à fundamentação da abordagem de acordo no ponto de vista expresso na originalidade da proposta de uma teoria da individuação desenvolvida por Gilbert Simondon<sup>25</sup> e, na sua actualização, conduzida, mais tarde, por Bernard Stiegler, foi possível compreender a individuação como constituição fundamental do *Ser-no-Mundo*, como sistema de diálogo e comunicação do Ser com os grandes eixos antropológicos da

---

<sup>25</sup> A originalidade da teoria da individuação proposta por Gilbert Simondon entre outros aspectos, deve-se à demonstração da insuficiência de abordagem promovida pela tendência de investigação ontológica tradicional (repleta e bloqueada pelos seus dualismos: *matéria-forma*; *Ser-devir*; *movimento-reposso*), e pela formulação de uma alternativa, à luz das noções de forma, matéria, energia e potencial, para se pensar a individuação a partir das possibilidades de uma abordagem e de um ponto de vista ontogenético, orientado para a descrição, mas uma descrição, que na terminologia e princípios de Simondon, é, antes de mais, vivência e memória (Simondon, 1964, 1989a).

existência (*e.g.*, tempo, espaço, corpo e mundo), como estrutura de percepção, representação e significação (*e.g.*, *relações transductivas*), e, acima de tudo, como sistema *meta-estável*, que ao encontrar o Ser na sua radicalidade de *potenciais-em-actualização*, se percebe como sistema inacabado (Simondon, 1964, 1989a). Ora, foi a partir da extensão do entendimento da individuação como sistema inacabado, cuja vitalidade se deve à provocação de novos e sucessivos equilíbrios, cuja resolução *meta-estável*, se preenche na aparição e no seu desdobramento em fases (*déphasage*), que se destacou o papel e verdadeira ambição do indivíduo (*i.e.*, sujeito psicológico) no sistema de individuação; de facto, de acordo com Gilbert Simondon, o indivíduo, esclarecido pela individuação vital do Ser, ao mesmo tempo que corresponde a mais uma fase do processo de individuação, herda toda a amplitude da estrutura do sistema de individuação, visto que permanecendo como entidade relativa ao Ser (individuação como *corpo mnésico*), e, nessa condição, obrigado aos trânsitos de regresso à meta-estabilização das suas significações pessoais e colectivas na realidade pré-individual (*co-individuação*), também ele decorre, à semelhança do sistema de individuação, segundo uma estrutura organológica. Assim, do capítulo 3 e do referido anteriormente, há a extrair duas acepções prementes para a condução do objectivo principal deste trabalho (*i.e.*, identificação de oportunidades histórico-culturais de individuação): (i) a configuração de oportunidades de individuação (*meios associativos*), para o sujeito psicológico apenas decorrerá, necessariamente, segundo uma agência criativa de inauguração de novas vias de acesso à *realidade pré-individual* - visto que, embora se compreenda a *realidade pré-individual* como fonte inesgotável de potenciais, isso não pressupõe a repetição ou replicação das condições, termos e processos de provocação de resolução das suas problemáticas vitais, pelo contrário, os *equilíbrios meta-estáveis* antecipados pelas condições do devir técnico são, invariavelmente, suspensos na sua singularidade, o mesmo será dizer, são irrepetíveis (Simondon, 1989a) -, possibilitada pela confirmação da individuação como processo de adopção e selecção de novos modos de vida (Stiegler, 2010a, 2010b); (ii) a organização de *meios associativos* depende da manutenção de circuitos *trans-individuantes* entre os níveis psíquico, técnico e social, integrantes e participantes da *estrutura organológica* do sistema de individuação, estrutura essa, que se encontra inscrita e é acedida, também, pela estrutura formal da individuação do sujeito psicológico, cuja manutenção, acrescente-se, faz depender a viabilidade do seu funcionamento e desenvolvimento psicológicos (Simondon, 1989a; Stiegler, 2005/2006; 2006a).

Não obstante, apesar das conclusões anteriores declararem, explicitamente as condições em que a expressão do sistema de individuação, em condições óptimas, tem lugar, *i.e.*, apesar de caracterizarem as condições de operação da constituição de *meios associativos*, poderão, eventualmente, ser menos evidentes no que se refere ao modo como o indivíduo (sujeito psicológico), enquanto entidade, permanentemente, relativa ao Ser, e enquanto fase de individuação, está implicado na manutenção da estrutura organológica da individuação, impondo-se, então, uma última clarificação. Com efeito, da compreensão do sujeito psicológico, no contexto da individuação vital, como agente recorrente dos movimentos de *meta-estabilização* das significações na *realidade pré-individual*, e, portanto, como condutor privilegiado dos circuitos de *trans-individuantes* entre os diferentes níveis da *estrutura organológica* do sistema de individuação, tal não permite pressupô-lo como centro explicativo do processo de individuação e, nem tampouco, afirmar em consequência a individuação como coisa a explicar [como é defendido pela concepção monista e pela concepção hilemórfica (*cf.* Simondon, 1989a)]; pelo contrário, sublinhe-se, a condição do sujeito psicológico como fase do sistema de individuação, demonstra-o como termo das relações em que esse sistema se processa, como reagente (*i.e.*, actor pró-activo) das operações de *trans-individuação*, cuja situação é, sempre, explicada pela história do processo de individuação, ou seja, no limite, a memória do indivíduo (memória *epifilogenética*) constitui a manifestação e o testemunho da sua condição de origem (esquecida), e do seu inacabamento e irresolução (potencialidades do desenvolvimento psicológico, como construção histórica, cultural e pessoal firmada na e pela vertigem do que está por Ser). Contudo, o esclarecimento, para o qual Simondon alerta e insiste, o da individuação como *sistema meta-estável*, cujas propriedades de transmutação e inacabamento se transpõe na estrutura, também ela, organológica da individuação do sujeito psicológico, sendo inevitável (*i.e.*, a individuação sendo estrutura de acção no mundo a sua expressão parece, nesse contexto, ser incontestada, sendo que o que restará por prever é direcção e sentido dos seus produtos), está longe de ser um atributo adquirido, e cuja interpretação é, até certo ponto, imprevisível, em síntese, sendo a estrutura de individuação permanentemente disponível para o seu acolhimento e integração, a sua interpretação, porém, confirma-se, simultaneamente, sensível e vulnerável às orientações induzidas pelas opções realizadas pelos termos das relações em que ela se processa, e, um desses termos é, como se referiu anteriormente, o sujeito psicológico.

Ora, justamente, a vulnerabilidade da interpretação do sistema de individuação à conceptualização do estatuto e do papel nele desempenhados pelo sujeito psicológico, constituiu uma das preocupações do plano de trabalhos, definido a partir das necessidades sugeridas pelo objectivo principal desta investigação; mais, da sinalização do potencial do estatuto do sujeito psicológico face à individuação, para condicionar a orientação da interpretação do sistema de individuação e, acima de tudo, para imprimir novos ritmos [note-se, nem sempre orientados para a expressão plena da individuação (*meios associativos*), podendo mesmo, formular, a partir do aproveitamento e controlo da estrutura da individuação, ritmos auto-destrutivos ou *curto-circuitantes* (*meios dissociativos*)], foi explorada sistematicamente sob duas modalidades distintas e inter-dependentes, correspondentes a dois momentos do plano de trabalhos, nomeadamente: uma primeira modalidade, descrita no capítulo 3, que apelou à influência dos modos de socialização na construção de oportunidades historico-culturais de individuação, mais concretamente, privilegiou-se, o movimento de expansão e afirmação progressivas do processo de individualização nas sociedades ocidentais, tendo-se centrado a análise na exploração da intencionalidade do seu projecto cultural e político, e do ideário liberal deste (*e.g.*, Iluminismo), na concordância com a recuperação do individualismo - dado que a erupção original do individualismo permanece historicamente associada ao contexto da Grécia Clássica: raiz/tradição indo-europeia da cultura ocidental - como valor de renovação da conduta pessoal face aos sistemas e instituições sociais (Grousset, 1974; Fernandes, 1990; Nisbet, 1974); e uma segunda modalidade, desenvolvida no capítulo 4, a qual partindo da investigação das implicações da consideração da individuação como corpo técnico, dito de outro modo, da consideração da impossibilidade de se pensar a individuação na ausência da sua relação histórica com a técnica (*gramatização*) e da consideração das suas propriedades farmacológicas, destacou os possíveis determinantes para a interpretação do estatuto do sujeito psicológico face à individuação, e para a interpretação do próprio sistema de individuação, decorrentes das possíveis orientações para os produtos da relação de socialização do sujeito psicológico com a técnica no decurso da manutenção/alimentação do sistema de individuação (*i.e.*, socialização pela via pulsional - localização da relação do sujeito psicológico com a técnica no plano da subsistência *versus* socialização pela via do desejo - localização da relação do sujeito psicológico com a técnica no plano da consistência) (Stiegler, 2004a, 2004b, 2010b).

As duas modalidades de problematização das relações de influência (leia-se, transformação) incluídas no sistema de individuação descritas, para além de fundarem a



estrutura e o sentido deste trabalho, demonstram a sua centralidade na definição daquelas que são as duas principais conclusões deste trabalho, a partir das quais será possível formular as suas implicações e contributos para a intervenção e investigação em Psicologia; assim sendo, as duas conclusões formuladas, da concorrência da estruturação do plano de investigação para a organização de duas modalidades de questionamento das possíveis orientações e das relações de influência do sistema de individuação, podem ser formuladas do seguinte modo: (i) consideração da intencionalidade da agenda do projecto cultural e político que conduziu e sustentou a expansão da individualização [*e.g.*, Reforma (séc. XIV); Revolução Francesa (séc. XVII),] e a sua afirmação como modo hegemónico de socialização nas sociedades ocidentais (revista no duplice *individualismo-individualização*), enquanto factor determinante da formalização da tendência para a configuração do indivíduo (sujeito psicológico) como Ser total, ou seja, para a totalização do sistema de individuação à noção de indivíduo: absolutização do valor do indivíduo (*cf.* capítulo 3); (ii) estabelecimento da socialização da relação do sujeito psicológico com a técnica pela sua via pulsional, tóxica e adictiva, expressa pelas prescrições da sociedade do hiperconsumo (*e.g.*, proletarianização das funções cognitivas superiores do sujeito psicológico, através de mecanismos de captação, instrumentalização e desvio sistemático do desejo em função de bens de consumo), como movimento actuante no sentido da *standardização* das vias de acesso à *realidade pré-individual* (descontinuidade e hesitação, ao nível dos processos e dos conteúdos de transmissão inter-geracional do património cultural/simbólico/incalculável) (Stiegler, 2001, 2010b; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009). Apesar de ser possível formular separadamente as duas conclusões expostas, tal, só se torna válido do ponto de vista analítico, e justificável no sentido do interesse pela investigação das principais tensões, forças e conflitos que compõe as formas de influência e, até, de constrangimento das possibilidades de expressão do sistema de individuação, pois, às duas conclusões assistem efeitos e qualidades de retroversão e cumulatividade, dito de outro modo, os traçados históricos e culturais que as permitiram reinscrevem-se em relações de contágio e permeabilidade [“Como pensar o estabelecimento da sociedade industrial (dedicada à rendibilidade e à noção de *mais-valia*) na ausência dos valores e inspiração do ascetismo cristão?”, ou ainda, “ Como compreender e contextualizar de modo rigoroso as dinâmicas contemporâneas de *curtos-circuitos* entre os três níveis de individuação, sem reflectir sobre agudez do *pluralismo radical* (segunda metade do séc.XVII) na defesa do colapso de outra estrutura que não o indivíduo?”], de modo que o apelo às duas conclusões, para a extracção e nomeação das principais propostas desta

investigação, será realizado no sentido da demonstração da sua recorrência e simultaneidade.

Apresentadas as duas conclusões principais deste trabalho, as quais permitem compreender o modo como o sistema de individuação e o estatuto do sujeito psicológico face a ele são tematizados, propõe-se, agora, como estratégia para a concretização do segundo momento deste capítulo, designado como a apresentação e caracterização das implicações fundamentais do trabalho para a intervenção e investigação em Psicologia, a prossecução da análise tendo em vista a elaboração de um quadro compreensivo e concentrador dos principais custos psicológicos (*i.e.*, abordados e enunciados segundo a consideração das suas das suas dimensões cultural, social e política), incluídos nas duas conclusões principais deste trabalho, no sentido de se arriscar uma proposta de reconfiguração – com as limitações reconhecidas a uma exploração desta natureza –, das condições e orientações actualmente permitidas para a expressão da individuação.

A compreensão, anteriormente referida, do efeito cumulativo das duas principais conclusões do trabalho é assumida como um importante auxílio de investigação para a elaboração e síntese dos efeitos daquelas que têm sido, historicamente e culturalmente, as consequências dos constrangimentos colocados à interpretação e formalização da individuação como sistema *meta-estável*, algo que, de resto, pode ser confirmado e revisto tanto na tendência assumida na conclusão da (i) totalização do sistema de individuação pelo valor absoluto do indivíduo (aumento da subjectivação/personalização), como na conclusão da (ii) *standardização* das vias de acesso à *realidade pré-individual*; de facto, a compreensão da *standardização* das vias de acesso à *realidade pré-individual* (ii) como evolução assente na previsibilidade dos efeitos da absolutização do valor do indivíduo (i), está, tal como formulado e justificado no capítulo 4, presente naquele que é o último compasso da *proletarização* da relação do sujeito psicológico com a técnica [redução do estatuto do sujeito psicológico à condição e estatuto de *meracdoria* (*commodity*) - *commodification* ou de acordo com a terminologia proposta por Jeremy Rifkin (1996) *thingfication*]; por conseguinte, sugere-se, sem mais, como estratégia para a explicitação dos principais contributos deste trabalho, a recuperação e revisão das consequências do último estágio da *proletarização* do sujeito psicológico nas sociedades ocidentais contemporâneas, e a sua clarificação como contexto representativo da conclusão cumulativa do plano de trabalhos [(ii) *standardização* das vias de acesso à *realidade pré-individual* (*meios dissociativos*)].

Assim, o principal resultado da análise do capítulo 4 – apenas possível de ser acedido após a confirmação da individuação como corpo técnico e, desse modo, como estrutura *farmacológica* -, consistiu na evidência da necessidade da prescrição de uma terapêutica para o uso dos *pharmaka*, e, mais concretamente, para o uso os novos *hypomnémata* digitais, capaz de contrariar os efeitos auto-destrutivos das dinâmicas da sociedade do *hiperconsumo* (Stiegler, 2001; 2010b); isto porque, convém lembrar, a agudização da especulação e do desinvestimento, tendências definidoras da actuação do capitalismo financeiro, cuja extremidade sensível é a constituição da sociedade do *hiperconsumo*, sobrevive graças ao consumo da sua própria energia, que é o *desejo* dos consumidores, antecipando a desintegração e a destruição da sua economia, na medida em que se conduz aceleradamente, como, de resto, antecipou Max Weber (1905/2001), para o seu limite de produção, porque recorre (sem nada acrescentar) incessantemente à exploração do seu único recurso, donde facilmente se conclui que conclui a intensificação da exploração sistemática do *desejo* e o seu desvio em função de bens de consumo, incentivada pelas dinâmicas do capitalismo financeiro, é simultaneamente, a condição indispensável do seu funcionamento, e a condição inevitável do seu desmoronamento e colapso (Stiegler, 2004a, 2004b). Justamente, a destruição da economia do desejo, da economia libidinal, operante através da socialização da relação do sujeito psicológico com a técnica pela sua via pulsional e adictiva, formaliza o comprometimento do sistema de individuação; pois, a individuação, é como denunciado pelo processo de *gramatização*, uma estrutura *mnésica*, porque assente na transmissão (exteriorização e categorização) do património simbólico colectivo (da espécie), mas, também assente, na actualização e transformação desse património pela memória do indivíduo, que tem lugar na *meta-estabilização* das significações psíquicas e colectivas (operação de *co-individuação*) que apenas se realiza graças à renovação das vias de acesso à realidade *pré-individual*, permitidas pelas relações de mediação entre o sujeito psicológico (atendendo à especificidade do domínio de investigação) e o meio (polaridade *indivíduo-meio*), desempenhadas pela técnica; ora no contexto da preservação da memória como estrutura mnésica, é que se sucede a preservação da economia do desejo, pois, o objecto de desejo, é sempre, um objecto perdido (inacessibilidade do *télos*: **plano da consistência**), sendo o desejo a expressão da sua memória, cuja renovação é permitida pelo uso da técnica (**plano da imanência**: organização e estruturação do objecto do desejo), mais concretamente, pelas possibilidades que dispõe de sublimar as estruturas e processos psicológicos.

Mas, a preservação da memória do objecto de desejo, *i.e.*, a sustentabilidade da economia do desejo, pelos processos de sublimação acedidos na relação histórica do sujeito com a técnica (*gramatização*), não é de modo algum, como foi aprofundado no capítulo 4, um dado adquirido, uma vez que a técnica sendo um *pharmakon*, requer, para a efectivação de *meios associativos*, a sua socialização no contexto do exercício dos saberes do sujeito psicológico, mais, é necessário que a técnica convoque práticas de cuidado, que evolua no sentido da sua designação para tecnologias de cuidado (*technologies de soi*) (Foucault, 1992; Stiegler, 2008b); . Todavia, o que a sociedade do hiperconsumo tem promovido, na senda do capitalismo financeiro e das previsíveis prescrições do *marketing*, é a progressão da técnica (versada nos *hypomnémata*) para a sua definição como dispositivo de controlo (tecnologias de controlo), uma vez que está exclusivamente orientada para a criação de necessidades de consumo (controlo, ou esvaziamento, da consciência e atenção da atenção dos consumidores: capitalismo cognitivo cuja extensão se compreende na proletarianização das funções cognitivas superiores), o mesmo será dizer, para a socialização dos *hypomnémata* pela sua via adictiva, que sendo estruturalmente pulsional, não ascende à condição de desejo (Deleuze & Guattari, 1972; Stiegler, 2004a, 2004b, 2006a). A fabricação industrial do desejo, é instituição da privação da memória - que não deve ser confundida com o esquecimento, pois, como referido, o esquecimento é, inevitavelmente, a manifestação do desejo do objecto originalmente perdido -, reflectida nas cadeias de produção e de consumo (dimensões funcionalmente separadas) repetitivas, fragmentárias [*i.e.*, perda da consciência da história e da conflitualidade contadas nas diferentes fases acto produtivo (*cf.* J.-L. Godard, 1966)], massificadas, “performantes”, que nos ritmos possíveis de *curto-prazo*, denunciando a privação de saberes (*savoir-vivre*, *savoir-faire* e *savoir-théoriser*) ou, até mesmo, anunciando a sua dispensabilidade como mais-valia (*bêtise*), promove a unidimensionalidade da experiência, conteúdos e processos psicológicos, excluindo ao sujeito psicológico a capacidade deste interferir na construção de realidades, de cumprir a individuação como adopção e selecção de novos modos de vida, enfim, priva-o da sua capacidade criativa, fundamental, para a construção de vias inauditas de meta-estabilização das significações psíquicas e colectivas, dito de outro modo *estandardiza* as vias de acesso à *realidade pré-individual* ; ora, um dos custos psicológicos mais consistentes da *estandardização* das vias de acesso à realidade pré-individual, pelos ritmos de *curto-prazo* da fabricação industrial do desejo, é, precisamente, a destruição dos circuitos *trans-individuantes* entre os três níveis organológicos do sistema de individuação, que isolando os níveis psíquico, técnico e social, não permitem, sequer, a sua antevisão e

conceptualização pelo sujeito psicológico, *convertendo*, imagine-se, o sistema de individuação numa estrutura incomunicável (!), ou seja, silenciando o sujeito psicológico, o qual, tendo sido sujeito activo de significação (*diegesis*), se torna passivo na assimilação de informação (*mimesis*); ainda a acrescentar, que a instauração de *curtos-circuitos* no sistema de individuação (revista na estandardização das vias de acesso à *realidade pré-individual*), finda - como foi tema de discussão no capítulo 4 -, no agravamento da **descontinuidade e hesitação na transmissão inter-geracional do património cultural/simbólico/incalculável**, organizado como produtos integrados a **ruptura com a tradição** (característica assinalável presente na tendência de afirmação da individualização como modo hegemónico de socialização), e **miséria simbólica** (dessublimação de *racionalização*/desencantamento da actividade humana e social), que no contexto da destituição de saberes, localizam, as possibilidades de funcionamento e desenvolvimento psicológicos na *proletarização* (Arendt, 1966/2005; Coimbra & Menezes, 2009; Stiegler, 2010a, 2010b; Žizek, 2009).

## **5.2. Modelo da contribuição e ecologia relacional: Para uma nova ambição cultural, social e política.**

A conclusão da *estandardização* das vias de acesso à *realidade pré-individual*, infligida pela socialização da relação do sujeito psicológico com a técnica pela via tóxica, pulsional e adictiva orientada pela agudização das dinâmicas de hiperconsumo, especulação e desinvestimento, alertam para a insustentabilidade da insistência na manutenção do actual modelo económico e financeiro; e é, neste ponto, que é possível antecipar e justificar a proposta de um nova ambição cultural, social e política como um dos contributos deste trabalho para a intervenção e investigação em Psicologia, sendo essa ambição concentrada e fundamentada naquilo que Bernard Stiegler designa por *modelo da contribuição*, capaz de fazer do *devoir técnico* um futuro social (Stiegler, 2006a; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009); a esperança que o *modelo da contribuição* formula, como possibilidade de contrariação dos efeitos da sociedade do hiperconsumo (*e.g.*, proletarização (privação de saberes); asfixia do desejo; desinvestimento; incúria; falta de cuidado; miséria simbólica; destruição do sentido de finalidade (*erosão do télos*)/gratificação instantânea; *deficit* de comunidade), deve-se, entre outras factores, à originalidade da instituição da figura do *contribuinte*, *i.e.* uma entidade capaz de ultrapassar a oposição funcional entre *produtor* e *consumidor*, e que antecipa a

revigoramento da vitalidade do sistema de individuação [entendida como a capacidade de provocação de novos equilíbrios meta-estáveis (desdobramento do Ser em fases) em *contextos associativos*], pela proposta de uma socialização da relação do sujeito psicológico com a técnica - concentrada no uso dos *hypomnémata* -, pela via do relançamento do desejo, por intermédio da restauração dos saberes e das práticas de cuidado, disciplina e solicitude (Stiegler, Giffard & Fauré, 2009; Stiegler, 2010a, 2010b).

A instituição da figura do *contribuinte*, na qual o modelo da contribuição centra a sua aspiração de orientação do *devoir técnico* para um futuro social, funda-se, antes de mais, na consideração da sociedade do hiperconsumo como sociedade da *hipermaterialidade*, e, atente-se, do esclarecimento de que por *hipermaterialidade* não significa *imaterialidade* (irredutibilidade do incalculável); a *hipermaterialidade* apela à invisibilidade da matéria proporcionada pelo aumento de velocidade das tecnologias da informação [*temps-carbone* vs. *temps-lumière* (cf. Stiegler, Giffard & Fauré, 2009)], ou seja, a *terciarização* da indústria pela *tecnociência* que, por sua vez, permitiu a reconfiguração dos primeiros *hypomnémata* digitais (e.g., rádio; telefone; televisão), em *tecnologias do espírito* as quais, assumem, actualmente, a designação de *tecnologias R* (i.e., tecnologias relacionais), que correspondem a redes sociais tecnologicamente mediadas e à configuração das sociedades contemporâneas como *sociedades reticulares*. Com efeito, o *modelo da contribuição* sabendo, de antemão, que as *tecnologias R*, dada sua *hipermaterialidade*, podem agravar os efeitos destrutivos e tóxicos, pelo aumento da velocidade de disseminação da informação, que no contexto de meio dissociativos, corresponde ao aumento da velocidade de provocação de *curtos-circuitos*, faz denotar que tal só decorrerá no quadro da ausência de uma prescrição para o seu uso, na ausência de uma terapêutica que acolha o uso da *tecnologias R* no contexto do exercício dos saberes do Ser (*savoir-faire*, *savoir-vivre* e *savoir-être*), que restauradores das práticas de cuidado, disciplina e solicitude compõe uma *ecologia relacional*; assim, é no horizonte do desenvolvimento e concretização de uma *ecologia relacional*, que as *tecnologias R* instituem a figura do contribuinte, permitindo que este transcreva a velocidade de disseminação a elas associada, não como um vector de desencadeamento de *curtos-circuitos*, mas como um vector de provocação e manutenção de *circuitos curtos*, i.e., de circuitos *trans-individuantes* que sendo de curta extensão aproximam os três níveis de individuação (nível psíquico, nível técnico e nível social), assumindo como efeito assinalável a configuração de dinâmicas de proximidade, cumplicidade e partilha, as quais re-inventando o *local* através da lógica *bottom-up* (*re-territorialização*), promovem o sentido de comunidade, favorecendo, conseqüentemente,

as operações de *co-individação* e a adopção de novos modos de vida (*i.e.*, inauguração de novas vias de acesso à *realidade pré-individual*) (Stiegler, Giffard & Fauré, 2009).

Assim, o *modelo da contribuição*, a partir da configuração de uma *ecologia relacional* nas *sociedades reticulares*, convoca ao desenvolvimento de uma política industrial do espírito (*ars industrialis*), que prescrevendo um bom uso dos *pharmaka* através da instituição de redes de partilha de saberes, capazes de restituir os processos e estruturas de sublimação do *real*, e que comprometendo a figura do *contribuinte* com o investimento, actue no sentido da *desproletarização* do sujeito psicológico e o relançamento do desejo (Stiegler, 2006a, 2010b; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009).

### 5.3. Da urgência da teoria face à *desinstitucionalização* da Universidade.

A socialização da relação histórica do sujeito psicológico com a técnica pela via do desejo – exemplo disso é a fase do processo de *gramatização* associada à escrita (*hypomnèmaton* alfabético) –, está, como se já se referiu, associado à possibilidade e capacidade de re-elaboração de novos modos de vida, cujo contexto de referência é a cultura, compreendida, justamente, como o cultivo dos saberes que, através da técnica, preservam a memória do objecto de desejo [*i.e.* dão conta da sua falta original, através formalização da técnica como exteriorização da memória e prolongamento da vida (humana e social) por outros meios que não a vida]; a promoção do saber (suportado pela técnica) como economia do desejo, tem sido um papel historicamente desempenhado na cultura ocidental<sup>26</sup>, pelas *instituições de programas*, como é o caso da Universidade, e à qual se atribui um contributo decisivo para a preservação do *logos* como a matriz da tradição do pensamento ocidental, que representa, acima de tudo, uma prática de cuidado na relação com o saber (pois, o saber sendo exteriorizado/suportado/categorizado/especializado pela técnica, também herda e inclui propriedades farmacológicas inerentes aos seu recurso) (Stiegler, 1994).

Sucedem, porém, que a socialização dos *hypomnèmata* segundo as prescrições do *marketing* – tornadas evidentes, sobretudo, a partir da estabilização da sociedade de consumo no, terceiro quartel do séc. XX, destinadas a tudo converter em mercadoria e, com isso, a reduzir o sujeito psicológico a um poder de compra, deram lugar à constituição

---

<sup>26</sup> A circunscrição da análise ao contexto cultura ocidental, justifica-se na medida em que é o contexto do qual este trabalho parte, e para o qual os seus contributos se dirigem, tendo, por esse motivo, sido assumido ao longo trabalho como contexto histórico e cultural de referência.

de indústrias de programas/indústrias culturais (*e.g.*, rádio, televisão), que passaram a competir directamente com as *instituições de programas*, pela captação da consciência e da atenção (*les temps de cerveaux disponibles*) do sujeito psicológico (então, transformado *consumidor*), ou seja, passaram a instituir uma competição entre a tradição do *logos* (promovida pelas *instituições de programas*), e o movimento de *racionalização/desencantamento* (Adorno & Horkheimer, 1947/1985; Baudrillard, 1984; Marcuse, 1964, 1989; Habermas, 1990b). No entanto, da competição entre o *logos* e a *racionalização*, protagonizada pelas *instituições de programas* e pelas *indústrias de programas*, respectivamente, restava, ainda, à Universidade a conservação do seu estatuto de instituição, de espaço privilegiado para o cultivo da relação com o saber, para a sublimação do real pela valorização da esfera incalculável, o mesmo será dizer, à Universidade era permitida a ousadia de afirmar a *inutilidade* como valor, e com isso fazer sobressair a irredutibilidade da esfera *incalculável* da existência.

Ora, nas sociedades do hiperconsumo, cujo sustentáculo é a dependência formal e funcional, da assimilação da esfera incalculável pela do calculável (empobrecimento simbólico), a competição entre *instituições de programas* e *indústrias de programas*, não se manteve, também ela foi consumida, dando lugar à reivindicação da tendência de conversão das *instituições de programas* em *indústrias de programas*, ou seja, imprimindo um novo estágio na proletarianização do sujeito psicológico, correspondente à *desinstitucionalização* da Universidade (*cf.* Coimbra, 2011), e com ela à perda do *savoir-théoriser*. De facto, (i) a perda da soberania da instituição universitária, e a sua crescente subordinação da vida académica a objectivos de ordem económica, (ii) a imposição de avaliação da actividade científica baseada em critérios *standardizados* e normativos, (iii) a *ferramentalização/tecnicização* das práticas de investigação (à qual do domínio da Psicologia, nem pela ordem do seu objecto de estudo, permanece imune), (iv) a inscrição do tempo da produção científica em rotinas ‘performantes’ e contratualizadas com a produção de resultados e com a exigência da sua participação e divulgação (*accountability*); (v) a obrigação da participação da Universidade no “jogo mercantil, a esvaziá-la da sua substância e, até, surpreendentemente a alheá-la da sua relação com o trabalho e com a responsabilidade que aí deveria assumir (não confundir com a retórica da empregabilidade nem com a leviandade do empreendedorismo incondicional)” (Coimbra, 2011); (vi) a hiper-especialização precoce de jovens investigadores e a sua redução à condição de executantes entregues a si mesmos, em suposto favorecimento de condições de autonomia (*e.g.*, alteração da designação de alunos para estudantes); traduzem, no seu



conjunto, manifestações inquestionáveis da proletarização da instituída naquela que já foi a instituição universitária e que agora se vê cativa da sua designação como indústria (Universidade vs. Unidade de Produção de Conhecimento) (Coimbra, 2011; Derrida, 2001/2003; Stiegler, 2004b, 2006a). E é em resposta à tendência de proletarização da instituição universitária, em geral, e de, funcionalização da investigação em Psicologia, em particular, que se situa o segundo contributo desta investigação para a intervenção e investigação em Psicologia (dimensões apenas separadas analiticamente): o manifesto da **urgência da teoria**. Com efeito, a fundamentação da metodologia desta investigação nos contributos da Psicologia Crítica e na opção pela teoria, visou alertar – independentemente de se ter concretizado esse objectivo –, para a necessidade de recuperação do *savoir-théoriser* como prática de cuidado, uma vez orientado para a formalização e promoção de estruturas de questionamento e problematização do mundo (onde se inclui o funcionamento e desenvolvimento psicológicos), e para o incentivo ao reconhecimento da conflitualidade, incorrigível, do objecto de estudo, enfim, para a fomentação de uma postura crítica e complexificante face à investigação em Psicologia e às exigências, externamente, colocadas aos seus processos e produtos/resultados.

Termina-se, pois, com a afirmação renovada da exclamação do valor da teoria e da sua indispensabilidade na concretização da agenda do *modelo da contribuição*, revista, particularmente, no seu contributo para a inversão da tendência da instalação e legitimação da *bêtise* do reino do calculável, e para a instituição da Universidade como *skholé*: a urgência da teoria para a o alcance da investigação científica, considerada na sua relação histórica com a técnica (gramatização) como estrutura de individuação psíquica e colectiva, como memória do objecto de desejo, como amor à sabedoria.

#### **5.4. Limitações do trabalho e sugestões para investigações futuras.**

A segunda ambição deste trabalho, a construção de uma alternativa discursiva e metodológica para a investigação em Psicologia, apesar de ter constituído uma preocupação que atravessou aos diferentes momentos de investigação, e de, ela mesma, ter funcionado como recurso de investigação, na justa medida em que foi acedida como termo para se problematizar o objecto de estudo (*e.g.*, contributos da valorização *savoir-théoriser* para a restauração dos saberes, da vida do espírito e, logo, para a promoção de *meios associativos*), conclui-se, porém, que não foi satisfeita totalmente; de facto, considera-se que, na verdade, este trabalho, constituído está mais próximo de um primeiro ensaio para o

que está por ser, no que se refere às potencialidades da Psicologia Crítica e do seu discurso para a investigação da individuação.

Assim sendo, sabendo-se que o contributo fundamental desta investigação se conclui na sinalização da urgência do caminho para a valorização da teoria, e, com ela, para a assumpção de uma postura crítica e complexificante, seguidamente, dar-se-á conta de algumas das limitações deste trabalho, sob a forma da elaboração e proposta de sugestões para investigações futuras, de modo a que possam formalizar e concretizar a ambição de uma alternativa discursiva e metodológica para a investigação em Psicologia, em geral, e para a investigação da individuação, em particular; as sugestões podem, então, elencar-se como segue:

- Explicitação de referências à revisão e análise crítica de investigação, empírica e não empírica, sobre o objecto de estudo, e sobre os factores, problemáticas e contextos que circunscrevem os modos de aproximação e condução dos objectivos do trabalho, de modo a definir elementos e indicadores dos fenómenos estudados que potenciem a criação de quadros consistentes e actualizados de questionamento e interpelação das dimensões psicológicas, históricas e culturais que compõe a complexidade do *real*;
- Aprofundamento e clarificação dos referenciais de análise adoptados no contexto da opção pela abordagem da Psicologia Crítica, no sentido da criação de condições favoráveis à compreensão e ao debate da sua tensão e conflito relativamente aos referenciais de tendência adoptados e prescritos pelas orientações de investigação dominantes (*mainstream*) em Psicologia (*e.g.*, amplitude do entendimento e conceptualização do sujeito psicológico de acordo com as orientações da *teoria tradicional* vs. orientações da *teoria crítica*);
- Opção por uma estrutura mais flexível para o plano de trabalhos, que promova a confluência dos temas, de modo a questionar mais activamente o objecto de estudo, possibilitando a inauguração e adopção de novos modos de colocação dos problemas e desafios nele incluídos;

- Análise mais sistemática e desafiadora do papel das *tecnologias R*, na promoção de novos modos de socialização do sujeito psicológico com a técnica, e, como tal, de regulação dos seus níveis de toxicidade, no sentido da configuração de meios associativos, actuates na expressão plena do sistema de individuação;
- Extensão e demonstração sistemática dos contributos da investigação da individuação para a intervenção psicológica (*e.g.*, relevância das dinâmicas de meta-estabilização dos significados na operação de *co-indivuação*, num património mnésico colectivo, para o aprofundamento da intencionalidade da promoção da significação de processos e conteúdos psicológicos, no contexto da consulta psicológica; implicações da *estrutura organológica* da individuação para a configuração de novas formas de promoção do sentido de comunidade).

## Referências

- Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (1947/1985). *Dialéctica do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Althusser, L. (1972). *Montesquieu a política e a história*. Porto: Editorial Presença, Lda..
- Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença.
- Alves, J. L. (1983). *Rousseau, Hegel e Marx: Percursos da razão política*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Anderson, P. (1980). *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. Porto: Afrontamento.
- Arendt, H. (1966/2005). *The promise of politics*. New York: Schocken Books.
- Aristóteles (384 a.C-322 a.C./1951). *Metafísica*. Coimbra: Atlântida.
- Assoun, P. -L. (1989). *A escola de Frankfurt*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Auroux, S. (1994). *La révolution technologique de la grammatisation: Introduction à l'histoire des sciences du langage*. Paris: Mardaga.
- Badiou, A. (1999a). *Breve tratado de ontologia transitória*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Badiou, A. (1999b). *Compêndio de metapolítica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Balibar, E. (1997). Spinoza: From individuality to transindividuality. *Mededelingen Vanwege het Spinozahuis*, 71, 3-36.
- Barata-Moura, J. (1977). *Totalidade e contradição: Acerca da dialéctica*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Bataille, G. (1949/2005). *A parte maldita precedido de a noção de despesa*. Lisboa: Fim de Século.
- Baudrillard, J. (1972). *Pour une critique de l'économie politique du signe*. Paris: Gallimard.
- Baudrillard, J. (1974). *La société de consommation: Ses mythes, ses structures*. Paris: Gallimard.
- Baudrillard, J. (1979). *De la séduction*. Paris: Éditions Galilée.
- Baudrillard, J. (1981). *Simulacres et simulation*. Paris: Éditions Galilée.
- Benoist, J. -M. (1975). *La révolution structurale*. Paris: Bernard Grasset.
- Berendzen, J. C. (2008). Postmetaphysical thinking or refusal of thought? Max Horkheimer's materialism as philosophical stance. *International Journal of Philosophical Studies*, 16, 5, 695-718.
- Bermudo, J. M. (1983). *La filosofía moderna y su proyección contemporánea: Introducción a la cultura filosófica*. Barcelona: Barcanova Temas Universitários.
- Blanché, R. (1949). *Les attitudes idéalistes*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bouyer, L. (2001). *The spirit and forms of protestantism*. Princeton, NJ: Scepter Publishers.
- Bronowski, J. & Mazlish, B. (1983). *A tradição intelectual do ocidente*. Lisboa: Edições 70.
- Cantista, M. J. (1973). Algumas reflexões no âmbito da ontologia: Subsídios para uma tentativa de fundamentação metódico-sistemático. *Revista da Faculdade de Letras: Filosofia*, 2, 3/4, série I, 235-249.

- Cardoso, C. M. (2000). *Os caminhos da esquizofrenia*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Chalcraft, D. J., Harrington, A. & Shields, M. (2001). Issues of translation. The protestant ethic debate: Fisher's first critique and Max Weber's first replay. *Max Weber Studies*, 2, 1, 15-32.
- Chardin, T. (1965). Reflexões sobre o progresso. In B. Dunham, T. Chardin, C. Chauchard, R. Proença, Fourastié, J., R. Francis, J. Curie, F.A. Gonçalves-Ferreira, C. Freinet, R. Maché & Bettelheim (Eds.), *O Progresso*. Lisboa: Editorial Presença.
- Chiesa, L. (2007). *Subjectivity and otherness. A philosophical reading of Lacan*. Cambridge: MIT Press.
- Coimbra, J. L. (1991). *Desenvolvimento de estruturas de compreensão e acção interpessoal*. Tese de Doutoramento em Psicologia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Coimbra, J. L. & Menezes, I. (2009). Society of individuals or community strength: Community psychology at risk in at risk societies. *Journal of Critical Psychology, Counseling and Psychotherapy*, 9, 2, 87-97.
- Coimbra, J. L. (2011). *Plágio paradoxal: sinal positivo ou crise da Universidade?* Retirado em 25 de Outubro de 2010, <http://p3.publico.pt/actualidade/educacao/1160/plagio-paradoxal-sinal-positivo-ou-crise-da-universidade>
- Combes, M. (1999). *Simondon, individu et collectivité*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Coreth, E. (1972). *Cuestiones fundamentales de hermenéutica*. Barcelona: Editorial Herder.

- Cornforth, M. (1946/1959). *Ciencia versus idealismo: En defensa de la Filosofía, contra el positivismo y el pragmatismo*. Argentina: Editorial Lautaro.
- Cornforth, M. (1952/1976). *Introdução ao materialismo dialético: O materialismo histórico*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Cruz, S. J. (2005). *Obras completas*. Marco de Canaveses: Edições Carmelo.
- Debaise, D. (2004). Le langage de l'individuation. *Multitudes*, 4, 18, 101-106.
- Debord, G. (1967/1971). *La société du spectacle*. Paris : Éditions Champ Libre.
- Delanty, G. (2000). *Modernity and postmodernity: Knowledge, power and the self*. London: Sage Publications.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1972). *Capitalisme et schizophrénie: L'anti-Oedipe*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1980). *Mille plateaux : Capitalisme et schizophrénie*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. (1990/1995). *Negotiations*. New York: Cambridge University Press.
- Deleuze, G. (2001). *Pure immanence: Essays on a life*. New York: Zone Books.
- Derrida, J. (1967a/1998). *A voz e o fenómeno*. Lisboa: Edições 70, Lda..
- Derrida, J. (1967b). *De la grammatologie*. Paris: Éditions de Minuit.
- Derrida, J. (2001/2003). *A Universidade sem condição*. Coimbra: Angelus Novus.
- Domenach, J. -M. (1997). *Abordagem à modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Dufrenne, M. (1964). The aesthetic object and the technical object. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, 23, 1, 113-122.
- Dumont, L. (1991). *Essais sur l'individualisme*. Saint-Amand: Éditions du Seuil.
- Durkheim, E. (1893/1991). *De la division du travail social*. Paris : Presses Universitaires de France.
- Elliott, A. & Lemert, C. (2006). *The new individualism: The emotional costs of globalization*. London: Routledge.
- Engels, F. (1890/1974). *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Fernandes, A. T. (1988). *Os fenómenos políticos: Sociologia do poder*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fernandes, A. T. (1990). Individualismo, Subjectividade e Relação Social. *Revista da Faculdade de Letras. Série de Filosofia*, 7, 59-83.
- Ferreira, A. (1972). *Da Filosofia para a História*. Coimbra: Textos Vértice.
- Foucault, M. (1992). *Les mots et les choses: Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Éditions Gallimard.
- Fox, D. & Prilleltensky, I. (2002). *Critical psychology: An introduction*. London: Sage.
- Foyer, H. D. (1965). *Traité de philosophie générale*. Paris: Librairie Armand Colin.
- Françoise, M. (2004). Le processus de rationalisation chez Max Weber. *Sociétés*, 4, 86, p. 119-124.
- Frankel, H. (1970). *Capitalist society and modern sociology*. Surrey: Lawrence and Whishart.



Fromm, E. (1965). *Humanismo Socialista*. Lisboa: Edições 70.

Gellner, E. (1995). *Razão e cultura: Papel histórico da racionalidade e do racionalismo*. Lisboa: Teorema;

Gergen, K. J. (1991). *The saturated self: Dilemmas of identity in contemporary life*. New York: Basic Books.

Giddens, A. (2003). *Capitalism and modern social theory: An analysis of the writings of Marx, Durkheim and Max Weber*. Cambridge: Cambridge University Press.

Godard, J.-L. (1966). *Masculin, féminin: 15 faits précis* (filme). Paris: Columbia Films, S.A..

Gorz, A. (1989). *Critique of economic reason*. London: Verso.

Gramsci, A. (1978). *Introdução à Filosofia da praxis*. Lisboa: Antídoto.

Grousset, R. (1972). O humanismo clássico e o mundo moderno. In K. Barth, Rev.º Maydieu, P. Masson-Oursel, M. Leroy, H. Lefebvre, J.B.S. Haldane, J. Middleton-Murry, K. Jaspers (Eds.), *Para um novo humanismo*. Lisboa: Europa América.

Haas, G. H. (1997). *The concept of equity in Calvin's ethics*. Carlisle: Paternoster Publishing.

Habermas, J. (1990a). *Pensamento pós-metafísico: Estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Habermas, J. (1990b). *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- Harrison, P. (2001). *The Bible, protestantism and the rise of natural science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hatchuel, A., Favereau, O. & Aggari, F. (2010). *L'activité marchande sans le marché? Colloque de Cerisy*. Paris: Presses des Mines.
- Heidegger, M. (1927/1997). *Ser e tempo*. Petrópolis: Editora Vozes, Lda.
- Heidegger, M. (1999). *O princípio do fundamento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Hobsbawm, E. (1987). *The age of empire: 1875-1914*. London: Weidenfield and Nicolson.
- Hobsbawm, E. (2010). *The age of capital: 1848-1875*. London: Abacus.
- Hobsbawm, E. (2010). *The age of extremes. 1914-1991*. London : Abacus.
- Hottois, G. (1993). *Simondon et la philosophie de la culture technique*. Bruxelles: De Boeck Université.
- Jacques, F. (1982). *Différence et subjectivité : Anthropologie d'un point de vue relationnel*. Paris: Aubier Montaigne.
- Jaspers, K. (1953/1978). *Iniciação filosófica*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Joja, A. (1978). *A lógica dialéctica*. Lisboa: Arcádia, Ltd..
- Kegan, R. (2001). *The evolving self: Problem and process in human development*. London: Harvard University Press.
- Kelle, V. & Kovalzon, M. (1976). *O materialismo histórico: Ensaio sobre a teoria marxista da sociedade*. Lisboa: Prelo.
- Kosik, K. (1978). *La dialectique du concret*. Paris: François Maspero.

- Kristeva, J. (1991). *Strangers to ourselves*. New York: Harvester Wheatsheaf.
- Laloup, J. & Nélis, J. (1966). *Cultura e civilização: Iniciação ao humanismo histórico*. São Paulo: Editora Herder.
- Lasch, Ch. (1979). *The culture of narcissism: American life in an age of diminishing expectations*. New York: Warner Books, Inc..
- Lash, S. & Urry, J. (1999). *Economies of signs and space*. London: Sage Publications.
- Lash, S. (1999). *Another modernity: A different rationality*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Lefebvre, H. (1939). *Le matérialisme dialectique*. Paris: Librairie Fékix Alcan.
- Leroi-Gourhan, A. (1945). *Milieu et techniques*. Paris: Albin Michel.
- Leroi-Gourhan, A. (1964). *Le geste et la parole*. Paris: Albin Michel.
- Levinas, E. (1935/1982). *De l'évasion*. Paris: Fata Morgana.
- Levinas, E. (1961/1971). *Totalité et infini: Essai sur l'exteriorité*. Paris: Kluwer Academic.
- Levinas, E. (1974/1991). *Otherwise than being or beyond essence*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Lucchese, F. (2009). Monstrous individuations: Deleuze, Simondon, and rational ontology. *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, 20, 2/3, 179-192.
- Lukàcs, G. (1961). *Existentialisme ou marxisme?* Paris: Les Éditions Nagel.
- Lukàcs, G. (1971). *History and class consciousness: Studies in marxist dialectics*. London: The Merlin Press Ltd..

- Macpherson, C. B. (1988). *The political theory of possessive individualism: Hobbes to Locke*. New York: Oxford University Press.
- Mahoney, M. J. (1991). *Human change processes*. New York: Basic Books.
- Marcuse, H. (1964). *One dimensional man*. Boston: Beacon Press.
- Marcuse, H. (1989). From ontology to technology: Fundamental tendencies of industrial society. In M. Horkheimer, E. Fromm, L. Lowenthal, F. Pollock, T.W. Adorno, J. Habermas, S. Kracauer, W. Benjamin, *Critical Theory and Society. A reader*. London: Routledge.
- Marques, A. (1989). *Sujeito e perspectivismo: Selecção de textos de Nietzsche sobre teoria do conhecimento*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lda..
- Marris, P. (1996). *The politics of uncertainty: Attachment in private and public life*. London: Routledge.
- Marty, E. (2004). Simondon, un espace à venir. *Multitudes*, 4, 18, 83-90.
- Marx, K. & Engels, F. (1846/1965). *L'idéologie allemande*. Paris: Éditions Sociales.
- Marx, K.. (1859/1970). *A contribution to the critique of political economy*. New York: International Publishers.
- Matos, V. C. (1972). *Originalidade e novidade da Filosofia: A propósito das teses de F. M. Cornford*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- McNeill, J. T. (1967). *The history and the character of calvinism*. London : Oxford University Press.
- Merleau-Ponty, M. (1955). *Les aventures de la dialectique*. Paris: Gallimard.

- Morente, M. G. (1966). *Fundamentos de Filosofia: Lições preliminares*. São Paulo: Editora Mestre Jou.
- Morin, E. (1973). *Le paradigme perdu: La nature humaine*. Paris: Éditions de Seuil.
- Muñoz, J. A. A. (1980). Las bases ontológicas del conflicto intersubjetivo en J.P.Sartre. In J.A.A. Muñoz & A. R. Sánchez (Eds.). *Anales del seminario de metafísica*. Madrid: Facultad de Filosofía y Ciencias de la Educación Universidad Complutense.
- Neimeyer, R. A. & Mahoney, M. J. (1995). *Constructivism in psychotherapy*. Wahington, DC: American Psychological Association.
- Nietzsche, F. (1886/1999). *Para além do bem e do mal*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Nietzsche, F. (1887/2004). *A vontade de poder: O niilismo europeu*. Porto: Rés-Editora.
- Nisbet, R. (1974). *The social philosophers: Community and conflict in Western thought*. London: Heinmann Educational Books Ltd..
- Pereira, M. J. (1990). *Modernidade e secularização*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Platão (431-404 a.C./1981). *Fedro ou da beleza*. Lisboa : Guimarães e C.<sup>a</sup> Editores.
- Platão (431-404 a.C./1986). *O simpósio ou do amor*. Lisboa: Guimarães e C.<sup>a</sup> Editores.
- Platão (431-404 a.C./2006). *Górgias*. Lisboa: Edições 70.
- Polanyi, K. (1944/1983). *La grande transformation : Aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris : Éditions Gallimard.

- Pollock, F. (1989). State capitalism: Its possibilities and limitations. In Bronner, S. E. & Kellner, D. M. (Eds.), *Critical Theory and Society. A reader*. New York: Routledge.
- Popper, K. R. (1993). *A sociedade aberta e os seus inimigos*. Lisboa: Sodilivros, Lda..
- Prilleltensky, I. (1994). *The morals and politics of psychology: Psychological discourse and the status quo*. New York: State University of New York Press.
- Rancière, J. (2009). *The emancipated spectator*. London: Verso.
- Rancière, J. (2011). *Aesthetics and its discontents*. Cambridge: Polity Press.
- Ratzinger, J. (2004/2005). *Europa. Os seus fundamentos hoje e amanhã*. Lisboa: Paulus Editora.
- Reale, M. (1996). *Verdade e conjectura*. Lisboa: Fundação Lusíada.
- Renaut, A. (2001a). *L'ère de l'individu: Contribution à une histoire de la subjectivité*. Paris: Gallimard.
- Renaut, A. (2001b). *História da filosofia política: Nascimentos da modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Rey, P. P. (1979). *As alianças de classes*. Coimbra: Centelha.
- Ricoeur, P. (1978). *O conflito das interpretações*. Lisboa: RÉS-Editora, Lda..
- Ricoeur, P. (1987). *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, Lda..
- Ricoeur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Paris : Éditions du Seuil.
- Ricoeur, P. (1997). *O justo ou a essência da justiça*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Riesman, D. (1964a). *La foule solitaire : Anatomie de la société moderne*. Paris: B. Arthaud.
- Riesman, D. (1964b). *Individualism reconsidered*. New York: The Free Press.
- Rifkin, J. (1996). *The end of work. The decline of the global labor force and the dawn of the post-market era*. New York: G. P. Putnam's Sons.
- Roberts, K. G. (2007). *Alterity and narrative: Stories and negotiation of Western identities*. New York: State University of New York Press.
- Rorty, R. (1994). *Contingência, ironia e solidariedade*. Lisboa: Editorial Presença.
- Roux, J. (2004). Penser le politique avec Simondon. *Multitudes*, 4, 18, 47-54.
- Sachs, J. D. (1999). Twentieth-Century political economy: A brief history of global capitalism. *Oxford Review of Economic Policy*, 15, 4, 90- 101.
- Sampson, E. E. (1989). The deconstruction of the self. In J. Shotter & K. J. Gergen (Eds). *Texts of identity*. London: Sage Publications.
- Santos, F. A. (1990). *A emergência da modernidade: Atitudes, tipos e modelos*. Petrópolis: Editora Vozes, Lda..
- Savonarola, J. (1993). *Sermons, écrits politiques et pièces du procès*. Paris: Editions du Seuil.
- Sayer, D. (1991). *Capitalism and modernity: An excursus on Marx and Weber*. London: Routledge.
- Sebag, L. (1964). *Marxisme et structuralisme*. Paris: Payot.
- Sennett, R. (2008). *The craftsman*. New Haven: Yale University Press.

- Sichirrollo, L. (1976). *Dialéctica*. Barcelona: Editorial Labor, S.A..
- Silbereisen, R. K., Eyferth, K. & Rudinger, G. (1986). *Development as action in context: problem behavior and normal youth development*. Berlin: Springer-Verlag.
- Simmel, G. (1922/1990). *Philosophie de la modernité*. Paris: Payot.
- Simondon, G. (1964). *L'individu et sa genèse physico-biologique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Simondon, G. (1989a). *L'individuation psychique et collective : À la lumière des notions de forme, information, potentiel et métastabilité*. Paris: Aubier.
- Simondon, G. (1989b). *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris :Editions Aubier.
- Simondon, G. (2006). Mentalité technique. *Revue philosophique*, 3, 343-357.
- Simonis, Y. (1979). *Introdução ao estruturalismo: Claude Lévi-Strauss ou a paixão do incesto*. Lisboa: Moraes Editores.
- Sledziewski, E. G. (1989). *Révolutions du sujet*. Paris: Méridiens Klincksieck.
- Smith, M. B. (2006). Recurrence in Levinas. *Journal of Jewish Thought and Philosophy*, 14, 1, 1-15.
- Soboul, A. (1975). *Précis d'histoire de la Révolution Française*. Paris: Editions Sociales.
- Sombart, W. (1926). *Le bourgeois: Contribution à l'histoire morale et intellectuelle de l'homme économique moderne*. Paris : Payot.
- Sombart, W. (1932). *L'apogée du capitalisme*. Paris: Payot.
- Soveral, E. A. (1994). Modernidade e contemporaneidade. *Revista da Faculdade de Letras: Filosofia*, série III, 11, 5-70.



- Spenlé, J. E. (1942). *O pensamento alemão: De Lutero a Nietzsche*. Coimbra: Arménio Amado;
- Sternberg, F. (1958). *Le conflit du siècle: Capitalisme et socialisme à l'épreuve de l'histoire*. Paris: Éditions du Seuil.
- Stiegler, B. (1994). *La technique et le temps, tome 1: La faute d'Épiméthée*. Paris : Éditions Galilée.
- Stiegler, B. (2001). *La technique et le temps, tome 3: Le temps du cinéma et la question du mal-être*. Paris: Éditions Galilée.
- Stiegler, B. (2004a). *De la misère symbolique I: L'époque hyper-industrielle*. Paris: Éditions Galilée.
- Stiegler, B. (2004b). *De la misère symbolique II: La catastrophe du sensible*. Paris: Éditions Galilée.
- Stiegler, B. (2005/2006). Individuation et grammatisation : Quand la technique fait sens... *Documentaliste-Sciences de l'Information*, 42, 354-360.
- Stiegler, B. (2006a). *Réenchâter le monde: La valeur esprit contre le populisme industriel*. Paris: Flammarion.
- Stiegler, B. (2006b). Chute et élévation. L'apolitique de Simondon. *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*, 3, 131, 325-341.
- Stiegler, B. (2007). Questions de pharmacologie générale: Il n'y a pas de simple pharmakon. *Psychotropes*, 3, 13, p.27-54.
- Stiegler, B. (2008a). *Téléologique de l'escargot*. Pipeline.
- Stiegler, B. (2008b). *Pendre soi: De la jeunesse et des générations*. Paris: Flammarion.

- Stiegler, B. (2009). The theater of individuation: Phase-shift and resolution in Simondon and Heidegger. *Pharesia*, 7, 46-57.
- Stiegler, B., Giffard, A. & Fauré, Ch. (2009). *Pour en finir avec la mécroissance. Quelques réflexions d'Ars Industrialis*. Paris : Éditions Flammarion.
- Stiegler, B. (2010a). *For a new critique of political economy*. Cambridge: Polity Press.
- Stiegler, B. (2010b). *Ce qui fait que la vie vaut la peine d'être vécue: De la pharmacologie*. Paris: Flammarion.
- Stirner, M. (2004). *O único e a sua propriedade*. Lisboa: Antígona.
- Swingewood, A. (1978). *Marx e a teoria social moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Taylor, Ch. (2007). *A secular age*. London: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Thuan, T. X. (1998). *Le chaos et l'harmonie. La fabrication du réel*. Paris : Gallimard.
- Touraine, A. & Khosrokhavar, F. (2001). *A procura de si: Diálogo sobre o sujeito*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Touraine, A. (1992). *Crítica da modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Ureña, E. M. (1978). *La teoria critica de la sociedad de Habermas: La crisis de la sociedad industrializada*. Madrid: Editorial Tecnos.
- Valsiner, J. (2007). *Culture in minds and societies: Foundations of cultural psychology*. London: Sage Publications Inc..
- Venn, C. (2000). *Occidentalism: modernity and subjectivity*. London: Sage Publications.

- Vernant, J.-P. (1988). O indivíduo na cidade. In Veyne, P., Vernant, J.-P., Dumont, L., Ricouer, P., Dolto, F., Varela, F. & Percheron, G. (1988). *Indivíduo e Poder*. Lisboa: Edições 70.
- Vincent, J.-M. (1964). *La théorie critique de l'école de Francfort*. Paris: Éditions Galilée.
- Virno, P. (2004). Les anges et le général intellect. *Multitudes*, 4, 18, 33-45.
- Wallerstein, I. (1989). *The modern world-system III: The second era of great expansion of the capitalist world economy, 1730-1840s*. London: Academic Press, Inc..
- Wallerstein, I. (1991). *Unthinking social science: The limits of nineteenth-century paradigms*. Cambridge: Polity Press.
- Weber, M. (1905/2001). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Zizek, S. (2009). *Bienvenue dans le désert du réel*. Paris: Flammarion.